

Temporalis

11

TEMPORALIS

Revista da ABEPSS

End: Avenida dos Economistas, s/n°
Bairro Cidade Universitária - Recife - PE
CEP: 50.740-580

Telefone: (81) 9921.1766 - FAX: (81) 2126.8860

E-mail: abepss@hmail.com

Home-page: www.abepss.org.br

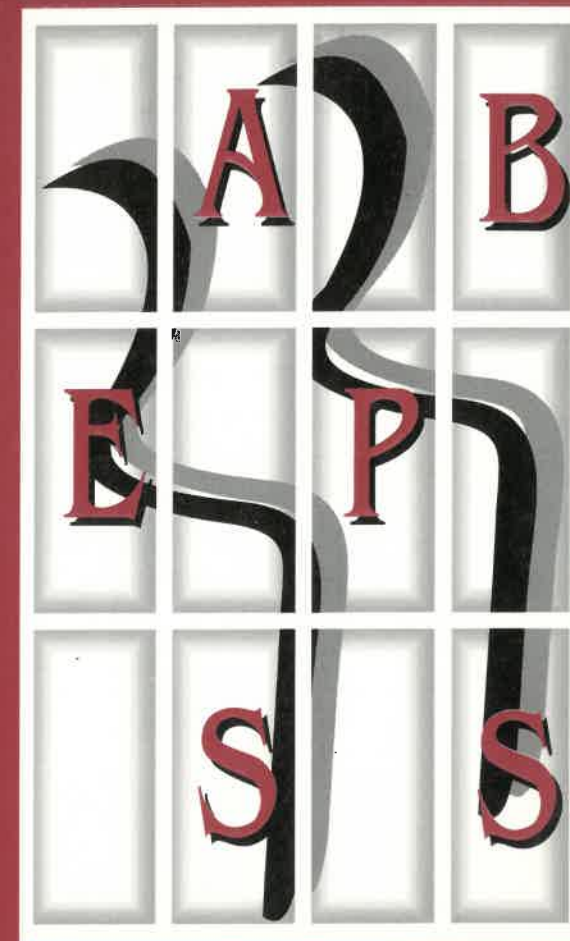
ISSN 1518-7934



TEMPORALIS 11 ANO VI, N. 11 - JANEIRO A JUNHO DE 2006

Temporalis

Revista da Associação
Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS



Serviço Social:
temas sobre fundamentos e prática

Ano VI, n. 11 - Janeiro a Junho de 2006

11

ABEPSS

ISSN 1518-7934

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Esther Luiza de Souza Lemos

Assistente Social

CRESS N° 2221 - 11ª Região - PR

Temporalis	Recife	Ano VI	n. 11	p. 1-188	jan.-jun.2006
------------	--------	--------	-------	----------	---------------

ABEPSS

ISSN 1518-7934

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Serviço Social:
temas sobre fundamentos e prática

Revista Temporalis é uma publicação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social que objetiva divulgar o debate sobre a formação profissional e a produção do conhecimento em Serviço Social nas suas interfaces com outras áreas de conhecimento. Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Comissão Editorial

Denise Bontempo Birche de Carvalho - UnB
 Anna Maria D'Ottavi - Roma Tre
 Jussara Maria Rosa Mendes - PUCRS
 Maria Carmelite Yasbek - PUCSP
 Maria Maciel Abreu - UFMA
 Ivete Simionato - UFSC
 Edaléa Maria Ribeiro - UFSC
 Maria Rosângela Batistoni - UFJF
 Marco Mondaini - UFPE
 Maria Augusta Tavares - UFAL
 Maria Alexandra Monteiro Mustafá - UFPE
 Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes - UFPE

Editor: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS
 Tiragem: 500 exemplares

Temporalis / Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. – ano 1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Brasília: ABEPSS, 2000.

Ano 6, n. 11 (jan./jun.2006).

Semestral

Serviço Social: temas sobre fundamentos e práticas

ISSN 1518 7934

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Serviço Social – Fundamentos e prática. I. Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social.

CDU 364.01
 CDD 361.01

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
CONSIDERAÇÕES SOBRE FUNDAMENTOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: o significado teórico-político da liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade.....	15
<i>Sâmya Rodrigues Ramos</i>	
O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	27
<i>Maria Beatriz Costa Abramides</i>	
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E O ENFRENTAMENTO DO CONSERVADORISMO COMO COMPONENTE ONTOLÓGICO DA PROFISSIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL.....	39
<i>Josiane Soares Santos</i>	
TRABALHO E DEMANDAS SOCIAIS NA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL: o serviço social entre a prática e a realidade.....	51
<i>Maria Augusta Tavares</i>	
O DESAFIO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS: relação de poder numa instituição psiquiátrica e a luta antimanicomial.....	63
<i>Carolina de M. Espínola</i>	
<i>Dulce Carolina Fonseca Marinho</i>	
<i>Maria Esperança França</i>	
SERVIÇO SOCIAL E CONSTRUÇÃO.....	73
<i>Mileni Alves Secon</i>	

**SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO
ANTIMODERNO91**

Nailza Maria Souza Araújo

**A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: uma análise
da prática do(a) assistente social na educação em saúde103**

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Kalline Maria Pinheiro da Silva

Mariana Cavalcanti Sousa

**O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO CAMPO
SÓCIO-JUDICIÁRIO117**

Myriam Raquel Mitjavila

Marli Palma Souza

Priscila Gomes Mathes

Andréia Segali

Tatiane Bevilacqua

Maira Ribeiro

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DO PSICÓLOGO
NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: condições, demandas
e ações na realidade do estado de São Paulo..... 129**

Ana Maria da Silveira

Eunice teresinha Fávero

Maria Rachel Tolosa Jorge

Magda Jorge Ribeiro Melão

Angélica Aires Netto

Elenice Paulinelli Navas

Maria Terra Pizza

Nilcemary Olimpio de Sousa

Solange Rolo da Silveira

Yeda Coribelli Morato

**O LUGAR DO GÊNERO NA FORMAÇÃO DA-O ASSISTENTE
SOCIAL.....143**

Maria Regina de Ávila Moreira

Marlise Vinagre Silva

Rosana Mirales

Teresa Kleba Lisboa

**OS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL..... 159**

Cláudia Mônica dos Santos

**PESQUISA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: um debate
sobre a contribuição dos grupos de pesquisa.....173**

Dúnia Comeriatto

Ione Signor

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS.....187

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS disponibiliza mais uma edição da Revista Temporalis, reafirmando seu compromisso com a busca do atendimento das exigências de qualidade das publicações da área e com a garantia de sua periodicidade. Nesta perspectiva, apresenta-se a nova edição da Revista que concentra artigos sobre "O Serviço Social: temas sobre fundamentos e prática", contribuindo assim para a ampliação das reflexões, da produção e publicização de conhecimentos sobre temáticas que se entrecruzam no debate contemporâneo do Serviço Social.

Integram esta edição 13 artigos que abordam, a partir de diferentes ângulos, tendências contemporâneas que convergem à fundamentação do Serviço Social e também aos desafios do exercício e da formação profissionais no tempo presente.

Três artigos emprestam vigor ao debate dos fundamentos ético-políticos do Serviço Social. No artigo "Considerações Sobre Fundamentos Éticos do Serviço Social Brasileiro: o significado teórico-político da liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade", de autoria de Sâmya Rodrigues Ramos (UERN) são aportadas reflexões sobre os valores centrais que sustentam os princípios fundamentais do Código de Ética dos (as) assistentes sociais de 1993, que consubstanciam os valores do projeto ético-político profissional. Contextualiza o processo de construção do atual Código de Ética, priorizando a discussão sobre algumas concepções teóricas que abordam a liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos. O projeto ético-político do Serviço

Social também é objeto de discussão no artigo de Maria Beatriz Costa Abramides (PUCSP) intitulado "O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro". Neste artigo a autora aborda a direção sociopolítica que orienta o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro, como processo de ruptura com o conservadorismo, apontando os embates teóricos e políticos presentes no debate profissional, nas lutas contra a ditadura e, a partir de 1989, contra o neoliberalismo. Perseguindo uma reflexão crítica sobre o conservadorismo, pensamento conservador e projeto profissional, Josiane Soares Santos (UFS) realiza uma reflexão crítica sobre a tendência messiânica que se manifesta no discurso de profissionais, em nome do projeto ético-político, evocando um potencial emancipatório do exercício profissional como um apriori, o que acaba por contraditoriamente reiterar posturas conservadoras.

A conformação sócio-histórica do objeto do Serviço Social, a materialidade das demandas sócio-institucionais e das respostas que configuram o exercício profissional também são discutidas nos artigos que compõe esta edição. Maria Augusta Tavares (UFAL), no artigo "Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: entre a prática e a realidade" convida o leitor à reflexão sobre a indissolubilidade entre as dimensões social e econômica, sintetizando a lógica que articula trabalho, políticas sociais e demandas sociais. Situa o assistente social como trabalhador assalariado e discute aspectos polêmicos da profissão como a relação teoria-prática.

Já o artigo "O assistente social frente aos desafios éticos contemporâneos: relações de poder numa instituição psiquiátrica e a luta antimanicomial", de autoria de Carolina de M. Espínola (UCSAL), Dulce Carolina F. Marinho e Maria E. França (ambas vinculadas à Prefeitura Municipal de Itabuna-BA) traz luz

aos desafios de afirmação dos direitos humanos que se colocam aos profissionais que atuam em instituições psiquiátricas. Milene Alves Secon, com o artigo "Serviço Social e Contradição" aborda a inscrição do Serviço Social nas contradições engendradas nas relações entre capital e trabalho que conformam a questão social e também as possibilidades de resistência profissionais na direção de uma nova sociabilidade, alinhada com o projeto ético-político da profissão. De autoria de Nailsa M. S. Araújo (UFS), o artigo "Serviço Social e Conservadorismo Antimoderno" recoloca o debate da pós-modernidade em seus rebatimentos no Serviço Social. Discute a influência do pensamento conservador na profissão buscando delimitar as diferenças entre conservadorismo moderno e conservadorismo antimoderno.

Sob o título "A dimensão educativa do Serviço Social: uma análise da prática do (a) assistente social na educação em saúde", as autoras Sandra A.S. Silveira, Kalline M.P. Silva e Mariana C. Sousa (UEPB) problematizam a educação em saúde realizada no Programa Saúde da Família de Campina Grande – PB, tendo por referência a prática do (a) assistente social.

O trabalho do assistente social no campo sócio-jurídico é foco de análise através de dois artigos. O primeiro, de autoria de Myriam Raquel Mitjavila et ali (UFSC), intitulado "O Serviço Social Brasileiro no Campo Sócio-Judiciário" aborda os resultados de uma pesquisa sobre o perfil da produção científica brasileira a partir de 1990 acerca do Serviço Social como profissão inserida no campo sócio-judiciário.

O segundo, tendo por autoras Ana Maria da Silveira (TJSP) e Eunice Terezinha Fávero (TJSP e UNICSUL), traz os resultados parciais de uma pesquisa sobre o trabalho dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo/TJSP, destacando o projeto ético-político profissional e os

elementos constitutivos do cotidiano de trabalho destes profissionais no âmbito da instituição judiciária.

O debate sobre a questão de gênero é ressaltada no artigo "O lugar do gênero na formação da Assistente Social" de autoria de Maria Regina de A. Moreira (Univ. de Taubaté, SP), Marlise Vinagre Silva (UFRJ), Rosana Mirales (UNIOESTE) e Teresa Kleba Lisboa (UFSC) aporta argumentos que evidenciam a importância do tema na formação dos assistentes sociais, seja pela predominância histórica de mulheres nessa profissão, seja pela consonância do debate de gênero com o projeto ético-político e com os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social.

Enfatizando o eixo técnico-operativo, o artigo "Os Instrumentos e Técnicas na Formação Profissional do Assistente Social no Brasil", de Claudia Mônica dos Santos (UFJF) ocupa-se do debate sobre as lacunas existentes na formação profissional no que diz respeito à mediação de instrumentos e técnicas para a realização do trabalho profissional. A análise dá visibilidade a um movimento que indica continuidades e rupturas no debate sobre instrumentos e técnicas na formação profissional.

No artigo "Pesquisa na Formação Profissional: um debate sobre a contribuição dos grupos de pesquisa", Dúnia Comerlatto (UNOCHAPECÓ) e Ione Signor argumentam sobre a relevância dos grupos de pesquisa na formação do assistente social a partir de uma pesquisa que analisou o funcionamento destes espaços a partir de informações de docentes, líderes de grupos e discentes de Serviço Social.

Através desta edição a revista *Temporalis* renova o convite para que o leitor continue participando e fortalecendo a construção deste espaço de divulgação e reflexões sobre as produções do Serviço Social. Contribuindo para o fortalecimento

da área e a direção social empreendida pela ABEPSS ao longo de seus 60 anos, na perspectiva de superação da ordem burguesa e a da construção social de alternativas de resistência às várias formas de opressão, discriminação e violências expressos nos diferentes espaços sociais.

Boa leitura a todos (as)!

Jussara Rosa Mendes
Membro do Conselho Editorial

CONSIDERAÇÕES SOBRE FUNDAMENTOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:

o significado teórico-político da liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade¹

Sâmya Rodrigues Ramos²

RESUMO

Este artigo aborda a discussão sobre os princípios fundamentais do Código de Ética dos(as) assistentes sociais de 1993 que se constituem em valores do projeto ético-político profissional. Contextualiza o processo de construção do atual Código de Ética, priorizando a discussão sobre algumas concepções teóricas que abordam a liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos, tentando qualificar o significado teórico-político dessas categorias na perspectiva da direção social hegemônica do projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: liberdade, democracia, cidadania, direitos humanos

ABSTRACT

This article approaches the quarrel about the basic principles of the Code of Ethics of the social workers of 1993, that consist in values of the ethical-political professional project. Discuss the process of construction of the current Code of Ethics, prioritizing the discussion about some theoretical conceptions that attack the freedom, democracy, citizenship and human rights, trying to characterize the meaning theoretician-politician of these categories in the perspective of the hegemonic social direction of the professional project of the Brazilian Social Work.

Key words: freedom, democracy, citizenship, human rights.

¹ Esse artigo foi elaborado a partir de reflexões contidas na minha tese de doutorado intitulada "A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social", orientada por Alexandra Mustafá e defendida em março de 2005, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco..

² Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Vice-presidente da Regional Nordeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS- Gestão 2007/2008

INTRODUÇÃO

No Código de 1993 são explicitados os princípios ético-políticos que passam a se constituir como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

Privilegiarei a discussão de aspectos sobre os princípios da liberdade, como valor central da reflexão ética; da democracia, não só política, mas também econômica; da cidadania na perspectiva da universalização de direitos e dos direitos humanos como dimensão inalienável de todos os indivíduos sociais.

Em outras palavras, não se está defendendo a existência formal ou jurídico-política de tais princípios, mas a efetivação concreta dos mesmos no cotidiano dos indivíduos sociais, impossível de ocorrer em uma sociabilidade que nega a possibilidade de materialização concreta das necessidades humanas. A dinâmica social capitalista é limitadora da liberdade coletiva; restringe a democracia, a cidadania, a níveis que permitem perpetuar sua lógica excludente e desrespeita constante e barbaramente os direitos humanos como uma das estratégias para a manutenção da sua dominação ideológica e moral. Configura-se, desse modo, uma tensão permanente, pois sabe-se que, sob o signo da sociabilidade do capital, não é possível conquistar a efetivação radical de tais princípios.

DEFESA DA LIBERDADE, DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: mediação estratégica para a construção de uma nova sociabilidade

A liberdade é um valor ético central defendido pela profissão. O seu entendimento não é o da liberdade em sentido

formal, posto que esta não se efetiva concretamente na vida dos seres humanos enquanto garantidora da autonomia dos mesmos. É, nesse sentido, uma liberdade “típica de uma eticidade medida pela troca, a liberdade do contrato [...] é liberdade apenas em aparência, já que, em última análise, o homem está subordinado ao único sujeito desta sociabilidade – o capital, o sistema de sua autovalorização” (OLIVEIRA, 1993, p.232).

A lógica que sustenta a sociedade capitalista necessita do conceito de indivíduo livre para atender aos anseios do mercado. Na lógica de mercado os indivíduos precisam ser livres, pois as relações contratuais só ocorrem se os contratantes forem livres e iguais. Essa concepção de liberdade simboliza a falsa noção de que eles são livres para fazerem o que necessitam quando, na realidade, a própria sociedade capitalista não propicia condições para a maioria dos indivíduos sociais exercerem tal liberdade, na medida em que aqueles(as) que pertencem à classe trabalhadora não possuem meios objetivos e subjetivos para se constituírem como sujeitos autônomos e livres.

Considero que a lógica do mercado não propicia a satisfação das necessidades humanas enquanto momento no processo de efetivação do indivíduo como ser livre. Há, portanto, uma outra concepção de liberdade que se contrapõe a essa lógica e que é defendida por segmentos identificados com a construção de uma nova sociabilidade, dentre os quais se incluem segmentos de assistentes sociais que concordam com os princípios defendidos pelo projeto ético-político profissional. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da liberdade está relacionado à constituição do indivíduo “como ser prático, transformador ou criador, isto é, está vinculado ao processo de produção de um mundo humano ou humanizado que transcende o mundo dado, natural, bem como ao processo de autoprodução do ser humano que constitui precisamente a sua história”. (VAZQUEZ, 1989, p.111)

Essa liberdade não é construída por sujeitos isolados, mas indivíduos sociais que se inserem no contexto histórico e social e, como seres genéricos, implementam os níveis de liberdade, daí não se poder falar de liberdade do indivíduo fora da história e da sociedade. Nessa concepção, liberdade e necessidade conciliam-se dialeticamente, na medida em que a liberdade supõe necessariamente a existência, o conhecimento e a ação no âmbito da necessidade.

Essa concepção de liberdade articula-se com o debate em torno das noções de democracia e cidadania. Para discutir que concepção de democracia é defendida pelo projeto profissional, recorrerei, inicialmente, a uma distinção, elaborada por Cerroni e utilizada por Netto, entre democracia-método e democracia-condição social.

A democracia método restringe-se à democracia política que é consentida e tolerada no sistema capitalista. Essa dimensão é extremamente limitada, pois não inclui a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida como constituintes da construção democrática. A perspectiva de aliar a democracia política à dimensão econômica e social, defendendo a socialização da riqueza e distribuição de renda, identifica-se com a definição de democracia-condição social sugerida por Cerroni; na medida em que propõe a igualdade de acesso aos bens materiais, contribuindo, dessa forma, para que os indivíduos possam intervir nas decisões sociais.

Uma concepção mais abrangente de democracia engendra um questionamento à lógica do capitalismo, pois esse tipo de democracia “não cabe dentro dos objetivos e dos limites da sociedade burguesa porque tal conteúdo social contraria o núcleo de relações fundantes da acumulação capitalista, a qual se estrutura a partir da exploração de uma classe sobre a outra”.

(PAIVA; SALES, 1996, p.188) A estrutura econômica capitalista limita o desenvolvimento democrático, na medida em que impede a igualdade em face dos meios de produção, gerando a concentração de riqueza, o que restringe a consolidação da democracia apenas no âmbito político.

Netto (1990), tematizando acerca da necessidade e limitação da democracia política, apresenta um aparente paradoxo, argumentando que a mesma é “simultaneamente uma necessidade e um limite para o projeto histórico emancipador da classe operária enquanto agente primordial da emancipação das classes e camadas subalternas”. (NETTO, 1990, p.124) Nesse sentido, não se pode negar a importância da democracia política para a consolidação democrática, mas não se deve restringi-la apenas a essa dimensão permitida pelo capitalismo, sobretudo na sua expressão neoliberal, na qual, mesmo a democracia política, vê-se ameaçada.

Boron (1999, p.18) analisa como a exclusão sócio-político-econômica do neoliberalismo influencia na decadência da democracia. Esse autor defende a incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia, entendida em um sentido amplo e não apenas nos seus aspectos formais e procedimentais. Argumenta que a lógica de funcionamento da democracia é incompatível com a que rege os mercados, pois, segundo ele, os mercados rejeitam as pretensões de igualdade e inclusividade próprias da ordem democrática; dividem estruturalmente os cidadãos em duas classes, introduzindo uma distorção radicalmente incompatível com a democracia: a dos vendedores da força de trabalho e a daqueles que podem adquiri-la.

Ao problematizar as concepções de democracia, elaboradas historicamente no processo de construção do conhecimento, Boron (1999) resgata, na análise da literatura,

diversas adjetivações sobre democracia. Para expressar sua noção de democracia, argumenta que

não se trata de adjetivar ou não adjetivar, mas de inverter os termos. Uma expressão como 'capitalismo democrático' recupera com mais fidelidade que a frase 'democracia burguesa' o verdadeiro significado da democracia burguesa ao sublinhar que seus traços e notas definitórias – eleições livres e periódicas, direitos e liberdades individuais, etc. – são, apesar de sua indubitável importância, formas políticas cujo funcionamento e eficácia específica não bastam para eclipsar, muito menos dissolver, a estrutura antidemocrática da sociedade capitalista. Essa estrutura define limites intransponíveis para a democracia, pois repousa num sistema de relações sociais que gira em torno da exploração da força de trabalho, considerada como uma mercadoria. (BORON, 1999, p.20/21)

Nesse sentido, o autor defende a incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia, entendida em um sentido amplo e não apenas nos seus aspectos formais e procedimentais. Argumenta que a lógica de funcionamento da democracia é incompatível com a que rege os mercados, pois, segundo ele, os mercados rejeitam as pretensões de igualdade e inclusividade próprias da ordem democrática; dividem estruturalmente os cidadãos em duas classes, introduzindo uma distorção radicalmente incompatível com a democracia: a dos vendedores da força de trabalho e a daqueles que podem adquiri-la.

Nessa perspectiva, a lógica de mercado, fundada na competição, não se orienta para garantir a participação política e o acesso universal aos bens e à riqueza socialmente construída pelos indivíduos sociais. "Se, na democracia, a participação de

um exige e potencia a participação dos demais, no mercado, o consumo de um significa o não-consumo do outro". (BORON, 1999, p.24)

Essa mesma lógica de análise da defesa da democracia pode ser utilizada quando se analisa um outro princípio defendido pelo código de ética, a cidadania. Para compreender a concepção de cidadania, defendida pela lógica capitalista, faz-se necessário analisar algumas questões referentes à expansão da cidadania, no Estado moderno, que é, ao mesmo tempo,

a marca de contraste das suas realizações e a base das suas limitações. A generalização da cidadania moderna através da estrutura social significa que todas as pessoas, como cidadãos, são iguais perante a lei e que, portanto, nenhuma pessoa ou grupo é legalmente privilegiado. E, no entanto, a concessão de cidadania para além das linhas divisórias das classes desiguais parece significar que a possibilidade prática de exercer os direitos ou as capacidades legais que constituem o status do cidadão não está ao alcance de todos que os possuem. (BARBALET opud VASQUEZ, 1989, p.13)

Analisando a sociabilidade burguesa, fica patente que, no capitalismo, os desfavorecidos pelo sistema de classes pertencem legalmente, como membros, à comunidade da cidadania, mas na prática não podem participar efetivamente da mesma. Boron (1999) sinaliza que, desde o final dos anos de 1970, fase constitutiva da contra-ofensiva burguesa, verifica-se um processo de *mercantilização* dos velhos direitos de cidadania e uma acelerada *descidadanização* de grandes setores sociais, vítimas do avassalador predomínio de critérios econômicos em esferas antes estruturadas em função de categorias éticas. Direitos e necessidades, anteriormente considerados como assuntos públicos, são transformados por governos de inspiração neoliberal

em mercadorias que devem ser adquiridas, no mercado, por aqueles que podem pagar por elas.

A crítica mais radical à cidadania democrática moderna foi elaborada por Marx, que defendeu a insuficiência da mera emancipação política em cidadania, propondo, ao invés dela, uma emancipação humana geral em que os indivíduos se libertassem do poder da propriedade privada. Para ele

somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas 'próprias forças' como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, 2000, p.42).

Nessa concepção, a apreensão da real significação da cidadania exige a ultrapassagem da orientação civil e política, imposta pelo pensamento liberal, e a superação dos limites engendrados pelo capitalismo. A cidadania, assim, consiste na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, pré-requisitos, esses, fundamentais à sua realização (Paiva e Sales, 1996).

Essa nova acepção de cidadania está extremamente distante de ser materializada no âmbito da sociabilidade capitalista que, ao invés de universalizar os direitos sociais, restringe e retira constantemente direitos, historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras por meio de muitas lutas e confrontos com as classes dominantes. Dias (2002) ressalta que, do ponto de vista das classes subalternas, a noção de cidadania deve ser pensada como espaço de contradições, para que ela não reforce a igualdade mistificada/mistificante da ordem do capital.

Dagnino (1994, p.104), ao discutir a emergência de uma nova noção de cidadania, destaca o seu caráter de estratégia política ao afirmar que a cidadania "organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política". Nesses termos, compartilho da visão defendida por esta autora que a concebe como estratégia política que deve ser defendida por todos os sujeitos coletivos que desejam/atuem no sentido da acumulação de forças para construir caminhos estratégicos na luta pela transformação social, pela emancipação humana.

A defesa da cidadania, nesses termos, articula-se à luta em defesa dos Direitos Humanos. Para Barroco (2004), o debate dos direitos humanos traz novos desafios para o projeto ético-político, devido aos novos contornos de desrespeito ao ser humano, de violência, de perda de direitos que revestem as expressões da "questão social", o que rebate no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais.

A discussão sobre Direitos Humanos é bastante polêmica e, no Serviço Social, recente e tributária dos debates sobre ética, realizados na década de 1990. Destacarei algumas concepções que convergem com a perspectiva da política de DH, defendida pelo projeto ético-político profissional.

Nessa direção se colocam as formulações de pesquisadoras da profissão que vem estudando a temática dos DH. Para Barroco e Brites (2002, p.99), a defesa dos direitos humanos, quando orientada pela teoria social marxiana

Não pode se restringir à luta pela legalização de direitos nem se deter nas possibilidades de reprodução da ordem burguesa. Tendo em vista que a 'garantia' formal de direitos é, no âmbito dos interesses burgueses, uma estratégia de controle político-ideológico das lutas

populares, de legitimação da hegemonia burguesa e uma forma de ocultar a desigualdade objetiva, a defesa dos Direitos Humanos, numa perspectiva emancipadora, tem na reflexão crítica e na ação educativa instrumentos desmistificadores daquela 'garantia formal' e dos limites dos Direitos Humanos nesta sociedade, ao mesmo tempo um instrumento de resgate histórico dos Direitos Humanos na perspectiva das lutas populares e dos movimentos organizados dos trabalhadores.

As autoras propõem algumas exigências da luta pelos DH numa lógica emancipadora, com destaque para: educar para os DH, na perspectiva de desvelar o discurso burguês sobre esses direitos; superar a visão legalista dos direitos; trazer os DH para o âmbito da luta de classes e das contradições do sistema capitalista; resgatar historicamente a defesa dos DH na trajetória dos movimentos revolucionários dos trabalhadores; articular com os movimentos de defesa dos DH, em suas estratégias de denúncias, para contribuir na criação de uma cultura crítica dos DH.

Seguindo a mesma linha analítica, Santos (2002, p.24), ao discutir a necessidade dos DH para a formação de uma cultura política emancipatória, argumenta que

Sob a égide da sociabilidade do capital, os direitos humanos são proclamados mediante uma concepção abstrata de universalidade. Liberdade, igualdade e um conjunto de outros direitos que deveriam ser assegurados não têm condição de se realizar, posto que vigora uma desigualdade estrutural no processo de produção e reprodução da sociedade. Isso porque é próprio do metabolismo da sociabilidade capitalista a contradição entre os interesses particulares e os interesses da humanidade. O reconhecimento dessa contradição não significa admitir nenhum tipo de

desvalorização dos DH. Ao contrário, trata-se de desmistificar a ideologia dominante quanto à possibilidade de acontecer, nesta sociedade, a realização do interesse de todos.

A partir de tais reflexões, a autora argumenta que a defesa dos DH não pode ocorrer de forma ingênua, descolada das determinações estruturais, nem tampouco pode ser desprezada numa sociedade extremamente desigual. Dessa forma, as lutas pela objetivação dos DH não devem ficar restritas às contribuições para o aperfeiçoamento do estado de direito, mas devem favorecer, mesmo numa sociabilidade burguesa, o desenvolvimento de uma nova cultura política emancipatória.

CONCLUSÃO

A materialização desses princípios requisita uma profunda atuação teórico-política que será bem sucedida quanto mais romper com a direção da luta apenas no âmbito da institucionalidade que anula os antagonismos de classe (DIAS, 2002) e estiver conectada às mobilizações desenvolvidas pela classe trabalhadora na perspectiva da crítica radical à sociabilidade do capital.

REFERÊNCIAS

BARROCO, L. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.

BARROCO, L. ; BRITES, C.M. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (PUC-SP). **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, v. 3, n.5, 2002.

BORON, Atílio. **Os “novos leviatãs” e a polis democrática:** neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. Pós- neoliberalismo II. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

DAGNINO, E. (org.). **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania:** anos 90, política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, E. F. Gramsci e a política hoje. **Universidade e Sociedade**, v. 11, n. 27. ANDES, junho de 2002.

MARX, K. **A Questão Judaica.** São Paulo: Centauro Editora, 2000.

NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

OLIVEIRA, M. A. **Ética e sociabilidade.** São Paulo: Loyola, 1993.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A nova ética profissional: praxis e princípios. In: **Serviço Social e ética:** convite a uma nova praxis. São Paulo: Cortez: CFESS, 1996.

RAMOS, S. R. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional:** o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. Recife, 2005. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

SANTOS, S.M.M. Há necessidade dos Direitos Humanos para a formação de uma cultura política emancipatória? **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, v.3, n.5. Brasília: ABEPSS, 2002.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Praxis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Maria Beatriz Costa Abramides¹

RESUMO

A tese de doutorado tem por objeto de estudo a direção sociopolítica do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro. Ao longo dos últimos trinta anos o projeto profissional, como *processo de ruptura* com o conservadorismo, tem apresentado embates teóricos e políticos no debate profissional: nas lutas contra a ditadura e, a partir de 1989, contra o neoliberalismo. A tese enfrenta algumas polêmicas no sentido de contribuir para o presente e o futuro de nosso projeto profissional, na direção sociopolítica que o construímos e consolidamos a partir dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora no horizonte da emancipação humana.

Palavras-chave: direção sócio-política, legado marxista, projeto ético-político como processo de ruptura profissional com o conservadorismo.

ABSTRACT

The object at this thesis is the social-political direction of the *Professional Ethical-political Project* of the Brazilian Social Service. As passed by thirty years from the times of *breakthrough* project as a process, the theoretical and political quarrel existed and still do in the professional discussions: fighting against military dictatorship and since 1989 against neoliberalism. The thesis confronts some of this polemics in the way to contribute in the present and future of our *professional project* on the social-political direction that we had constructed and consolidated. That implies theoretical-political autonomy and independence in the social-professional acting on the immediately conquer for work and social rights; on the historical horizon fight for human emancipation.

Key words: Social-political direction, marxist legacy, *Professional Ethical-political professional project* breakthrough process with the conservatism.

¹ Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP.

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado se refere à direção sociopolítica² do Projeto Ético-Político Profissional – PEP do Serviço Social Brasileiro, assim denominado a partir dos anos noventa. Sua gênese data do final dos anos setenta, no marco das grandes mobilizações das classe trabalhadora no país, e se constituiu no projeto hegemônico da profissão³.

O momento de inflexão deste projeto, fruto de lutas e conquistas no plano teórico-metodológico, acadêmico-pedagógico, político e de intervenção sócio-profissional, incide, em seu ponto de arranque, na compreensão dos impasses e desafios à explicitação do Projeto Ético-Político Profissional como processo de ruptura com o conservadorismo⁴.

Torna-se necessária uma análise sócio-histórica das conjunturas nacionais, vinculada aos diferenciados momentos de internacionalização do capital e seus desdobramentos nas conjunturas nacionais para a apreensão do processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro.

² A direção sociopolítica do projeto de formação profissional expressa o horizonte da profissão do ponto de vista de sua utilidade social (teleologia), vinculada à sua dimensão transistórica (ontologia).

³ Referimo-nos ao projeto hegemônico da profissão no âmbito da renovação profissional (IAMAMOTO, 1992), na vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo. (NETTO, 1991).

⁴ Netto analisa a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional, expressão do pensamento conservador [tradição positivista] por meio de suas referências teórico-metodológicas e ideológicas e de suas referências de intervenção socioprofissional (o reformismo conservador) (NETTO, 1991; IAMAMOTO, 1992, 1998) A vertente de ruptura com o conservadorismo, na ambiência da renovação profissional, é tributária do legado marxiano e da tradição marxista. (NETTO, 1991) “O conservadorismo não é, assim, apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual européia do século XIX, mas de idéias que reinterpretadas transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade”. (IAMAMOTO, 1992, p.23).

No interior da tese, o projeto profissional e as contradições nele contidas, fruto das determinações sociohistóricas e ideopolíticas, expressam-se na correlação de forças existentes entre as classes sociais e os projetos societários, dominantes e em disputa, na sociedade de classes.

O projeto profissional se vincula ao projeto societário emancipatório ancorado em instrumentos jurídicos, expressão das referências teórico-metodológicas e ético-políticas que sustentam a direção sociopolítica do projeto de formação e exercício profissional que se encontra calçado nas determinações sociohistóricas da realidade.

A Investigação dirige-se aos fios condutores presentes e articuladores das duas dimensões do projeto hegemônico da profissão, objetivados pela utilidade social da profissão (teleologia)⁵ e fundação sócio-histórica (ontologia).

A tese tem por objetivo debater, contextualizar, aprofundar e desvendar alguns dos desafios contemporâneos postos à direção sociopolítica do Projeto ético-político profissional e contribuir para o enfrentamento necessário à manutenção da autonomia profissional que construímos e consolidamos, fruto de conquista teórica e ideopolítica.

O projeto de profissão nesta tese, compreendido como um processo de ruptura com o conservadorismo, deita raízes na configuração de um novo ethos profissional que amadurece teórica, acadêmica, política e eticamente, de forma coletiva, no meio profissional da categoria e tem, em suas formas organizativas, a referência histórica necessária dessa maturidade, sob a direção das vanguardas profissionais.

⁵ Teleologia ou Prévia-Ideação – “A construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação”. (LESSA, 1999, p. 22).

O período contemporâneo apresenta uma nova situação a ser enfrentada e, pode-se afirmar, uma das mais duras por que já passamos, ou seja:

A prova a que, nos marcos dessa conjuntura, já estão sendo e continuarão a sê-lo mais severamente nos próximos anos submetida àquelas vanguardas da categoria profissional. O que está (e estará cada vez mais) em jogo é a sua autonomia política para conduzir o denominado projeto ético-político que construíram para a profissão nos anos 1980 e 1990. Compreender o que está envolvido nesta prova supõe retomar componentes histórico-políticos muito expressivos da gênese e do desenvolvimento desse projeto profissional. (NETTO, 1991, p.22).

A década de noventa confere maturidade teórica ao Projeto Profissional do Serviço Social Brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo:

- a- O Novo Código de Ética Profissional, em 1993;
- b- A nova Lei de Regulamentação da Profissão, em 1993;
- c- As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, em 1996;
- d- As legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS de 1993 e a Lei Orgânica da Saúde em 1990.

A direção sociopolítica e o balanço do projeto profissional como processo de ruptura com o conservadorismo se

configuram objeto de pesquisa desta tese. Esse balanço se norteará por meio do posicionamento político e resistência da categoria profissional em defesa do projeto profissional de ruptura e de sua direção sociopolítica; do avanço teórico-filosófico que estabelece um novo patamar à profissão e dos desafios postos à profissão e ao profissional para manter as conquistas e avançar teórica e politicamente na formação e no exercício profissional, em um período de resistência das massas trabalhadoras contra a ofensiva neoliberal. "O que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la". (NETTO, 1991, p.89).

DESENVOLVIMENTO

A tese se desenvolve por uma introdução, cinco capítulos e considerações finais. A Introdução apresenta o Tema e o Objeto da Tese em sua *relevância contemporânea*, qual seja: o debate e a contextualização da *direção sociopolítica* do projeto profissional na *vertente de ruptura* com o conservadorismo, no âmbito da *renovação da profissão*, que vincula o projeto profissional ao projeto societário emancipatório. Explicita justificativa, indagações, caminhos investigativo-analíticos e a forma de exposição.

O Capítulo I contextualiza e problematiza o *projeto profissional* como *processo de ruptura* com o *conservadorismo* e estabelece a necessária relação entre projeto profissional e projeto societário, aí plasmadas a dimensão política das atividades sócio-profissionais e a *direção sociopolítica da profissão*. Expõe as expressões organizativas da categoria profissional na esfera sindical, na formação acadêmica e no exercício profissional que materializam as opções teórico-metodológicas e ético-políticas que

conformam o *processo de ruptura* com o conservadorismo na profissão. Identifica as bases legais que orientam institucionalmente a profissão, na década de noventa, e constituem o PEP- Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro: O Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de n.8662, de 07/06/ 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996, circunscritas às condições sociohistóricas que possibilitam esse desenvolvimento progressivo no plano teórico, ético e ideopolítico.

O Capítulo II trata da conjuntura que emerge o PEP, final dos anos setenta e anos oitenta, período em que se estabelece a *direção sociopolítica do projeto profissional*. São apresentadas as bases teóricas fundantes do projeto profissional: a produção social e o trabalho em suas dimensões teleológica e ontológica, bem como as concepções políticas voltadas para o tema da democracia socialista, mediação necessária na relação entre projeto profissional e projeto societário. As condições políticas dos anos oitenta e a vinculação da categoria profissional aos movimentos sociais explicitam o fundamento da *direção sociopolítica* do projeto profissional. Nessa perspectiva são delineados a gênese, a evolução e o desenvolvimento do *projeto de ruptura como processo*. A consolidação deste projeto se estrutura e tem como origem a organização político-sindical dos assistentes sociais pelas suas entidades: APAS e Sindicatos (plano estadual) e CENEAS/ANAS (âmbito nacional); a produção acadêmica; a organização na formação (ABESS) e o exercício profissional (CRAS/CFAS), em que incidem avanços substantivos à dimensão profissional em sua finalidade social voltada aos interesses da classe trabalhadora.

O Capítulo III contextualiza as crises macro-estruturais do capital no plano internacional: a crise do capital e do capitalismo

(crise do binômio fordismo-taylorismo) na crise do Estado de Bem Estar Social e os elementos constitutivos de ofensiva da resposta do capital à sua própria crise, consubstanciados no binômio acumulação-flexível-neoliberalismo e seus desdobramentos na esfera da cultura, a pós-modernidade. As crises macro-estruturais analisadas na década de oitenta incidem no processo regressivo das classe trabalhadora, na passagem dos anos oitenta e na década de noventa, e eclodem outras crises, respectivamente: a crise dos países pós-capitalistas e a crise da esquerda e seu rebatimento no movimento classista dos trabalhadores. Trata-se de argumentar os impasses e desafios para a perspectiva histórica da classe que vive do seu trabalho e sua relação com o *processo de ruptura profissional*.

O Capítulo IV analisa o processo de reestruturação do capital, na particularidade do caso brasileiro, por meio da *acumulação-flexível e do neoliberalismo*. No mundo do trabalho busca-se compreender a diferenciação existente entre a acumulação flexível (toyotismo restrito) dos anos oitenta e a (toyotismo sistêmico) dos anos noventa por meio de seus rebatimentos para a classe que vive do seu trabalho. Na esfera do Estado debate-se a implantação do neoliberalismo (Collor de Mello), sua consolidação (FHC em seus dois mandatos) e sua inesperada continuidade (no governo Lula da Silva). Nesse processo as contra-reformas do Estado, do Ensino Superior e Sindical e os desastres, daí advindos, para as massas trabalhadoras.

O Capítulo V situa os anos noventa e metade da primeira década dos anos dois mil na maturidade teórica do *processo de ruptura profissional*; nas determinações sociohistóricas e nas polêmicas presentes no debate e atuação profissional no sentido de dar continuidade à *direção sociopolítica* construída coletivamente pela categoria profissional, fruto de um

processo de conquista de hegemonia. Nesta angulação demonstra-se como desafios:

- a- a esfera da institucionalidade e a política de conciliação de classes do PT, partido cuja trajetória histórica foi acompanhada por expressivas vanguardas e direções do movimento organizativo sociopolítico e profissional dos assistentes sociais;
- b- a política de conciliação de classes da CUT nos anos noventa e entrada do século XXI;
- c- os desafios à *direção sociopolítica* do PEP na década de noventa e metade da primeira década dos anos dois mil: a *transitoriedade inconclusa* na organização sindical da categoria; as diretrizes curriculares e o projeto de formação acadêmico-profissional; polêmicas teóricas no interior do campo marxista, as contra-reformas do ensino superior e seu rebatimento na formação acadêmico-profissional; a organização no exercício profissional da categoria; as repostas ao neoliberalismo e a resistência ao neoconservadorismo.

O trabalho, ora explicitado na tese, percorre um caminho analítico em sua trajetória, busca problematizar e debater algumas das questões teórico-políticas e organizativas colocadas como desafios à profissão e ao profissional. O *balanço do processo de ruptura profissional* ocorre em um momento de destruição de direitos sociais e trabalhistas e de retração de políticas públicas para atender a novos padrões de acumulação do capital que destrói postos de trabalho e amplia o desemprego estrutural.

O sentido da tese é dar continuidade à *direção sociopolítica do projeto profissional como processo de ruptura* construído nos últimos trinta anos e que sofre um conjunto de inflexões em uma quadra histórica em que a classe trabalhadora se encontra na defensiva diante da investida do capital.

As considerações finais desta tese enunciam pontos de reflexão decorrentes dos avanços obtidos no processo de ruptura com o conservadorismo e delineiam alguns elementos que devem estar presentes em nossa referência de combate teórico e político para que o processo de ruptura profissional avance na direção e opção teórico-metodológica e ético-política que o construímos e consolidamos.

Para que o *nosso projeto tenha futuro em sua perspectiva teórica, histórica, ética, ideopolítica e programática* na formação e exercício profissional em seu horizonte imediato, em sua *utilidade social* (teleologia) e em sua dimensão *histórica* (ontológica) *emancipatória*, é que esta tese pretende dar sua contribuição teórico-política e sociohistórica à *direção sociopolítica do Projeto Ético-Político- Profissional do Serviço Social Brasileiro*.

Os desafios postos ao profissional e à profissão, e não só a ela, expressam um conjunto de determinações que, para enfrentá-las, faz-se necessário compreendê-las, interpretá-las.

CONCLUSÃO

O processo de *ruptura* profissional, ao largo de 30 anos, contou com uma categoria fortemente organizada, o que possibilitou: a ruptura com o conservadorismo e com o neotomismo e a definição de uma direção sociopolítica tática e estrategicamente comprometida com as lutas sociais do ponto de vista da classe-que-vive-do-seu-trabalho. Nos anos 80 esteve vinculada organicamente ao movimento social e, na década de 90, avançou do ponto de vista teórico-filosófico e da produção e sistematização do conhecimento, bem como na articulação com as ciências

sociais, nos marcos da teoria do legado marxiano e da tradição marxista e na interlocução crítica com outras correntes teóricas.

As intercorrências determinadas pelas crises macroestruturais apresentam novos desafios diante da reestruturação do capital que avança destrutivamente pela acumulação flexível, neoliberalismo e investida da pós-modernidade, de forma mais incisiva no Brasil a partir da década de 90, quando a categoria se posicionou firmemente contra o neoliberalismo, em defesa dos direitos sociais historicamente conquistados. Nesse sentido, a análise das confluências das crises macroestruturais, seus rebatimentos no continente latino-americano e na particularidade do caso brasileiro, desenha-nos o solo sociohistórico determinante para, a partir dos elementos constitutivos da realidade, realizar o movimento ao pensamento e repensar táticas e estratégias para que o nosso projeto tenha futuro, articulado às lutas imediatas e históricas da classe trabalhadora.

Os desafios atuais se ampliam à medida que o governo do país é dirigido por um partido ao qual os dirigentes militantes da categoria estiveram vinculados (simpatizantes ou militantes), sob a forte influência do PT dos anos 80, mas também dos anos 90, quando foram privilegiadas as lutas institucionais que, na entrada dos anos 2000, dão continuidade, na esfera federal, ao neoliberalismo sob a dominação do grande capital.

É preciso que continuemos com a autonomia e a independência com que construímos nossas entidades e repensemos as articulações sociopolíticas para além do movimento da categoria e do plano institucional das ações, como os conselhos de direitos e de políticas sociais. As entidades da categoria profissional devem repensar suas ações no sentido de atuar na frente única classista, anticapitalista e antiimperialista que se constrói no movimento social no sentido de continuar resistindo ao

neoliberalismo, porém vincular-se às lutas sociais independentes e autônomas em relação ao governo e aos partidos.

Nesta tese priorizei o debate teórico apresentando as principais polêmicas que tangenciam o interior do campo marxista: como o entendimento da profissão como trabalho, ideologia ou prática em que podemos ter sustentação teórica no legado marxiano e na tradição marxista; porém, em torno da profissão como práxis, há concordância teórica.

Reafirmo teoricamente a centralidade da categoria trabalho em suas dimensões ontológica e teleológica para o ser social na totalidade da produção social. O trabalho como categoria central, na qual todas as outras determinações da prática já se apresentam. O protagonismo do proletariado na perspectiva de seu papel estruturante na transformação radical da sociedade pela sua inserção no modo de produção capitalista (produção de valor e de mais valia), na luta pelo fim da exploração da força de trabalho humano na direção da construção do socialismo.

O projeto profissional de ruptura vincula a finalidade social da profissão na luta por direitos sociais e trabalhistas a sua direção social estratégica na perspectiva de uma sociedade emancipada. Essa perspectiva coloca a necessidade de luta permanente e contínua de resistência contra a barbarização da vida social e de enfrentamento dos desafios teórico-políticos no sentido de dar continuidade ao projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

LESSA, Sérgio. **O Processo de Produção/ Reprodução Social:** trabalho e sociabilidade, Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social – Módulo II. Brasília: CEAD/UNB/CFESS/ABEPSS, 1999. p. 21-33.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64. São Paulo: Cortez, 1991.

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E O ENFRENTAMENTO DO CONSERVADORISMO COMO COMPONENTE ONTOLÓGICO DA PROFISSIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Josiane Soares Santos¹

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de reconhecer e superar um messianismo recorrente no discurso de parcela dos profissionais vinculados ao projeto ético-político profissional. Esse messianismo caracteriza-se por expectativas infundadas quanto ao potencial emancipatório das atividades profissionais, sem considerar o conservadorismo nelas contraditoriamente existente, como se esse devesse estar eliminado pela superação do pensamento conservador efetivada nos últimos trinta anos. O conservadorismo aparece aqui como um componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social, distinto, portanto, do pensamento conservador, uma vez que é ontologicamente componente da totalidade histórica onde essa profissionalidade está inserida.

Palavras-chave: Conservadorismo, projeto ético-político, messianismo.

ABSTRACT

This work is an attempt to recognize and to surpass a recurrent messianism in the speech of parcel of the entailed professionals to the ethical-political project professional. This messianism is characterized for baseless expectations how much to the emancipational potential of the professional activities, without considering the conservadorism contradictoriness existing in them, as if this had to be eliminated for the overcoming of the thought conservative accomplished in last the thirty years. The conservadorism appears here as a ontological component of the professionalism of the Social Work, distinct therefore, of the thought conservative, a time that is ontologicly component of the historical totality where this professionalism is inserted.

Keywords: Conservadorism, Ethical-political project, messianism.

¹ Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Professora Assistente da Universidade Federal de Sergipe.

INTRODUÇÃO

As preocupações que tangencio neste trabalho estão diretamente vinculadas à minha inserção nos debates acerca da formação profissional do assistente social. Não raras vezes percebo em debates realizados nos mais diversos fóruns de organização da categoria, além daqueles travados no interior da sala de aula, a **presença do messianismo**² como um componente nada desprezível do discurso profissional. Ele aparece vinculado à direção social estratégica (NETTO, 1996a) de ruptura com o conservadorismo e **parece alimentar uma expectativa de que essa ruptura corresponderia à eliminação do conservadorismo entre nós** na medida em que estaria fundando um outro veio para caucionar a legitimidade profissional, apoiado nos interesses da classe trabalhadora.

Essa expectativa gera, principalmente junto aos discentes, um déficit de compreensão acerca das potencialidades do exercício profissional, uma vez que quando da sua inserção nos espaços ocupacionais, esses se deparam com as demandas conservadoras. Diante delas, sua reação, no mais das vezes, tende a ser de perplexidade ou de fatalismo³, não conseguindo muitas vezes nem negá-las nem redimensioná-las a partir de seus

² Esta característica do Serviço Social está cunhada em Iamamoto (2004, p.115-116) que assim a define criticamente: "O messianismo utópico [...] privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento; [...] traduz-se numa visão heróica, ingênua das possibilidades revolucionárias da prática profissional".

³ O fatalismo aparece em Iamamoto (2004, p.115) como uma perspectiva que, inspirada "em análises que naturalizam a vida social, [traduz-se] numa visão 'perversa' da profissão. Como a ordem do capital é tida como perene, apesar das desigualdades evidentes, o serviço Social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer".

componentes contraditórios, o que acaba por reforçar o famoso mito de que "a teoria na prática é outra".

Pretendo mostrar o quão ilusória é essa expectativa, tendo em vista o papel fundante que as determinações relativas à inserção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho capitalista e seu caráter de classe exercem sobre a legitimidade profissional. Isso não significa infirmar a necessidade de ruptura com o conservadorismo, sendo, muito pelo contrário, um requisito essencial para balizá-la, conforme tentarei argumentar a seguir.

O CONSERVADORISMO E OS FUNDAMENTOS DA PROFISSIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Conforme salienta abundantemente a literatura crítica acerca da trajetória e desenvolvimento profissional do Serviço Social, o conservadorismo é um traço evidente desta constituição. A iniciativa de fundação da primeira escola, em São Paulo, foi resultante da mobilização do laicato em torno do projeto de recristianização levado a cabo pela Igreja Católica entre as décadas de 20 e 30. Tem-se aí presente o conservadorismo de matriz restauradora se colocando como alternativa viável de enfrentamento da "questão social", que fora agravada com a chegada dos imigrantes anarco-sindicalistas e, ao mesmo tempo, servindo de base para recuperar o espaço perdido pela Igreja Católica com a laicização do Estado após a República:

a Igreja procura superar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade. Contrapõe-se aos princípios do liberalismo e ao comunismo, que aparecem como um perigo ameaçador à sua posição na sociedade. O movimento de 'reação católica' é respaldado em uma vasta rede

de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo liberal. A Igreja luta, ainda, pela legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do aparato de Estado. (IAMAMOTO, 2004, p.18).

A institucionalização profissional, por sua vez, foi “patrocinada” pelo Estado com a expansão da sua área de intervenção na sociedade – já nos quadros do capitalismo monopolista em escala mundial – por meio das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas na década de 40. A lógica ordenadora desses espaços, onde o Serviço Social teve uma inserção privilegiada, era a do reformismo, como resposta característica das classes dominantes no Brasil ao dinamismo transformador que o capitalismo tendencialmente põe em movimento no desenvolvimento das suas forças produtivas. Tal lógica muda substantivamente os aportes da intervenção do Serviço Social, pois a manutenção da legitimidade conferida pelo Estado à profissão requiritava respostas sintonizadas com o reformismo conservador e não com o restauracionismo. Isso fez com que “o processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão [...] [ocorresse] sob a influência dos progressos alcançados pelas ciências sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana”. (IAMAMOTO, 2004, p.21).

O conservadorismo é, portanto, um componente ideológico de peso no Serviço Social do Brasil e sua presença decorre de movimentos mais amplos que o estrito círculo que remete à intencionalidade profissional. Remete simultânea e indissociavelmente às “circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que

condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais”. (IAMAMOTO, 1995, p.73) O conservadorismo esteve assim no Brasil, como em outros países, constituindo basilamente a profissão e cauciona até hoje determinado ângulo de sua legitimidade – aquele que responde pela reprodução da ordem burguesa na perspectiva de sua manutenção.

Obviamente que não posso deixar de mencionar os abalos sofridos pelo conservadorismo no Serviço Social com o processo de renovação. (NETTO, 1996b) No Brasil, este protagonizou, na sua vertente mais crítica (a “intenção de ruptura”), a descoberta mesma do conservadorismo, apontando para a possibilidade de construir a profissão sob uma outra base de legitimidade conferida pelos usuários dos serviços com os quais os profissionais operam: os diversos segmentos da classe trabalhadora. Foi um giro ideológico importante, pois, até então, a presença do conservadorismo era naturalizada; era como que intrínseca, de tão arraigada na cultura profissional.

Embora essa crítica, mesmo com todos os desenvolvimentos que teve até o momento, não seja suficiente para apagar vestígios do conservadorismo no campo do Serviço Social (defendo mesmo que esse, aliás, não é o seu objetivo), **ela contribuiu sobremaneira para o esclarecimento das relações entre este e o pensamento conservador** na medida em que desvenda o componente – este, sim, intrínseco da profissionalidade do Serviço Social – da divisão sócio-técnica do trabalho.

Esse é o dado que deixa “cair a máscara” do conservadorismo, apreendendo que o **pensamento conservador é um dos referenciais possíveis para fundamentar o exercício profissional, mas apenas um dos e não o único**. Isso porque a mediação do mercado de trabalho que expõe o Serviço Social às contradições da socialidade burguesa o expõe a outras demandas

portadoras de uma legitimidade própria, para a qual o pensamento conservador é inepto por razões diversas, mas principalmente pela sua filiação teórica que obscurece (pela via do irracionalismo ou da miséria da razão)⁴ os aspectos ontológicos do ser social. Isto significa dizer que a descoberta de uma legitimidade que acumule avanços no sentido da emancipação humana não pode ser fundada pela lógica do pensamento conservador, porquanto este manipula os fenômenos específicos do ser social com a mesma instrumentalidade (GUERRA, 1995) com que manipula qualquer outro tipo de fenômeno: como “coisas”.

Contraditoriamente, a renovação também forneceu suportes para duas outras vertentes que ressituem o pensamento conservador sob novas bases: a “modernização conservadora” e a “reatualização do conservadorismo”, construídas como movimentos impulsionados pela legitimidade que lhes é própria em resposta a dois fatores centrais. O primeiro deles é exógeno: a erosão do tradicionalismo profissional, em boa medida determinada pelo desenvolvimento do capitalismo, exigia uma nova postura técnico-operativa diante da “questão social”. Essa exigência demandava mudanças na eficiência típica do conservadorismo profissional. Ele, então, revê a sua instrumentalidade para adequar-se a tais requisições – seja modernizando-se tecnicamente, com a incorporação de referenciais estrutural-funcionalistas e desenvolvimentistas, seja repsicologizando-se por meio da fenomenologia. É necessário, no entanto, que fiquem explicitadas as inequívocas filiações de ambas as vias ao pensamento conservador.

O segundo fator a que me refiro é endógeno: a crítica esboçada pela “intenção de ruptura” que aprofunda a crise de legitimidade vivida pelo tradicionalismo na direção mencionada

⁴ Conceitos trabalhados por Lukács (1959) e Coutinho (1972).

há pouco. E quando digo que não compreendo que o papel dessa crítica seja o de eliminar totalmente o conservadorismo do terreno profissional é por uma razão muito simples: ele é a perspectiva que responde pelas atualizações constantes do pensamento conservador enquanto referencial que melhor responde às exigências postas por esta demanda intrínseca ao mercado de trabalho do Serviço Social. Ou seja, há um fato que o antecede: na divisão sócio-técnica do trabalho é fundante da profissão a demanda pela reprodução das relações capitalistas de produção. Na lúcida e pioneira análise de Iamamoto temos que

o Serviço Social como instituição componente da organização da sociedade não pode fugir a essa realidade. [...] Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, **mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras.** (GUERRA, 1995, p. 75). (Grifos em itálicos do original e em negrito meus)

As respostas que o Serviço Social e as demais especialidades do trabalho são chamadas a dar nesse sentido têm seu resultado, independentemente da intencionalidade desses profissionais, travejado pelo conservadorismo – cujas mudanças internas, expressas nas atualizações constantes do pensamento conservador, vêm sempre aprimorar o seu potencial afirmativo da positividade da ordem burguesa. (NETTO, 1981).

CONCLUSÃO

As breves considerações aqui formuladas têm a pretensão de chamar a atenção para um requisito essencial à operacionalidade do projeto ético-político profissional: a compreensão do caráter contraditório das demandas que fundam a profissionalidade do Serviço Social. Essa compreensão, conforme salienta Iamamoto (2004), remete necessariamente à totalidade contraditória que constitui a ordem do capital, entendido como uma relação social entre classes que só existem uma pela mediação da outra. Nesse sentido é que chamo atenção para as duas legitimidades contraditoriamente constitutivas da profissionalidade do Serviço Social: a reprodução das relações sociais, numa perspectiva conservadora por um lado e, por outro, na direção da emancipação humana.

Penso que após a emergência da direção do processo de renovação profissional, denominada por Netto (1996b) como “intenção de ruptura”, estabeleceu-se uma equalização entre dois fenômenos diferentes que tentei demarcar no corpo deste trabalho: a ruptura com o pensamento conservador foi identificada como eliminação do conservadorismo. Essa identificação é falsa na medida em que o conservadorismo, enquanto fenômeno social que

pugna pela manutenção da ordem social, é algo que antecede e determina a emergência das diversas configurações assumidas pelo pensamento conservador. Ou seja, a relação aí é de fundação ontológica: uma coisa é o conservadorismo como componente da realidade social determinada pela luta de classes, com interesses antagônicos, outra coisa é sua derivação na esfera da teoria social, que estou denominando genericamente aqui como “pensamento conservador”.

Entendo que o desenvolvimento da “intenção de ruptura” que veio dar na atual formulação do projeto ético-político profissional caracteriza a hegemonia de **correntes profissionais empenhadas na ruptura com o pensamento conservador no universo ideológico do Serviço Social brasileiro, o que me parece algo distinto de alimentar a expectativa de que essa ruptura leve à eliminação do conservadorismo**. Isso significa dizer que, enquanto a demanda que o sustenta existir, o conservadorismo estará presente no Serviço Social – ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizando as formulações teóricas que lhe são correlatas para responder adequadamente às requisições que lhe são formuladas. Exemplo disso, conforme já salientado, foi a incorporação da fenomenologia e do estrutural-funcionalismo em nosso passado recente, mas, também, nos dias atuais, as diversificadas matrizes do pensamento pós-moderno. (SANTOS, 2000) Entendida como uma tendência constitutiva dessa profissionalidade, o conservadorismo permanece tensionando as finalidades profissionais no espaço ocupacional, embora não de modo absoluto.

É nesse ponto que entendo o papel da perspectiva crítico-dialética enquanto pensamento radicalmente oposto ao conservador: aprofundar as fragilidades do projeto conservador desenvolvendo a outra legitimidade igualmente constitutiva do tecido

ocupacional do Serviço Social (a da emancipação dos indivíduos sociais), mas não eliminá-lo, posto que isso não é uma tarefa que caiba ao debate teórico, mesmo que derivadamente acompanhado de uma perspectiva interventiva, como o é, no caso do Serviço Social. Não nessas condições históricas, cujos limites estão circunscritos à ordem burguesa. Arrogar-se essa tarefa é reforçar o messianismo, não raras vezes reiterado na história profissional e no discurso atual acerca do projeto ético-político – esse sujeito “indeterminado” ao qual são remetidas as mais diversas expectativas, cujas formulações parecem muitas vezes ignorar a determinação central do ingresso do trabalho profissional na divisão sócio-técnica do trabalho capitalista.

Nesse sentido, parece-me imperioso retornar aos clássicos – tanto da teoria social marxiana quanto da literatura profissional – para resgatar deles as lições elementares da perspectiva crítico-dialética que supúnhamos já consolidadas junto ao debate da formação e do exercício profissionais. Falo especialmente da centralidade de categorias nucleares para análise da sociedade capitalista e da profissão numa perspectiva ontológica: a totalidade, a negatividade (ou contradição) e a mediação, já explicitadas em análises como a de Iamamoto (1995), citada acima. Esse resgate impõe-se, a meu ver, como algo essencial para que as análises sobre o exercício profissional, na ótica do projeto ético-político, estejam saturadas das “múltiplas determinações” que nos possibilitam enxergar, enquanto coletivo profissional, as estratégias adequadas para o enfrentamento do quadro atual de hegemonia ideológica do capitalismo superando o messianismo que insiste em permanecer em parcela nada desprezível da categoria.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C.N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, cap.I.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez; 1995.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10ªed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

LUKÁCS, G. **El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schlling hasta Hitler**. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

_____. **Ontologia do Ser Social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. **Obras Escolhidas** vol. 01. São Paulo: Alfa Ômega, [s/d].

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996a.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996b.

NETO, J.P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2000.

TRABALHO E DEMANDAS SOCIAIS NA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL: O Serviço Social entre a prática e a realidade

Maria Augusta Tavares¹

RESUMO

O texto trata da indissolubilidade entre as dimensões social e econômica. A autora sintetiza a lógica que articula trabalho, políticas sociais e demandas sociais. Situa o assistente social como trabalhador assalariado e discute aspectos polêmicos da profissão como a relação teoria-prática. Demarca a importância da instrumentalização e evidencia que a orientação marxista não pretende ser prescritiva do fazer profissional. Defende que Marx é referência para qualquer trabalhador que não limite a sua formação às exigências mercadológicas. Por fim, enfatiza o trabalho concreto como necessidade eterna do homem e sugere que o trabalho abstrato seja tomado apenas como necessidade de sobrevivência.

Palavras-chave: Trabalho, capital, assistência social, mercado, realidade.

ABSTRACT

The text deals with the insolubility question in the economical and social dimensions. The authoress synthesizes the logic that articulates work, with social policies and social needs. It places the social welfare worker as a wage earned and debates about polemical aspects of this profession that are related to the practice-theory view. It makes a demarcation around the importance of instrumentalization in the area as well as it stands to reason that the Marxist orientation does not become prescriptive to the professional activity. The text also support the idea that Marx is reference to any worker who doesn't restrict his background to the market request. This work comes to an end when emphasises the concrete work as a men's eternal need and it suggests that the abstracted work must be [...] a survival necessity.

Keiwords: Work. Capital. Social Welfare Work. Market. Reality.

¹ Professora Doutora da Universidade Federal de Alagoas.

INTRODUÇÃO

Trabalho e demandas sociais são termos de uma problemática, cuja solução é geralmente atribuída ao Estado. Pergunta-se: Há solução para esse problema nos marcos da ordem burguesa?

Nesta sociedade quando há mais postos de trabalho, há menos demandas sociais e, proporcionalmente, mais políticas sociais (a exemplo, no *Welfare State*). Ao contrário, quando há menos empregos, há mais demandas sociais e menos políticas sociais. É o que está acontecendo no chamado capitalismo globalizado.

Como se pode ver, trata-se de uma lógica simples, cuja raiz está na economia, pois é ela que gera empregos que, por sua vez, geram arrecadação para os cofres públicos que, por sua vez, devem financiar as políticas sociais. Se a economia é cada vez menos capaz de gerar empregos na proporção em que cresce a população economicamente ativa, é óbvio que, por um lado, aumenta o número de desempregados e, por outro, aumentam as demandas por políticas sociais. Isso nos conduz a pensar que o desemprego tem um custo. E, se o tem, alguém há que pagar por ele.

Pagam pelo desemprego os mesmos sujeitos que pagam pelo emprego: os trabalhadores. Por isso, em momentos de crise são reduzidos os salários e os custos variáveis da produção, enquanto os tributos são cada vez mais elevados. Assim, mesmo que a arrecadação de impostos se mantenha nos mesmos níveis, e/ou até aumente, ainda é pouco diante do volume de necessidades que se refletem tanto na insuficiência das políticas sociais quanto no empobrecimento das famílias dos trabalhadores, uma vez que os que trabalham têm que sustentar aqueles que o capital não emprega.

Assim, tanto o trabalhador empregado como o desempregado são diretamente atingidos pela crise do capital. Os empregados se submetem a toda ordem de exploração para manterem os seus empregos. Os desempregados ficam a mercê da "solidariedade" dos que estão empregados. Dado que as políticas sociais são insuficientes, os trabalhadores empregados, em muitas situações, sentem-se obrigados a repartir a sua ínfima renda com desempregados próximos e até com alguns menos próximos. Ora, se esse quadro constitui a privilegiada condição do empregado, o que dizer do sujeito desempregado, cuja dimensão da vida é somente o aqui e agora? Como ficam a vida material e alma desse sujeito sem amanhã, sem o direito de ir e vir, sem poder estabelecer nenhum elo com esse senhor chamado mercado? Este fica submetido a toda ordem de carências, uma vez que, mesmo nesta sociedade, onde o trabalhador não se identifica com a produção, a relação do ser humano com o trabalho não é eminentemente técnica, nem, tampouco, apenas uma relação de troca. Segundo Cruz (1999, p.179)., "no trabalho estão implícitas, além do produto do trabalho, as reações subjetivas do trabalhador, sua capacidade de incorporação de novos conhecimentos, suas formas de relacionamento interpessoal, os motivos que o levam a trabalhar"

Dentre esses trabalhadores, empregados e desempregados, estão os assistentes sociais. Somos também assalariados, portanto, igualmente submetidos às mesmas determinações do capital. E, como atuamos no âmbito da questão social, vale lembrar que a mesma dinâmica da economia que é incapaz de gerar empregos é também incapaz de gerar as políticas sociais de que os trabalhadores necessitam, demonstrando que as determinações do sistema são muito maiores do que a vontade individual de governos e de profissionais, por mais bem intencionados que o sejam. A partir de tais assertivas, pretende-se analisar a profissão no seu trânsito entre as esferas econômica e social.

DESENVOLVIMENTO

No documento das Diretrizes Curriculares o perfil do graduado em Serviço Social está definido nos seguintes termos:

Profissional que atua nas expressões da questão social formulando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social.

O mesmo documento aprofunda a discussão sobre a historicidade do Serviço Social, atentando para o fato de que as transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinadas pela reestruturação produtiva, que impuseram a reforma do Estado, alteram as relações entre o público e o privado e, conseqüentemente, também as demandas profissionais, indicando a estreita relação dessa profissão com o desenvolvimento capitalista. Entender essa relação, portanto, implica conhecer o processo de desenvolvimento dessa sociedade, especialmente a partir da sua fase monopolista, quando o capital se internacionaliza, ensejando uma nova distribuição ocupacional que tanto transforma como libera trabalho. Nesse mercado universal, ao mesmo tempo em que as relações pessoais são esvaziadas de sentimentos, a solidariedade é substituída por vínculos monetários. Concomitantemente, ocorre uma rápida urbanização da sociedade, com todos os problemas sociais que dela decorrem: falta de moradia, falta de emprego e falta de infra-estrutura aumentando,

portanto, a necessidade de serviços governamentais como: prisões, hospitais, creches, escolas, polícia e assistência social (BRAVERMAN, 1987).

Essa necessidade de assistência social cria, no mercado, o espaço profissional do assistente social, tornando evidente que o Serviço Social, embora tenha como usuário o trabalhador, é demandado pelo capital. E, na medida em que a questão social se agrava, abrem-se novos espaços para a profissão, tornando incontestável a relação entre as esferas econômica e social.

A reestruturação produtiva, mediante as políticas macroeconômicas que a orientam, especialmente pela flexibilização, imprime novas estratégias para alcançar o objetivo da acumulação. O impacto mais visível desse processo é a redução dos empregos e dos direitos trabalhistas numa clara tendência à informalidade², indicando, portanto, uma redução do Estado, no que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora. Segundo Husson (1994), existem fortes impactos da globalização no papel do Estado e do capital nacionais, cuja unidade constitutiva vem sendo dissolvida com rebatimentos, inclusive no desenvolvimento de políticas industriais, o que os torna mais atrativos às inversões estrangeiras. Assim, os Estados locais são convertidos em ponto de apoio das empresas que, por sua vez, tornam-se *organizações de governo da economia mundial*. Esse modelo de ajuste proposto pelo Banco Mundial e o FMI, sobretudo para a periferia, reforça a perda da substância dos Estados nacionais, os quais reorientam a parte mais competitiva da economia para a exportação, suscitando, para alguns países, um largo processo de

² Tema central em Os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo, Cortez, 2004.

desindustrialização e a volta a certas “vocações” naturais como a agricultura, o artesanato etc., consequentemente reduzindo o mercado interno e bloqueando o crescimento dos salários e dos direitos sociais. (BEHRING, 1998, p. 183)

Estas breves observações sobre a dinâmica capitalista na reestruturação produtiva reforçam a relação econômico-social no interior da qual se move o Serviço Social. Fica claro que para se compreender a totalidade social é imprescindível considerar a indissolubilidade entre a dimensão social e a econômica. Ou seja, “os ciclos econômicos, portanto, balizam as possibilidades e limites da política social” (BEHRING, 1998, p. 174), o que não significa dizer que a política social é uma estratégia exclusivamente econômica. Não pretendemos cancelar a luta de homens e mulheres que se recusam a ficar imóveis diante das armadilhas geradoras da desigualdade. Contudo, fiel ao pensamento que orienta a nossa análise da realidade, lembramos que a política pode ser um instrumento nas mãos dos trabalhadores para preparar o terreno da revolução social. Política não é fim, apenas meio.

Para Behring (1998, p. 174), “o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital, nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade”

Pois bem, como se apresenta, hoje, a relação entre a objetividade capitalista e a subjetividade dos sujeitos sociais? Qual a capacidade de luta que têm esses sujeitos sociais neste momento em que há uma imensa desproporção entre a população economicamente ativa e a necessidade de trabalhadores para valorizar o capital? Qual a capacidade de mobilização dos trabalhadores neste momento em que a contradição capital-trabalho

é deslocada para a lógica da cidadania e dos direitos sociais? Como lutar por políticas sociais se, sob o argumento de conter o *déficit* público ou de evitar a inflação, o governo recomenda o corte de gastos estatais como indicador de saúde econômica? Como reivindicar mais políticas sociais se até a geração de emprego tem sido atribuída ao indivíduo?

O Estado burguês não procura os fundamentos dos males sociais nem o seu princípio geral. Como diz Marx (1995, p. 81) nas *Glosas Críticas*, “nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida”. Daí que, em lugar de identificar a raiz dos problemas sociais, o que indicaria o caminho para a sua superação, o Estado só consegue pensar dentro dos limites da política. Nessa perspectiva, os indivíduos são desvinculados da sua condição de classe para serem diluídos numa categoria que iguala a todos, apesar das diferenças que separam e opõem capital e trabalho. Os indivíduos são qualificados por uma determinação jurídica pela qual, e somente por ela, é franqueado o seu acesso ao Estado: a condição de cidadãos (NAVES, 2000).

O fundamento dessa representação “é a categoria de sujeito de direito, o indivíduo ao qual o direito atribui as determinações da liberdade, da igualdade e da propriedade, o sujeito-proprietário que, no mercado, pode oferecer a si mesmo como mercadoria” (Idem, p. 83). Nesse espaço, onde todos podem comprar e vender, a qualidade de vendedor para a maioria dos indivíduos se restringe à única mercadoria da qual eles podem dispor: a força de trabalho. Como a venda da mercadoria força de trabalho depende das necessidades de valorização do capital e os direitos do cidadão, por sua vez, são também determinados pela mesma dinâmica, fica evidente que a organização da vida econômica, que se pauta na liberdade e na igualdade do sujeito-

proprietário, acaba por inviabilizar essas condições. A cidadania não resiste às determinações estruturais da relação-capital. A igualdade jurídica não é suficiente para equilibrar a profunda desigualdade entre o econômico e o social, pois acima da condição de cidadania está o princípio da propriedade privada e, enquanto a burguesia possui os meios de produção, os trabalhadores são cada vez mais impedidos de ter acesso à propriedade. No *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels (1998, p. 24) já diziam que nesta sociedade “a propriedade privada está suprimida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente pelo fato de não existir para nove décimos” Contudo, o Estado tem a pretensão de conciliar interesses contraditórios como se, mediante a supost a anulação das classes, anulasse a própria contradição (NAVES, 2000).

Como se pode ver, estamos tratando de uma sociedade em que, em vez de uma economia inserida nas relações sociais, as relações sociais é que se inserem na economia. Essa sociedade pode comportar diferentes formas políticas, a depender de cada momento histórico, mas, como aponta Netto (2002), “o leque de possibilidades não é infinito, é um leque finito”. A regência do capital sobre o trabalho é que determina esse limite. “A ordem burguesa da organização da vida econômica suporta vários modelos políticos desde que eles não afetem, não atinjam a propriedade privada dos meios de produção e a decisão privada da destinação/alocação do excedente econômico” (NETTO, 2002).

Essa afirmação de Netto nos remete ao *Welfare State*, experiência muitas vezes reivindicada como um modelo de produção que teria promovido o bem-comum, embora essa categoria seja absolutamente ilusória na sociedade capitalista, pois “numa sociedade com interesses antagônicos, cada qual promove o bem comum mediante a busca de sua vantagem particular” (MARX, 1984, p. 85). No caso específico do chamado Estado de

Bem Estar Social, os ganhos concedidos a determinados trabalhadores foram pagos por outros setores produtivos, nos quais aqueles benefícios jamais existiram. Segundo Paniago (2003, p. 89), na relação centro-periferia, estabelecida pelo *Welfare State*, “quem pagou a conta foram os trabalhadores dos países atrasados, submetidos a uma taxa de exploração e extração de mais-valia, incomparavelmente maior”.

Se é correto o que afirmamos, se as possibilidades e limites das políticas sociais são determinadas principalmente pela economia e, considerando a atual crise do capital, quais as possibilidades para a ação profissional do Serviço Social? O fato de o assistente social ser um trabalhador assalariado significa que estamos num beco sem saída e que não há nada a ser feito na direção do que propõe o projeto ético-político?

Ora, quando nos qualificamos para uma profissão, antes de qualquer outra motivação estamos investindo na qualidade da mercadoria que pretendemos vender: a nossa força de trabalho. Mas a formação do assistente social não se restringe apenas à garantia de competência técnica. Dentre outras características, o assistente social é um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, como define o documento das Diretrizes Curriculares.

Embora generalista, a nossa formação é orientada pela perspectiva da totalidade, o que pretende indicar que a dimensão profissional não é toda a nossa vida, mas só um aspecto dela. Por mais que nos desagrade admitir, a atuação profissional do assistente social é apenas atenuadora da desigualdade. Essa é a condição para sermos empregados. Mas, o indivíduo crítico que, embora reconheça as determinações do sistema, luta pela ampliação de direitos, também se pergunta como responder ao imediato sem perder de vista o que é central. Como contestar a objetivação do poder capitalista que as políticas sociais dissimulam

se, por mais ínfima que seja a transferência de renda por elas representada, as mesmas são indispensáveis à sobrevivência de muitos trabalhadores? A formação do assistente social estaria equivocada no que refere à relação teoria e a prática?

CONCLUSÃO

A formação do assistente social não se descuida da instrumentalização de que o profissional necessita para responder ao mercado. Tampouco a orientação marxista pretende ser prescritiva do fazer profissional. Marx é referência para qualquer profissional que não se contente tão-somente com a sua adequação às demandas mercadológicas. Essa referência permite apreender a funcionalidade da profissão à ordem capitalista e, a partir dessa apreensão, torna-se possível questionar os limites da "empregabilidade". Em outras palavras, faz-se necessário ir aos fundamentos da Teoria Social para compreender que a contradição está na realidade e não na formação do assistente social ou na sua prática profissional. Ao se colocar em dúvida a eficácia das políticas sociais, não estamos negando a profissão, mas tão-somente afirmando os seus limites. Mas, ter Marx como referência não muda a condição de assalariado do assistente social que, como qualquer outro trabalhador, precisa considerar as exigências imediatas da sobrevivência, o que não significa abrir mão do horizonte revolucionário.

Sob a ótica do capital, ter uma profissão é apenas investir na possibilidade de fazer parte da massa indiferenciada dos trabalhadores abstratos; é a tentativa de, enquanto parte da classe trabalhadora, ser um assalariado em ato; é tão-somente habilitar-se à relação com o mercado, de acordo com as demandas por ele geradas. Essa relação, no entanto, pode ser positiva e

positivista, tendo como pressuposto que o capitalismo representa o ápice do desenvolvimento humano e que, portanto, a complementaridade entre capital e trabalho não é apenas a condição fundante deste sistema, mas, também, que é eterna. Ou pode, tomando-se como critério da verdade a história e a prática social, verificar que o trabalho concreto, e não o abstrato, é uma necessidade eterna do homem. E, assim sendo, relacionar-se com o trabalho abstrato apenas como necessidade de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CRUZ, R. M. Formação profissional e formação humana: os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, B. W. **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

MARX, K. Glosas críticas. **Práxis**, Belo Horizonte, n. 5, out. / dez., 1995.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, L. I, V. 2.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NAVES, M. B. **Marxismo e direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2000.

NETTO, J. P. **Crise, democracia e sociabilidade**. Conferência realizada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, Recife: PPGSS, 27 ago. 2002. (Mimeografado).

PANIAGO, M. C. S. As lutas defensivas do trabalho: contribuições problemáticas à mancipação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 76, nov. 1973.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004.

O DESAFIO DO ASSISTENTE SOCIAL EM FRENTE AOS DESAFIOS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS:

relações de poder numa instituição psiquiátrica e a luta
antimanicomial

Carolina de M. Espínola¹

Dulce Carolina Fonseca Marinho²

Maria Esperança França³

RESUMO

A questão social nos faz avaliar a todo momento seus rebatimentos e repercussões nos espaços de intervenção da assistente social. A luta anti-manicomial e as relações de poder que se estabelecem no espaço de uma instituição que trata da saúde mental numa lógica hospitalocêntrica nos faz refletir a prática profissional do serviço social, a relação com o usuário, com a equipe multidisciplinar e com o poder institucional, tendo em vista as diretrizes do código de ética profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Código de Ética. Luta Anti- manicomial. Relações de Poder.

ABSTRACT

The social matter in makes them to evaluate the all moment its strikings and repercussions in the spaces of intervention of the social assistant. Fight anti-manicomial and relations of to be able that they are established in the space of an institution that deals with the mental health in a hospitalocêntrica logic, in makes them to reflect the practical professional of the social service, the relation with the user, the team to multidiscipline and with the institucional power in view of the lines of direction of the code of professional ethics.

Keywords: Social service. Code of Ethics. Manicomial Anti-fight. Relations of Being able.

¹ UCSal

² Prefeitura Municipal de Itabuna - BA

³ Prefeitura Municipal de Almadina - BA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura identificar elementos do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social relacionando os elementos éticos constituídos nas relações estabelecidas na temática da luta anti-manicomial, bem como dos atores e sujeitos envolvidos nesse processo.

Esta reflexão resulta de uma visão crítica que analisa o Hospital Psiquiátrico como uma instituição que aprisiona, exclui, causa dependência, cronifica e violenta os portadores de sofrimento psíquico, partindo do pressuposto de que, nesse modelo, a internação hospitalar é priorizada como fonte multiplicadora de lucros. Os capitalistas da Indústria da Loucura – indústria farmacêutica e os donos dos hospitais e clínicas psiquiátricas para fortalecerem a lógica da acumulação, estabelecem relações de poder entre os usuários / equipe de “assistência à saúde mental” e entre os membros da equipe.

É dessa relação que concretiza a instituição hospitalocêntrica como espaço político de controle social e dinamiza o desenvolvimento das classes dominantes que trataremos neste estudo, destacando de que modo o Assistente Social intervém nesses relacionamentos, articulando a prática institucional observada no campo de estágio – (Hospital Juliano Moreira) e suas atribuições, orientadas pelo Código de Ética e regulamentadas pela Lei 8.662/93.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: o projeto ético-político em questão

Ao longo dos tempos, as assistentes sociais participam (ou observam) dos processos de transformação da profissão, tendo em vista que se trata de uma prática dialética e histórica e que tem

como objeto da ação os rebatimentos da questão social na sociedade.

A ação do sujeito profissional, hoje, requer uma ruptura com as práticas tradicionais e burocratas para dar conta da realidade, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento cotidiano para possibilitar uma ação crítica sem perder de vista que a vontade política deve ser confrontada com os limites e possibilidades da realidade social.

Entretanto, devemos salientar que a hegemonia dessa concepção não se deu por acaso, ela surgiu dos rebatimentos que a profissão vem encontrando, passando pelo “Movimento de Reconceituação”, da ofensiva neoliberal, da crise da esquerda mundial e, especialmente, das próprias complexidades que esses fatores remetem à profissão.

Tais elementos fizeram que o avanço da prática estivesse relacionado às novas formas de conduzir o processo e, sobretudo, às novas demandas profissionais visualizadas nos campos de atuação contemporâneos, como é o caso das relações de poder dentro de uma instituição psiquiátrica.

Relações de poder são manifestações políticas que representam a dinâmica capitalista sobre o cotidiano das pessoas, cujo principal reflexo é o espírito de competitividade que permeia as relações sociais, fazendo com que os indivíduos travem, diariamente, uma luta pelo poder, não por opção pessoal, mas como sobrevida nesta ordem social. Essa luta exige a especialização de cada pessoa, enquanto profissional, para que suas práticas sejam aprimoradas, de modo a constituírem-se como uma força de apoio às classes dominantes ou às classes subalternas. (FALEIROS, 1997).

Em suma, estabelecer uma relação de poder é “apoiar o projeto próprio, debilitar a vigência do projeto contrário, ampliar

e controlar espaços, [...] isto é, fazer política". Caracteriza-se, segundo Faleiros, (1997) pelo:

estabelecimento de relação entre os atores por meio de interesses, pela formulação de táticas e estratégias e mobilização de recursos na conjuntura [...] onde se descobrem interesses próprios em conflito com o adversário no enfrentamento por defender ou conquistar posições. Para tal, é preciso a consciência da posição que se tem, da força do adversário e do processo global das condições de manobra, articulando-se organização, mobilização e saber.

A não compactuação com esse tipo de prática é um dever ético do profissional de Serviço Social, tendo em vista que a operacionalização dessa lógica de sobreposições implica na não atenção e efetivação dos direitos dos usuários.

O Hospital Psiquiátrico, por lucrar com os internamentos, preconiza pela chamada "prática terapêutica hospitalocêntrica" que consiste em controlar o comportamento "agitado e perigoso" dos usuários por meio de regras, rotinas e coerções, reduzindo o tratamento apenas à atenção médica, com o objetivo de "tirar da crise", eliminar sintomas e controlar a doença.

Trata-se da relação de poder da equipe multidisciplinar com os usuários de saúde mental, onde se vincula o saber médico às práticas de internamento, estabelecendo uma relação de dominação com o doente mental que, historicamente, não tem direito à voz por não ter a sanidade mental. "Ele perde o direito à voz, o direito de ficar alegre, triste, de não querer conversar porque tudo passa a ser sintoma", afirma Edna Amado, assistente social coordenadora do Serviço Social do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira e coordenadora, na Bahia, do Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios.

Esses profissionais muitas vezes não têm a visão de amplitude do ser e aos alienados mentais, especificamente, é mais gritante a desatenção à sua situação, pois não é interessante ao poder público o investimento nessa mão-de-obra "improdutiva", o que significaria o início de uma transformação da sociedade, traduzindo-se em prevenção ao sofrimento mental e reconhecimento dos direitos sociais numa sociedade tão marcada pelas contradições e desigualdades como a brasileira que estigmatiza o doente, denominando-o de "maluco", rotulando-o de irresponsável, incomunicável, perigoso, sem credibilidade e inconveniente para o sistema, enclausurando-o em manicômios.

No sistema manicomial os portadores de sofrimento psíquico são internados por qualquer motivo que seja e esse, muitas vezes, é de origem social. O indivíduo que a sociedade hospitalocêntrica interna é submetido às regras daquela instituição e o que o mantém naquela condição é a atenção que os profissionais de saúde oferecem: uma relação de dependência do cuidado alheio para comer, vestir, realizar o asseio diário, etc. O usuário passa pelos cuidados de todos os profissionais e não tem direito à recusa pelo tratamento porque a chamada "terapêutica psiquiátrica" (contenção química e mecânica, violência física e psicológica, isolamento) ocasiona seu estado vegetativo.

No Hospital Juliano Moreira os usuários, sem poder decisório, muitas vezes manipulam a atenção da equipe multidisciplinar de maneira defensiva: às vezes ficam sem falar, sem comer, sem asseio, gritam, agridem oral e fisicamente, assumindo apenas a identidade de doentes, incapazes e perigosos, esquecendo das múltiplas identidades sociais que possuem (pai, filho, trabalhador, estudante, consumidor, eleitor, etc.), gerando o círculo vicioso da cronificação, não pela doença, mas pela atenção recebida – contenção química e física. Contrapondo-se a isso, as

assistentes sociais encaram as reações agressivas com firmeza, pois compreendem as tensões vividas pelos usuários do sistema manicomial e a rejeição nas abordagens também é respeitada priorizando o tempo de cada um.

O papel do Assistente Social nesse contexto é o de mediador e mobilizador de recursos para oferecer meios de expansão ao usuário, mesmo dentro de seus limites. Para tanto, o Serviço Social ocupa os setores estratégicos, como as portas de entrada, ambulatório e a emergência, levando o usuário ao conhecimento de que remédio está tomando, porque está tomando, quais os malefícios da reinternação, como conviver com a doença mental no âmbito familiar, ajudando-os a desenvolverem sua autonomia para recuperar os direitos sociais.

A opção política do profissional e o conhecimento de seus instrumentos de legitimação são essenciais na sobreposição aos interesses arbitrários das instituições e de outros profissionais:

Dentro do Hospital Psiquiátrico existe a hierarquia histórica de poder hegemônico entre os médicos – detentores do saber absoluto, voltados apenas para a dimensão curativa, perante os outros saberes que também compõem o corpo técnico da equipe de Saúde Mental. Trata-se da compartimentalização dos saberes e o que é mais forte: a falsa multidisciplinaridade, cuja atuação profissional é voltada para os princípios de cada profissão, um sobrepondo o saber do outro.

Nesta sociedade o saber médico não respeita as subjetividades dos indivíduos e, sim, promove a homogeneização do tratamento; em contrapartida, a assistente social preconiza pelo atendimento individual, acolhedor, preocupando-se mais em ouvir do que falar, incentivando os usuários a solicitarem a mesma atenção por parte dos outros profissionais para relatarem suas discordâncias e dúvidas acerca do tratamento.

Sendo assim, o Serviço Social passa a ser um pólo “mais forte”, pois aplica seus conhecimentos para estimular a participação do usuário nas decisões institucionais que lhe dizem respeito. Visando quebrar com as ideologias acerca da loucura, a assistente social se instrumentaliza, detém informações sobre saúde mental por meio de leituras, treinamentos e discussões com outros profissionais. Essa prática respalda sua conduta em relação ao usuário, criando também vínculos de confiança com o mesmo, possibilitando a visualização e crítica acerca de sua atuação, de modo a situar-se na conjuntura político-econômica de forma ética.

O poder constituído nesses espaços é assumido pela equipe de trabalho que ocupa o lugar de 'donos da casa'. Os profissionais de quem os usuários são dependentes estão também cronificados nessa lógica do manicômio e têm seu trabalho sustentado e organizado nessa forma de relação. O poder médico, artificialmente, cria uma legitimidade de intervenção da classe dominante sobre os despossuídos por meio da nova especialidade - a psiquiatria - da nova instituição [...] o Hospital Psiquiátrico. O objeto dessa intervenção [...] o sofrimento mental - é reduzido, por meio de um artifício conceitual, à categoria de 'doença mental', subtraindo-se toda a complexidade de fenômenos diversos, singulares e compreensíveis no contexto da existência humana. (MORGADO, 1994).

A característica mais marcante nessa relação dentro dos hospitalocentros é o Ato Médico que retira a autonomia das outras categorias que atuam em Saúde Mental e, apesar de não concordarem com os procedimentos psiquiátricos como o eletrochoque e a contenção, presenciam a desconstrução de seus trabalhos em consequência dessas práticas e, muitas vezes, são levados pela ideologia de que essas são “terapêuticas” que levam à sanidade.

Compete ao Serviço Social, em um hospital psiquiátrico, prestar atendimento à população que recorre ao hospital, socializando informações e compatibilizando acerca dos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no processo de saúde/doença mental. Refletir com os usuários, familiares e comunidade sobre seu papel enquanto elemento participativo no contexto social, estimulando o exercício da cidadania, aplicando os processos metodológicos e técnicos específicos de Serviço Social; para identificar e equacionar os problemas que estejam inferindo na superação da problemática vivenciada pelo usuário, interpretando e discutindo a respeito dos objetivos, funcionamento e adequação dos interesses da população.

A dinâmica da ação profissional do Serviço Social nos espaços de atuação deve ser inter-relacionada, iniciando desde a emergência, dando continuidade na internação, onde o quadro psíquico do usuário é compensado e o acompanhamento a nível ambulatorial, pois trabalha o universo do usuário fora da instituição fechada, acompanha sua rotina diante da realidade social na qual está inserido e na relação familiar.

É necessário fazer uma reflexão profunda sobre o Projeto Ético- Político do Serviço Social em consonância com o projeto societário, considerando as mediações que são passíveis de realização no cotidiano profissional em níveis coletivos e ter em vista a construção de novos valores e de novas condições objetivas que culminem com o processo de transformação.

O grande desafio que se coloca para o Serviço Social é a construção de mediações que viabilizem, concretamente, tal experiência histórica. Essa é uma perspectiva fundamentada numa proposta ética que se pretende válida, pois requer um profundo conhecimento da realidade social e de seus limites, mas não concebe a perspectiva do novo como possibilidade remota ou impossível.

CONCLUSÃO

Seguir os princípios orientados pelo Código de Ética é uma das maiores dificuldades da profissão quando se trata da multidisciplinaridade. Mais do que isso, trata-se de um desafio para a concretude do Projeto Ético-Político Profissional; trata-se da operacionalização da construção e acumulação histórica do Serviço Social em detrimento às novas complexidades do mundo contemporâneo.

O item d do Art. 11º do Código de Ética diz que: "É vedado ao assistente social prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional", porém, existem princípios maiores que norteiam o trato aos usuários que sobrepõem as relações institucionais e com os profissionais de outras áreas. Cabe ao profissional de Serviço Social compatibilizar os fatores em questão e tomar posições em consonância ao projeto de sociedade que ele assumiu, com opção de classe e a favor das classes subalternas, tendo em vista que não existe neutralidade nessa relação, dentre muitas outras.

A desconstrução da "não existência social", do "zero de trocas sociais" a que estão submetidos os usuários dos serviços de saúde mental, é a tarefa da qual deve se ocupar a equipe profissional que lhes presta cuidados. Nessa proposta profissional os assistentes sociais têm um papel fundamental, trata-se de romper com o hospital psiquiátrico inserindo os usuários em suas casas, na cidade, na vida cotidiana, nas trocas afetivas e sociais, no trabalho, no lazer, na saúde, etc., fortalecendo, assim, suas redes de interação, fragilizadas ou destruídas por internações e estigmas desta sociedade excludente.

O desafio da assistente social na contemporaneidade é trabalhar pela cidadania dos usuários facilitando informação e acesso aos seus direitos econômicos, políticos e sociais; trata-se de mudar as relações de poder aumentando o poder de organização dos sujeitos-usuários para que tenham força para pressionar e garantir direitos denunciando os casos de violação.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. B. Assistente Social, trabalhador saúde. **Revista Inscrita**, Brasília, Conselho Federal de Serviço Social e Saúde Mental, p. 35-39, 1999.

FALEIROS, E. T. S. Serviço Social e Saúde Mental. **Revista Inscrita** Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, p.31-36, 2002.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em Questão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Ceará: Conselho Regional de Serviço Social, 1997.

MORGADO. Desinstitucionalização: suas bases e a experiência internacional. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, p. 19-28, 1994.

SERVIÇO SOCIAL E CONTRADIÇÃO

Mileni Alves Secon¹

RESUMO

Esta comunicação trata do Serviço Social e sua profissionalidade no jogo de tensões entre Estado e Capital, entendendo este espaço como espaço de tensionamento, onde a contradição entre capital e trabalho é manifestada pela "questão social". Ressalta que essa contradição que expressa o modo de ser da sociedade capitalista também é a possibilidade de os trabalhadores organizados resistirem e construir uma outra sociabilidade, onde o Serviço Social está atrelado pela sua opção e construção do projeto ético-político.

Palavras-chave: Serviço Social, Projeto Ético-político, contradição

ABSTRACT

This current work talks about the Social Service and its professionalism in the game of tensions between State and Capital, understanding this space as a space of tension, where the contradiction between capital and work is shown by the "social question". It emphasizes this contradiction that expresses the way of being in the capitalist society, also the possibility of organized workers to hold and to build another social way of living where the Social Service is harnessed by its option and construction of the political-ethical project.

Keywords: Social Service, ethical political project, contradiction

¹ Assistente Social, docente temporária da Unioeste/Toledo-Pr, doutoranda em Serviço Social da PUC-SP.

INTRODUZINDO O SERVIÇO SOCIAL NO DEBATE DA CONTRADIÇÃO

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas caverna para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador.²

Marx

A Década de 1980 trouxe para o país uma nova forma de relação entre Estado e sociedade civil. Desde essa década, “o Brasil foi palco de um processo de revitalização da sociedade civil, que na luta pela democratização colocou em xeque não apenas o Estado ditatorial, mas as redes de instituições autoritárias que atravessavam a sociedade e caracterizavam as relações entre grupos e as classes sociais”. (RAICHELIS, 2000, p. 72).

A luta estabelecida pelos sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos reanimou a classe trabalhadora, agora organizada coletivamente, buscando novas formas de participação e decisão nos espaços públicos estatais, no sentido se construir um novo projeto de governo popular e democrático.

Todavia, se as condições político-sociais eram favoráveis à luta da classe trabalhadora nos anos 1980, as condições econômicas colocavam os países capitalistas periféricos, como o Brasil, numa situação de crise atravessada por recessão econômica, alto índice inflacionário, estagnação produtiva, crise fiscal do Estado.

² Manuscritos econômico-filosóficos, 2004, p. 82.

³ Uma das formas mais conhecidas para a saída dessa crise está explícita no plano normatizado pelo Consenso de Washington, realizado em 1989 nos Estados Unidos, onde foram fixadas as medidas de ajustes estruturais para as economias periféricas.

É importante destacar que essa crise³ que aflorou no Brasil não foi um fenômeno isolado, suas causas estavam assentadas numa crise estrutural do capital já manifestada, anterior à década de 1970, nos países capitalistas centrais.

Se nesse período, de um lado tínhamos uma crise econômica sem precedentes, do outro lado tínhamos uma forte organização da classe trabalhadora para implementar um projeto democrático de nação. Esse novo projeto foi balizado por dois segmentos da sociedade: um representando o grande capital e os interesses da classe burguesa no Brasil, tendo como representante Fernando Collor de Mello, e outro que atendia aos interesses dos trabalhadores, sendo encabeçado pelo hoje presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Não foi difícil imaginar, na época, qual projeto sairia vencedor. Suas conseqüências são presentes hoje na agudização da “questão social” e suas múltiplas manifestações.

O momento histórico vivenciado pela organização dos trabalhadores na década de 1980, com a vitória do projeto burguês, teve seu refluxo na década seguinte. Os direitos transcritos para a Constituição Federal de 1988, onde eram observadas as necessidades concretas da classe trabalhadora, e que exigiam a reforma do Estado para se efetivarem, tiveram direção contrária, uma contra reforma do Estado nas palavras de Bering (2003), onde foram atendidas as necessidades do capital no seu modelo mais perverso, o capital financeiro, ou como se refere Netto (2004) parasitário-financeiro, aquele que suga os elementos necessários para sua manutenção e crescimento e não retorna para o hospedeiro do qual retirou sua fonte de sobrevivência.

Mesmo assim, e com vários limites, a promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu novos parâmetros de

gestão governamental e de participação da sociedade civil nessa gestão.

Além desses novos parâmetros, a mesma Constituição Federal promulgou diversos direitos (frutos das lutas democráticas de diversos movimentos sociais, partidos políticos, etc) que exigiram uma intervenção mais direta e contínua do Estado para realizar os mesmos por meio da implantação de políticas sociais, onde a descentralização dessas políticas para execução nos municípios abriu novas possibilidades de trabalho para o assistente Social⁴.

Esses profissionais que até meados da década de 1980 se colocavam como, nas palavras de Netto (2000), meros executores terminais de políticas sociais são convocados, pela necessidade da demanda posta, a planejarem, implantarem, gestionarem, avaliarem essas políticas com vistas a atenderem às necessidades dos usuários das mesmas.⁵

O mercado de trabalho exige novas competências do Assistente Social, este deve ser um profissional criativo, propositivo, que dê respostas às demandas com eficiência e eficácia. Todavia, se a Constituição Federal abriu as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, as reformas e transformações societárias pós 1970 tiveram um impacto profundo na categoria trabalho atingindo profundamente a classe trabalhadora. Concomitantemente, atingindo o Assistente Social como parte dessa categoria, já que o mesmo é um profissional assalariado que vende sua força de trabalho em troca de remuneração.

⁴ Não só para esse profissional, mas dado o objeto de estudo, centraremos a discussão apenas nesse profissional.

⁵ Segundo Iamamoto (1999, p. 21), "o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais".

Essas transformações societárias,

reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas, ao metamorfosearem a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, sistemas institucional-organizacional, etc). (NETTO, 1996, p 88/89)

Situação que atinge também o Assistente Social como trabalhador assalariado que tem precarizado os postos de trabalho, as formas de contratação, mas também tem esses espaços de trabalho ampliados dadas as condições de desemprego dos trabalhadores e os altos índices de miserabilidade que passam a viver, oriundos da agudização da "questão social", fruto dessas transformações societárias.

Não só há uma heterogeneidade da classe trabalhadora, mas o próprio capital se torna heterogêneo convivendo com diferentes fases de desenvolvimento no mundo, isto é, mostra-se altamente desenvolvido, informatizado em países capitalistas centrais, enquanto que nos países capitalistas periféricos convive com formas "arcaicas" de industrialização. É o que Mandel (1985) vai chamar de capital desigual e combinado, onde até mesmo dentro de uma mesma nação há o convívio de formas ultra-modernas de produção com formas quase primitivas. Esse movimento do capital garante sua potencialidade produtiva, visto que explora sobre diferentes formas o trabalho.

No Estado burguês também se opera uma nova forma de se relacionar com o capital, ainda que mantendo seu estatuto de classe, este passa a encolher sua ação reguladora, o que traz profundos impactos para o coletivo da sociedade. Ele deixa de buscar legitimidade junto à classe trabalhadora, com isso deixa de

investir nas políticas sociais públicas e passa a cortar direitos sociais.

Mais um impacto para o Serviço Social: trabalhar na contradição de garantir direitos sociais numa realidade de negação destes pelo Estado burguês.

Considerando que, desde sua gênese, o Serviço Social está atrelado à contradição própria da sociedade capitalista,

a base própria da sua profissionalidade, as políticas sociais conformam um terreno de conflitos- e este é o aspecto decisivo- constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo proletário, elas se mostram como territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tensionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas. (NETTO, 2000, p. 78).

Faz se necessário, portanto, discutir, antes das novas demandas e exigências postas ao Serviço Social, sua profissionalidade no campo das tensões de classe. Netto (2005) dá ênfase à contradição do Serviço Social pelas respostas institucionais criadas pelo Estado capitalista às políticas sociais, porém também considera que a base que conforma a existência dessa intervenção estatal é contraditória, pois revela o antagonismo da luta de classes.

O primeiro pressuposto que marca o conjunto de contradições da sociedade capitalista é que o trabalhador, ao realizar o seu trabalho, produz algo que não lhe pertence, mas sim ao capitalista que adquiriu sua capacidade laborativa como qualquer outra mercadoria, visto que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão”. (MARX, 2004, p.80).

É a produção coletiva da riqueza pelo trabalhador e sua apropriação privada pelo capitalista que colocam as bases de sustentação do sistema capitalista. Sem a exploração do trabalho é impossível pensar a ordem societária burguesa.

Esta ordem traz para o conjunto dos trabalhadores consequências objetivas e subjetivas, pois, ao realizar trabalho para o capitalista o trabalhador se “perde” da sua capacidade criadora e socializadora que é dada pelo trabalho. Este, ao se separar do produto final de seu trabalho, não se reconhece no mesmo e se aliena de todo processo de produção, de si mesmo, da natureza e do humano genérico. (MARX, 2004) Outro pressuposto do conjunto de contradições do sistema capitalista.

Esses dois pressupostos não estão isolados, mas são unidades dialéticas de uma mesma totalidade concreta.

Mas se o sistema capitalista se mantém por esta contradição (produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada), é também essa contradição que coloca a possibilidade para a classe trabalhadora superar essas condições.

Se, referindo-nos ao trabalho como produtor de mercadorias, temos de um lado a classe trabalhadora que produz mercadorias e de outro lado a classe capitalista que se apropria dessa produção.

Essas classes estão em pólos opostos de uma mesma realidade e polarizam também interesses opostos. É justamente desse tensionamento entre essas classes que no movimento dessa contradição a classe trabalhadora pode se colocar como classe revolucionária, apresentando um novo projeto que estabeleça uma outra ordem societária.

Todavia, esse movimento não é tão simples, pois essa contradição não se revela de imediato, ela é ocultada das mais diferentes formas pela classe burguesa, pois é sobre essas condições que está assentado o sistema capitalista.

Esse sistema tem colocado para o conjunto da classe trabalhadora as condições objetivas de sobrevivência que a história até hoje revelou: exploração, miséria, violência, etc. Enfim, desigualdades econômicas entre as classes que conservadoramente se cunhou chamar de questão social⁶.

Nesse sentido, há que se considerar estas duas grandezas ontológicas - próprias do sistema capitalista - as políticas sociais e a "questão social", sem as quais é impossível discutir o Serviço Social hoje.

SERVIÇO SOCIAL E CONTRADIÇÃO

O Serviço Social tem seu surgimento marcado pela consolidação do sistema capitalista no momento de sua manifestação como monopólios, momento esse marcado pelo afloramento da "questão social", entendida aqui como:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do 'trabalhador livre', que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001, p. 16, 17).

⁶ Esse termo oculta a realidade posta pela contradição entre capital e trabalho. (NETTO, 2001).

Não queremos dizer que é só neste momento histórico que a "questão social" emerge, pois a mesma, segundo Pastorinni (2004) apresenta diferentes manifestações nos diferentes estágios pelos quais passou o sistema capitalista, com variantes formas de enfrentamento da mesma pela sociedade e posteriormente pelo Estado, contudo sua gênese marcada pela contradição de classes manteve-se a mesma no decorrer da história.

A "questão social" tem uma relação com o Serviço Social desde sua gênese como profissão, ela sustenta sua base de intervenção. Todavia, não se coloca de imediato nesta relação, pois "as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a 'questão social', mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica". (NETTO, 2000, p. 18).

Essa forma de conceber o Serviço Social é entender que o mesmo se constituiu a partir de um momento histórico determinado, assim, a profissão é determinada sócio-historicamente, que a mesma se constrói sustentada pela contradição, que seu significado social se dá, segundo Iamamoto (1992), na vinculação concreta que esta profissão vai ter na sociedade capitalista, ou seja, na contradição entre quem paga e quem demanda seus serviços.

Não queremos dizer aqui que a intervenção profissional é contraditória - pelo contrário - queremos dizer que o campo de ação profissional já está dado concretamente, é um campo de contradições que não depende da ação do profissional para ser formado, mas já está colocado sob as condições histórico-sociais construídas pela ação das classes sociais em movimento. Contudo, o profissional, nessa contradição, pode ser mais sensível ao capital ou ao trabalho, a depender das forças políticas desses pólos e também do projeto coletivo profissional.

É importante destacar que a profissão não se dá de forma aleatória. O que ocorre é um reordenamento interno do capitalismo evidenciando um espaço concreto para institucionalização da profissão. Dessa forma, entende-se que esse processo constitui-se em um processo de ruptura, conforme análise de Netto (1992), devido à condição de assalariamento que esse profissional assume, tornando-se este momento fundamental para que posteriormente esse sujeito se compreenda enquanto membro da classe trabalhadora. Isso provoca um avanço na construção da categoria profissional, ou seja, na sua trajetória histórica.

Essa contradição que dá materialidade ao significado social da profissão e marca sua identidade profissional é concebida como parte integrante de sua organização como profissão a partir do momento em que o profissional passa a compreender sua inserção nessa rede de relações sociais determinada pela contradição “não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivenciamos cotidianamente”. (IAMAMOTO, 1992, p. 120). Ela é compreendida e adquire sentido no espaço das relações sociais concretas da sociedade da qual é parte.

Ao compreender esse movimento, pode-se dizer que a profissão avançou, no sentido de romper com antigas concepções da mesma, descoladas da realidade, numa visão endógena do Serviço Social (IAMAMOTO, 1999) que não compreendia essa forma histórica de reconhecer a profissão no rol de profissões que surgem a partir de um determinante histórico que é a “questão social”.

Essas foram as condições histórico-sociais que permitiram o surgimento da profissão na Europa, contudo, uma característica que se manterá igual na Europa e no Brasil (considerando suas especificidades), mas que já se coloca como

fundamental à profissão é que esta surge num espaço de contradições, que não surge da e pela profissão, mas é própria do movimento histórico desta ordem societária. Assim:

a base própria da sua profissionalidade, as políticas sociais conformam um terreno de conflitos - e este é o aspecto decisivo - constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo proletário, elas se mostram como territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tensionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas. (NETTO, 2000, p. 78).

A profissão, ao defender os interesses da classe trabalhadora, ao buscar fundamentação teórica para compreender essa realidade contraditória onde se insere, passou a produzir novos conhecimentos e dar novas respostas para seu exercício profissional, no sentido de atender às demandas postas pela “questão social”, tanto as já existentes como as novas, requerendo:

[...] no seu enfrentamento a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção de uma esfera pública. (IAMAMOTO, 2001, p. 10,11).

Essas novas demandas e respostas dadas, por sua vez, também se dão de forma contraditória, pois são estabelecidas a partir da reorganização do capital que busca manter sua hegemonia e, para tal, organiza-se sob novas formas de exploração do trabalho.

Essa reorganização do mesmo apresenta novas formas de expressões da "questão social". Sendo assim, o profissional é convocado para atender a essas novas demandas dando respostas e buscando outras para seu exercício profissional, ainda que localizado no jogo de tensões provocado pela relação contraditória entre capital e trabalho.

Segundo Netto (1996) este momento de reorganização do capital inicia a partir de 1970, onde se evidencia a crise do mesmo acarretando uma série de transformações societárias. É nessa década que emergem nitidamente "as transformações societárias que [...] vão marcar os anos oitenta e noventa, revelando inflexões significativas no evoluir da sociedade capitalista [...]". (NETTO, 1996, p. 89,90).

A década de setenta marca a agudização da crise do capital, já iniciada na década anterior, apresentando uma recessão que teve proporções antes comparáveis à Segunda Guerra Mundial. Chegava o fim de um período de crescimento, que Mandel (1986) define como ondas longas expansivas, e emergia um novo período de ondas longas recessivas, evidenciando não só a crise das bases de articulação sócio-políticas vigente, mas expunha as contradições inerentes ao capital.

É para responder a esse novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias. (NETTO, 1996, p. 90)

Essas transformações centram-se na alteração na forma de produção de mercadorias, onde suas conseqüências

repercutem para todas as relações sociais, políticas, econômicas que perpassam a sociedade capitalista. A rigidez no processo produtivo perde espaço para a produção flexível. A palavra de ordem nessa reorganização é a flexibilidade: flexibiliza-se a produção, os direitos dos trabalhadores, as relações comerciais, políticas e econômicas.

Assim, compreender a "questão social" a partir das transformações societárias pós-setenta é, como expõe Iamamoto (1999, p. 114): "[...], decifrar as desigualdades sociais -de classes- em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio-ambiente, etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais"

Essas novas expressões da "questão social" apresentam uma demanda por serviços anteriormente inexistentes e que precisam receber respostas eficientes seja via ações públicas ou privadas.

Parar responder a essas demandas exige-se um profissional que, nos dizeres de Iamamoto (1999, p. 49), seja:

[...] um profissional afinado com a análise dos processos sociais tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo capaz de entender 'o tempo presente, os homens presentes, a vida presente' e nela atuar contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.

Essas novas exigências para um novo profissional favoreceram que a categoria se organizasse para, além do exercício profissional, pensar a formação profissional necessária para atender a esses requisitos.

Nesse sentido, após muitos encontros, debates, oficinas foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares para os cursos

de Serviço Social no Brasil, em 1996. Cabe lembrar que esse avanço também contemplou o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei que regulamenta a Profissão em 1993, marcando a materialização do compromisso ético-político da profissão em documentos oficiais.

É importante destacar que essa conquista é histórica e inicia com o Movimento de Reconceituação na década de 1970 que marca os rumos do Serviço Social “afinado com os novos tempos”. Não apenas para atender as necessidades postas pelo mercado de trabalho, mas, sobretudo, para dar respostas profissionais à classe trabalhadora, cada vez mais empobrecida.

CONCLUSÃO: reafirmando na contradição a opção pela classe trabalhadora

Com a Constituição Federal de 1988 e demais leis complementares sancionadas para dar operacionalização aos direitos sociais, os Assistentes Sociais garantiram uma maior sustentação para o exercício profissional em razão da luta pela implantação e implementação de ações e serviços que garantissem a efetivação desses direitos sancionados pela Carta Magna.

Pelo princípio da descentralização, os municípios trouxeram para si não só a responsabilidade de executarem os projetos sociais para atender às demandas por direitos, mas também passaram a ser os responsáveis para formular, executar e avaliar essas políticas e programas sociais, como órgãos gestores das políticas sociais.

Os profissionais de Serviço Social que trabalham nessa área, conhecida como gestão social pública, são responsáveis pelo desenvolvimento das políticas sociais em âmbito municipal, portanto:

[...] requer (dos assistentes sociais) conhecimento do contexto político e constitucional da gestão governamental; aprendizado para agir sob ‘constante pressão política’; habilidade para atuar dentro de metas pré-fixadas por lei, em estruturas organizacionais, sob controle do sistema jurídico. (IAMAMOTO, 1999, p. 125).

Esses novos espaços de trabalho permitiram um reconhecimento técnico e político do exercício profissional do Assistente Social como um profissional que acumula conhecimentos para desenvolver sua atuação com respostas eficientes às demandas postas.

No que se refere à gestão social pública, onde os Assistentes Sociais respondem como gestores das políticas sociais, estes têm a possibilidade de contemplar de modo mais significativo os direitos da classe trabalhadora, no entanto, como trabalhador do Estado, este também é requisitado para representá-lo nos seus interesses e defendê-lo.

Se, por um lado, ocupar esses espaços como gestores municipais das políticas sociais é uma conquista política e técnica da profissão, por outro lado o Assistente Social é chamado neste mesmo espaço para atender aos interesses da classe burguesa por meio do Estado.

Portanto, é imprescindível ocupar estes espaços de trabalho como garantia da capacidade técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa do Assistente Social, porém este precisa, cotidianamente, revelar a contradição histórica presente na sociedade de classe e na sua profissão, reafirmando seu compromisso com o projeto ético-político profissional na defesa da classe trabalhadora.

Identificar essa contradição no exercício profissional não é apenas voltar à história do Serviço Social, mas é compreendê-la em sua manifestação cotidiana e avançar com o Serviço Social num outro projeto societário, uma vez que o nosso projeto profissional se revela cada vez mais contrário ao projeto societário hegemônico.

Contribuir na construção coletiva do projeto ético-político do Serviço Social, como já está declarado nos princípios que orientam nosso Código de Ética Profissional, é um desafio permanente que exige dos profissionais uma formação continuada, crítica e direcionada para o fim da exploração de classes.

O desafio está dado, cabe à categoria profissional do Serviço Social enfrentá-lo. Esta história não necessita começar do zero.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. MÓDULO 01: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social- Ensaio críticos**. 5 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. São Paulo. Cortez, 1982.

MARX, Karl. **O capital**. Volume I. Os economistas. 3 ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **La natureza Del Serviço Social: um ensayo obre su gênesis, su especificidad y su reproduccion**. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez. Biblioteca Latinoamericana de serviço social, 2000. Série Ensayos.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Ed Cortez. 2005.

_____. Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Ed. Cortez, n. 50, v. 18, abr., 1996.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Ed. Cortez, n. 79, v. 25, 2004. Especial.

_____. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 3, jan./Jun, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e conselhos de Assistência Social:** caminhos da construção democrática. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez. 2000.

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO ANTIMODERNO

Nailsa Maria Souza Araújo¹

RESUMO

O presente ensaio é parte de um projeto de pesquisa para tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As preocupações que abarca são fruto de um processo de aproximações sucessivas ao tema dos fundamentos históricos do Serviço Social, particularmente acerca do componente conservador dos suportes filosóficos de sua natureza e gênese. O objetivo a que se dirige é contribuir para o aprofundamento teórico-metodológico sobre a influência do pensamento conservador na profissão, procurando refletir o chamado caráter antimoderno do Serviço Social e delimitar as substantivas diferenças entre conservadorismo moderno e conservadorismo antimoderno.

Palavras-chave:

ABSTRACT

The present essay is part of a project of research for thesis of doutoramento next to the Program of After-Graduation of the Federal University of Rio De Janeiro. The concerns that accumulate of stocks are fruit of a process of successive approaches to the subject of the historical beddings of the Social Work, particularly concerning the component conservative of the philosophical supports of its nature and genesis. The objective the one that if objective is to contribute for the deepening theoretician-methodological on the influence of the thought conservative in the profession, looking for to reflect the call character anti-modern of the Social Work and to delimit the substantive differences between modern conservadorism and conservadorism antimodern.

Keywords:

¹ UFS

Já está consolidada a idéia de que a gênese do Serviço Social está diretamente vinculada aos fundamentos teórico-metodológicos do pensamento conservador.

No Brasil, o surgimento do Serviço Social no seio da história particular de sua formação social foi demarcado como parte do processo de consolidação da etapa monopolista do desenvolvimento do capitalismo quando o Estado, por meio da arregimentação de políticas sociais, passa a intervir desde dentro na conservação e no controle da força de trabalho. (NETTO, 1992).

É nesse sentido que teóricos como Iamamoto e Carvalho (1998) e Netto (1992) particularizam a profissão de Serviço Social como uma especialização sócio-técnica do trabalho coletivo, nascida para atuar junto às seqüelas da “questão social”².

Os estudos que realizaram a tarefa de demarcar a gênese dessa profissão no Brasil, a partir de uma análise crítico-dialética da realidade social, sempre destacaram que seus fundamentos teórico-metodológicos aportaram-se na filosofia neotomista, característica essa que foi responsável pelo desenvolvimento de um aporte ético-político, cujo amálgama advém do *pensamento conservador*.

O pensamento conservador se constitui como uma das tendências teórico-filosóficas que surgiram com o intuito de

² “Não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as seqüelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como esse se revelou no curso do século XIX”. (NETTO, 1992, p.13) “O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. [...] É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge, sob novas formas, a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado”. (IAMAMOTO, 199, p.77).

contrarrestar parte substancial dos acúmulos ídeo-teóricos que constituem a modernidade, sendo, portanto, componente da etapa *decadente da filosofia burguesa* - expressão ideológica que procura garantir o estabelecimento da ordem, a perpetuação do *status-quo* e a continuidade do domínio do capital sobre o corpo e o espírito do homem moderno.

Diante do lastro crítico-dialético da cultura moderna, essa perspectiva procura estabelecer restrições a seu pleno desenvolvimento em direção à radical realização de sua programática, levando a cabo as tendências de *estreitamento e empobrecimento da razão moderna* para criar um articulado conjunto de explicações sobre o mundo que, através da manipulação, ponha de forma positiva e inevitável a manutenção do existente.

Como dito acima, é a etapa da filosofia burguesa que Lukács (1959) chamou de **decadente**. Esse período do desenvolvimento filosófico corresponde ao abandono, pela burguesia, dos ideais da Ilustração quando passa a se desenvolver como classe conservadora na sociedade. “De modo geral, podemos situar em 1848 o momento do definitivo rompimento da burguesia com o progresso”. (COUTINHO, 1972, p. 22). Marx foi o primeiro a demonstrar cabalmente esse influxo na filosofia burguesa, trazendo à luz seu caráter decadente³. E encontramos em Lukács (1959 e 1981) a síntese mais acurada desse processo da reação filosófica burguesa.

Com clara inspiração marxiana, a obra de Lukács demonstra que a teoria social da etapa decadente reflete “os problemas centrais da evolução do capitalismo”, dentre os quais a

³ Suas assertivas em torno desse tema podem ser encontradas em várias obras, dentre as quais O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1978) e O Capital- Vol. I (1985).

“submissão sem combate aos efeitos da divisão capitalista do trabalho” (1981: 32) e, especialmente, a tentativa de eliminar as contradições inerentes ao sistema realizando um movimento que, incapaz de seguir desenvolvendo as tendências progressistas no caminho de sua radicalização, tem que efetuar um giro para trás. (LUKÁCS, 1959).

Inspirado nessa linha de argumentação lukacsiana, Coutinho (1972, p. 8) esclarece:

O antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta a partir de 1848 um novo aspecto: as tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores do progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana. Do ponto de vista imediatamente social e político, essa inversão tem sua gênese no surgimento de uma contradição antagônica entre as classes que outrora formavam o Terceiro Estado. Enquanto numa primeira etapa a burguesia representava objetivamente os interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista-feudal, agora o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante.

Esse influxo⁴ se faz premente porque a hegemonia política e econômica conquistada a partir das revoluções burguesas

⁴ Netto (1998, p. 19), em consonância com a trajetória do pensamento marxista, assevera: “A visibilidade original desse deslocamento é obra de 1848. [...] Até então, freqüentemente as demandas dos segmentos vinculados ao trabalho apareciam indistintas dos projetos burgueses, subsumidas na aspiração revolucionária da *igualdade*, da *fraternidade* e da *liberdade*. [...] 1848, numa palavra, explícita, em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal: trouxe à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado”.

encontra-se constantemente ameaçada diante da realidade social da luta de classes que expunha o movimento, a contradição e a transformação enquanto elementos objetivos constituintes do real. Daqui compreende-se porque “A ordem burguesa, propiciadora da emergência da razão moderna, a partir de um dado patamar de desenvolvimento termina por incompatibilizar-se com a sua integralidade [...]”. (NETTO, 1994, p. 32).

Ao assumir o controle político da sociedade, a burguesia expande seu domínio; de um lado, desencadeando uma crescente socialização do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas⁵, de outro, redimensionando e refuncionalizando as instituições sociais, redefinindo a legislação, criando normas e mecanismos de controle do proletariado, inicialmente pela coerção aberta e posteriormente, em vista dos avanços da luta de classe por meio da criação de consensos. Essa nova ordenação, de sua parte, imprimiu limites objetivos ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas por meio “da divisão capitalista do trabalho e das suas conseqüências sociais e culturais”. (COUTINHO, 1972).⁶

⁵ “A burguesia, com seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. A subjugação das forças naturais, a maquinaria, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo elétrico [...] – que século anterior teve ao menos um pressentimento de que essas forças produtivas estavam adormecidas no seio do trabalho social”. (MARX ; ENGELS, 1989, p.10).

⁶ A divisão capitalista do trabalho é essencialmente contraditória. Assim, ao lado da contradição entre liberação do trabalho e transformação do trabalhador em mercadoria desenvolve-se também a contradição - essencial ao modo de produção capitalista - entre socialização do trabalho e apropriação individual dos seus produtos. Essas contradições que, no essencial, representam um estímulo ao progresso teórico na fase ascendente do pensamento burguês – passam, no período da decadência, a constituírem um limite intransponível à apreensão da verdade objetiva. (COUTINHO, 1972, p. 21).

O papel de hegemonia da burguesia no mundo requer que as idéias dominantes sejam as de sua classe, como bem disse Marx n'A Ideologia Alemã. Mas aquele aporte crítico radical, transformador, que é fruto do período progressista e herdeiro da filosofia clássica foi e vem sendo negado. Colocou-se em primeiro plano apenas uma das dimensões da razão moderna, pautando o conhecimento sobre a racionalidade instrumental, "cujas direções intelectuais dominantes sejam aquelas marcadas pelo epistemologismo, pelo metodologismo e pelo formalismo". (NETTO, 1994, p. 40).

O movimento reacionário efetuado pela burguesia, conforme as acepções de Lukács (1959) e Coutinho (1972), é encaminhado em duas direções denotando componentes de *angústia* ou de *segurança* em relação à vida social, a depender das condições objetivas em que a realidade se apresente. Quando o capitalismo atravessa períodos de crise, desenvolve-se mais contundentemente a corrente do pensamento burguês ideológico decadente que Lukács (1959) denominou de "Destruição da Razão", cujo fundamento é o **irracionalismo subjetivista**, experimentando facetas em que aparece como *anticapitalismo romântico* e/ou como *existencialismo*, articuladas em torno de um componente de *angústia* em relação ao presente e ao futuro.

De outra parte, nos períodos em que o capitalismo apresenta-se como formação social mais ou menos estável, advindo um relativo progresso material e técnico, o componente que toma conta da ideologia burguesa é a *segurança*, donde advém a predominância da corrente que Coutinho (1972), inspirado em Lukács (1959), chamou "Miséria da Razão", fundada no **racionalismo formal**, cujas faces mais proeminentes na história moderna são o *positivismo* e o *estruturalismo*.

Interessa perguntarmo-nos em qual dessas direções inclui-se o pensamento conservador. E, ao questionar assim, deparamo-nos com uma tensão para efetuar a resposta. No Serviço Social, mas não só, costuma-se efetuar uma articulação e interação direta entre pensamento conservador e positivismo, portanto relaciona-o incondicionalmente com a racionalidade formal, com a ideologia burguesa da segurança. Isso, ao menos parcialmente, está correto. Mas também é certo que conhecemos muito pouco sobre o conservadorismo. Os estudos de que dispomos sobre essa matriz não ajudam a esclarecer o percurso do pensamento conservador desde seu surgimento, obscurecendo seu quadro de referência (seu papel normativo e prescritivo) e as alterações no seu significado sócio-político, na sua função social, característica essas que fundam o patamar para a mudança da sua estrutura teórica.

Parte dessa lacuna foi resolvida com o trabalho de Machado (1997) que trata do conservadorismo clássico. Ali se encontra uma excelente sistematização sobre as características e as transformações do pensamento conservador que se constitui a partir da Revolução Francesa e se consolida e desenvolve até a Revolução Bolchevique de 1917. Mas foi só. Além deste e daquele clássico ensaio de Yamamoto (1997), em que ela discute sucintamente algumas características da sempre presente renovação do conservadorismo no caldo cultural da profissão, muito pouco ou quase nada há de produzido sobre o tema.

Inicialmente, o objetivo a que nos propúnhamos era traçar o quadro de referência teórico-metodológico que contribuísse para o preenchimento desta lacuna: delimitar claramente as reais diferenças de estruturação, as matrizes diferenciadas, ou seja, a existência de dois conservadorismos distintos – o moderno e aquele que pode ser chamado de antimoderno. Mas trata-se de

uma delimitação nada fácil de estabelecer, ou seja, é sutil e cheia de nuances teórico-políticas a distinção entre conservadorismo moderno e antimoderno.

Isso porque, na primeira metade do século XIX, quando se dá a reação, a luta pelo retorno ao mundo antigo, a burguesia, até então progressista, já começa a efetuar sua aproximação ao pensamento conservador, buscando suporte para sua manutenção. Os conservadores, por seu lado, estão mais tencionados com a possibilidade da revolução proletária do que com a burguesia. Portanto, estabelece-se uma certa aliança em que os conservadores pendem para a burguesia e a burguesia também pende para o conservadorismo.

Porém, apesar dessa espécie de amálgama, apesar de a burguesia, no pós-48, tornar-se conservadora, ela não incorpora todo o pensamento conservador. Isso é fácil de perceber tomando como suporte o traço anticapitalista do conservadorismo. Repitamos: o fato de a burguesia ter se tornado conservadora não a iguala ao conservadorismo, por exemplo, de um Burke. Esse conservadorismo tem seus componentes pautados na filosofia do desespero, no anticapitalismo romântico. As teorias burguesas conservadoras do período da decadência não têm nada a ver com isso. Elas se constituem nas concepções estruturalistas e positivistas que fazem a apologia direta do capitalismo, que se fundam na filosofia da segurança.

Óbvio que essas matrizes são conservadoras, mas do ponto de vista de conservar a ordem burguesa, pautando-se em perspectivas modernizadoras. Foi a burguesia decadente que engendrou, por exemplo, a economia vulgar, mas ela não é conservadora à maneira de De Mastre, De Bonald, etc.

Dissemos acima que este foi nosso objetivo inicial: delimitar a existência e a diferença desses dois conservadorismos.

Eles têm uma mesma função social, mas, ao possuir uma estrutura distinta, são marcados por uma maior ou menor permeabilidade aos valores capitalistas, ao *etho* burguês que, lembremos, não é um *etho* católico, mas protestante.

No percurso teórico-filosófico desenhado pelo Serviço Social nesses 70 anos de sua existência no Brasil, o pensamento conservador, embora combatido e atuante em todas as esferas profissionais, tem sido sempre figura silenciosa, embora presente. Ele age, enquadra, influencia, determina tendências.

Esse enquadramento, como já se sabe de longa data, operou na gênese do Serviço Social. Isso significa que a profissão nasceu no seio do pensamento conservador, com uma perspectiva que é a da consolidação da ordem burguesa, mas o seu discurso é anti-burguês e anticapitalista, portanto, antimoderno. Não é por acaso que a Igreja, quando entra nesse amálgama, o faz assumindo a “questão social” e propondo não o capitalismo, mas uma “terceira via”.

No percurso do doutoramento, e como resultado dos processos de aligeiramento da pós-graduação operados pelos nossos governos, tornou-se impossível efetuar com a densidade necessária esta distinção, que exigiria uma análise filosófica de longo fôlego. Assim, dirigimos nosso estudo para a análise de algumas expressões da produção teórica do Serviço Social contemporâneo nas quais seja possível identificar a presença da influência do pensamento conservador antimoderno, tomando como suposta aquela distinção entre conservadorismo moderno e antimoderno, sobre a qual aludiremos na tese somente na forma de uma sistematização das idéias.

Este estudo procurará localizar nas produções teóricas contemporâneas as marcas de um posicionamento filosófico que se dirige no sentido de uma crítica frouxa ao capitalismo. Eles se operam, geralmente, no âmbito do anticapitalismo romântico como

parte de uma cultura pessimista, de desespero e angústia em face dos rumos da humanidade. Isso hoje se reflete em várias tendências e perspectivas nas ciências humanas e sociais. Especialmente no âmbito do Serviço Social não encontramos abertamente a apologia do capitalismo. Antes pelo contrário, faz parte da cultura profissional a resistência prática e teórica às mazelas da sociedade erigida pelo *ethos* capitalista.

Contudo, parte considerável dessa resistência se dá no âmbito de aportes teórico-metodológicos que coadunam e se entrelaçam com o pensamento conservador antimoderno, chegando mesmo a mesclar, de maneira eclética, essa intencionalidade anticapitalista com aportes técnico-modernizadores próprios da racionalidade capitalista.

É essa a análise que estamos realizando, com o objetivo explícito de oferecer uma chave heurística nova para o debate e o estudo da influência do pensamento conservador, sempre operante e presente, no Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1972.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. **El Asalto a La Razón**: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

LUKÁCS, Georg. **Estética I**. Barcelona: Grijalbo, 1965.

LUKÁCS, Georg. **Marx y el Problema de la decadencia Ideológica**. Introducción de Juan Flores. México: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

MARX, Karl. **Para uma Crítica da Economia Política**. São Paulo: Ed. Global, 1980.

_____. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Tese de Doutorado.

NETTO, José Paulo. Razão, Ontologia e Práxis. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, n. 44, v. 15, 1994.

_____. Prólogo ao Manifesto do Partido Comunista. – São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL:
uma análise da prática do(a) assistente social na educação em
saúde

Sandra Amélia Sampaio Silveira¹
Kalline Maria Pinheiro da Silva²
Mariana Cavalcanti Sousa Braz³

RESUMO

O presente artigo discute a educação em saúde realizada no Programa Saúde da Família de Campina Grande – PB tendo por referência a prática do(a) assistente social. Apresenta resultados de um estudo realizado junto a dez assistentes sociais que atuam no referido programa privilegiando o trabalho educativo desenvolvido junto aos grupos acompanhados pelas equipes básicas de saúde. A pesquisa evidenciou que a prática educativa realizada pelas assistentes sociais vem contribuindo para a superação do caráter biologistas e disciplinador das ações em saúde por meio de discussões que além do fortalecimento da prevenção e promoção da saúde, visam à construção coletiva da cidadania.

Palavras-Chave: Educação em saúde; Serviço Social; Programa Saúde da Família.

ABSTRACT

This paper discusses the health education work carried through the Family Health Program in Campina Grande, Paraíba, Brazil by the social worker perspective. It presents results of a research done with ten social workers that act within the program, favoring their population education work together with the health basic teams. The research found that the education work developed by the social workers has been contributing to overcome the biosocial and disciplinary character of health actions through discussions that beyond the illness prevention and health promotion, aim the collective construction of the citizenship.

Keywords: Health Education; Social Work; Family Health Program.

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, Mestre em Serviço Social/UFPE.

² Discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

³ Discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

INTRODUÇÃO

A superação do modelo assistencial centrado na estrutura médico-hospitalar e o embate com projetos de cunho privatista neoliberal pós 1990 são alguns dos desafios que têm se colocado para a consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS no cenário brasileiro.

Uma das estratégias adotadas pelo Ministério da Saúde visando à mudança do modelo de atenção tem sido o Programa Saúde da Família - PSF, o qual atua no âmbito da atenção primária com ênfase na prevenção, promoção e recuperação da saúde, articuladas com a assistência curativa e de média e alta complexidade, emergindo como espaço fecundo para práticas educativas.

Uma vez que o objeto principal de atenção do PSF é a família, "entendida a partir do ambiente onde vive" (BRASIL, 1997) e das relações sócio-econômicas estabelecidas no contexto, faz-se necessária a construção de novas práticas e de novas concepções que rompam com a concepção biomédica do saber/poder tradicionalmente presente nas ações de saúde, possibilitando assim a participação da população no planejamento das ações e no controle social, bem como a criação de vínculos de compromisso e co-responsabilidade entre profissionais, indivíduo, família e comunidade.

Não obstante a polêmica sobre a possibilidade de o PSF poder de fato contribuir com a consolidação do SUS, verifica-se que o Programa tem se constituído num espaço onde a exigência de novas práticas vem fomentando mudanças nas relações entre equipe de saúde e usuários(as), mesmo que ainda tímidas e perpassadas por ambigüidades.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve por objetivo analisar a prática do(a) assistente social no âmbito da educação em saúde desenvolvida no PSF de Campina Grande-PB. Objetivamos ainda, apreender o significado de educação em saúde para os(as) profissionais de Serviço Social do PSF; identificar as abordagens teórico-metodológicas que orientam a educação em saúde efetivada no PSF de Campina Grande; perceber como se dá a relação entre os(as) profissionais de saúde e destes(as) com os(as) usuários(as) no âmbito das práticas educativas no PSF e identificar os desafios e possibilidades para a efetivação de ações de educação em saúde pelos(as) assistentes sociais.

O nosso interesse em pesquisar a prática dos(as) assistentes sociais em relação à educação em saúde advém da necessidade de se problematizar esta temática, dada a importância do processo educativo para a mudança desejada no modelo de atenção à saúde como instrumento de transformação da realidade, bem como devido às demandas que se colocam para o Serviço Social como uma profissão que tem uma forte dimensão educativa.

A relevância deste estudo consiste na possibilidade de vir a contribuir para a construção de conhecimentos que aprimorem a educação em saúde como enfoque metodológico interdisciplinar no campo da saúde coletiva, podendo subsidiar o fortalecimento das práticas desenvolvidas pelos(as) assistentes sociais, bem como da formação dos futuros profissionais de Serviço Social que têm no PSF um importante campo de estágio.

A PRÁTICA EDUCATIVA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO PSF DE CAMPINA GRANDE-PB

O município de Campina Grande foi um dos pioneiros no país ao implantar o PSF ainda no ano de 1994. Desde então, o mesmo vem sendo adotado como a principal estratégia de atenção primária à saúde contando com 50 equipes que atendem 36% da população e hoje se encontra em fase de expansão com mais 35 equipes em processo de instalação. No âmbito das ações realizadas, ressalta-se a educação em saúde desenvolvida junto aos grupos acompanhados pelos(as) profissionais que atuam no Programa, tais como: grupo de idosos, planejamento familiar, saúde mental, hipertensos e diabéticos, gestantes, etc.

Dentre os(as) profissionais que compõem as equipes básicas do Programa destacamos os(as) assistentes sociais, inseridos(as) no PSF de Campina Grande desde o ano de 2003, os(as) quais, juntamente com os(as) dentistas e auxiliares de consultório dentário (ACD), vieram somar-se aos demais profissionais previstos pelo Ministério da Saúde: médico (a), enfermeiro (a), auxiliar de enfermagem e agentes comunitários.

Embora a inclusão de profissionais de Serviço Social na equipe básica tenha se dado oficialmente em 2003 por meio de seleção pública e efetivada recentemente mediante concurso público, a atuação de assistentes sociais no PSF remonta ao ano de 1995, marcando uma trajetória de luta pela conquista de espaço para a categoria no Programa.

A inserção do Serviço Social no PSF nos estimulou a problematizar a participação dos(as) profissionais dessa área na educação em saúde, uma vez que:

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente 'educativa', 'organizativa' nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores a partir de situações vivenciadas em seu cotidiano, embora se realize por meio da prestação dos serviços sociais previstos e efetivados pelas entidades às quais o profissional se vincula contratualmente [...]. (IAMAMOTO;1992, p. 40)

Vale salientar que, embora estejamos enfatizando a prática do(a) assistente social, não consideramos que a educação em saúde seja um campo exclusivo destes profissionais, uma vez que a entendemos como um enfoque metodológico interdisciplinar no campo da saúde coletiva.

A educação em saúde, enquanto prática social e campo específico de intervenção, passa por alterações conceituais e operativas ao longo da história assumindo características diversas, expressas em modelos ou abordagens perpassadas pelos interesses em disputa na sociedade capitalista.

Apesar da diversidade de concepções e práticas, é possível identificar pelo menos duas grandes perspectivas na trajetória histórica da educação em saúde no Brasil. Uma delas tende a apresentar um caráter coercitivo, normativo e disciplinador dos comportamentos individuais configurando o que Assis (1998) classifica como modelo tradicional de educação em saúde, no qual enfatiza-se o indivíduo, culpabilizando-o pelos seus problemas de saúde atribuídos a comportamentos inadequados, pautado num enfoque biologicista da relação saúde-doença, desconsiderando seus determinantes socioeconômicos.

O modelo tradicional conforma-se a partir de uma “pedagogia da transmissão” ou “educação bancária”⁴, como podemos identificar nas discussões travadas por Araújo (2004) em que “o(a) profissional de saúde, ‘detentor(a) do saber’, deposita informações descontextualizadas da realidade local [...]” (ARAÚJO, 2004, p.22) na mente dos usuários.

Numa perspectiva oposta de educação em saúde teríamos a “pedagogia da problematização”, pautada na relação dialógica de democratização do saber e valorização do saber do outro. As ações educativas fundadas nesse modelo crítico caracterizam-se pela busca de superação das práticas adaptativas dos comportamentos, assumindo explicitamente o seu caráter político ao se voltar para a reflexão sobre a realidade social, identificando na mesma os determinantes do processo saúde-doença e instrumentalizando a ação organizada da população para a luta em torno da solução dos problemas existentes.

Sendo uma profissão que tem a dimensão educativa como um traço constitutivo da sua intervenção na realidade, entendemos que a inclusão de assistentes sociais no PSF tende a contribuir para a construção de um projeto interdisciplinar que fortaleça a educação em saúde e o estreitamento das relações entre profissionais e usuários(as) numa abordagem compartilhada do enfrentamento das questões que perpassam o processo saúde/doença, possibilitando o planejamento das ações de saúde a partir das necessidades expressas pela realidade da população adscrita.

A abordagem da prática profissional do assistente social empreendida neste estudo tomou por referência as Diretrizes Gerais para a Formação Profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997),

⁴ Araújo (2004) tece essas discussões utilizando-se dos conceitos de “pedagogia da transmissão” e “pedagogia da problematização”, tomadas de BORDENAVE, J.P. em seu texto intitulado “Alguns fatores metodológicos” (disponível em <<http://www.opas.org.br/rh/publicações>>), bem como de “educação bancária”, cunhado por Paulo Freire.

nas quais se destaca a compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho, considerando as condições e relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam o fazer profissional.

Assim, o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho como uma profissão que lida com a reprodução das relações sociais, ou seja, com a reprodução tanto da vida material e do modo de produção quanto das formas de consciência e modo de vida na sociedade. Tendo como objeto da sua prática a questão social, o(a) assistente social desempenha o seu exercício profissional basicamente pela mediação das políticas sociais, contribuindo para a viabilização do acesso aos direitos por parte dos usuários das instituições as quais se vinculam em meio às contradições dos interesses de classes que permeiam e determinam as demandas postas ao Serviço Social e às respostas profissionais.

É nesse contexto que se desenvolve a dimensão educativa do Serviço Social, aludida anteriormente, incidindo na formação da cultura e, conseqüentemente, nas relações de hegemonia. As estratégias educativas utilizadas pelos assistentes sociais conformam perfis pedagógicos subalternizantes e/ou emancipatórios, não exclusivos da nossa profissão, vinculados a processos político-culturais e a determinações históricas que tanto podem fortalecer a cultura dominante quanto as lutas pela superação da ordem capitalista. (ABREU, 2004)⁵

⁵ Segundo Marina Maciel Abreu (2004), na prática do assistente social na sociedade capitalista é possível identificar perfis pedagógicos pautados em “[...] propostas subalternizantes envolvendo a pedagogia da ‘ajuda’ e da ‘participação’ e propostas de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas [...]” (ABREU, 2004, p. 46).

A partir dessas considerações, detivemo-nos a apenas uma das dimensões da prática profissional dos assistentes sociais no PSF, qual seja, as atividades educativas junto aos grupos acompanhados pelas equipes de saúde, levando em conta que essa prática é mediada também pela organização do trabalho coletivo no referido Programa.

A pesquisa constituiu-se num estudo de caso desenvolvido no PSF de Campina Grande junto às dez unidades básicas de saúde da família que, no período de 2005.2, foram campo de estágio para os(as) estudantes de Serviço Social da UEPB. Dada a natureza do objeto de estudo, pautou-se numa abordagem qualitativa.

A amostra foi constituída pelas dez profissionais de Serviço Social que compõem as equipes das áreas delimitadas para a pesquisa, inseridas num universo de vinte e duas assistentes sociais que atuavam no Programa Saúde da Família de Campina Grande-PB no período de realização deste estudo (agosto de 2005 a julho de 2006).

A coleta de dados se deu a partir de pelo menos um dos grupos acompanhado pelas assistentes sociais pesquisadas utilizando-se a técnica da observação sistemática direta seguida de registro em diário de campo. Outra técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada com as assistentes sociais que atuavam nas áreas delimitadas. As entrevistas foram registradas em fitas cassete, passando, posteriormente, por transcrição literal.

O tratamento e análise dos dados coletados no trabalho de campo foram realizados a partir da técnica de análise de conteúdo. A organização e codificação dos dados se deram com base na definição de unidades temáticas (unidade de registro) em torno das quais categorizamos e ajustamos as respostas das assistentes sociais entrevistadas.

A pesquisa revelou, no tocante à concepção de educação em saúde, que as entrevistadas foram quase unânimes em entenderem a educação em saúde numa perspectiva crítica, evidenciando o seu papel político-pedagógico de contribuir para a melhoria das condições de vida dos(as) usuários(as) e para viabilizar a proposta de prevenção e promoção da saúde inerente ao PSF.

Quanto ao desenvolvimento das atividades de educação em saúde, as falas das assistentes sociais indicam que estas se dão a partir da abordagem de temáticas previamente preparadas por meio de instrumentos e técnicas como dinâmica de grupo, sala-de-espera, oficina e palestra. A observação dos grupos revelou que, embora as entrevistadas desejem estabelecer uma relação dialógica, de troca de saberes e construção conjunta das ações educativas, ainda é muito forte o protagonismo dos profissionais nesse processo, o que tende a desfavorecer a participação dos usuários como sujeitos ativos.

Constatamos que o envolvimento de outros profissionais nas atividades educativas ocorre ainda de forma tímida, geralmente no apoio ou até mesmo à frente de algumas atividades, quando conseguem se desvencilhar da demanda clínica. Desse modo, pode-se perceber que há uma tendência em concentrar a educação em saúde no(a) assistente social, expressando uma realidade muito presente nos serviços de saúde, como atestam outros estudos nesta área. (COSTA, 1998; VASCONCELOS, 2003)

Esse fato torna-se problemático, especialmente no contexto atual do PSF em Campina Grande, em que os(as) assistentes sociais concursados(as) passaram a trabalhar com uma média de cinco equipes, ocasionando uma sobrecarga de trabalho que tende a fragilizar o desempenho profissional e a qualidade dos serviços prestados, especialmente no que tange à educação em saúde.

Assim, a relação entre profissionais e usuários nas atividades educativas fica bastante limitada em virtude especialmente dos entraves relativos às condições de trabalho no PSF, e porque não dizer no sistema de saúde, que podem ser resumidos basicamente na ausência de investimento na educação em saúde, expresso na falta de capacitação das equipes nessa área, ausência de material didático-pedagógico e insumos necessários e espaços físicos inadequados para o trabalho educativo com os grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nos levam a concluir que, embora as concepções de educação em saúde norteadoras das práticas educativas das assistentes sociais se expressem numa perspectiva crítica, dialógica, em sua maioria, o mesmo não se verifica na operacionalização da educação em saúde desenvolvida por estas.

Com base nas falas e na observação dos grupos, constatamos que as ações educativas, mesmo abordando temáticas que remetem à afirmação da cidadania e mudança da realidade dos usuários, tendem a reproduzir a "pedagogia da transmissão", o que nos leva a refletir, como afirma Vasconcelos (2001), que "Na Educação Popular não basta que o conteúdo discutido seja revolucionário se o processo de discussão se mantém vertical". (VASCONCELOS, 2001, p.15)

Contudo, a pesquisa evidenciou que a prática educativa realizada pelas assistentes sociais vem contribuindo para a

superação do caráter biologicista e disciplinador que ainda se insinua nas ações de saúde por meio da discussão de temas como direitos sociais, controle social, dentre outros que visam não só o fortalecimento da prevenção e promoção da saúde mas a construção coletiva da cidadania.

Dessa forma, identificamos como um dos desafios que se colocam no cotidiano do PSF a construção de práticas educativas que se pautem numa relação crítica e problematizadora por parte dos profissionais e usuários, com base nas necessidades e na realidade concreta de cada área onde as equipes atuam. Para tanto, faz-se necessária a capacitação dos profissionais que compõem as equipes e o reordenamento da organização do trabalho coletivo, tendo claro que "[...] a educação popular em saúde não é uma atividade a mais, mas uma postura que reordena a globalidade do serviço [...]". (ASSIS, 2001, p.37)

Nesse sentido, a educação em saúde, entendida como um processo educativo baseado no diálogo entre saber científico e popular, bem como na inter-relação entre profissionais, usuários(as) e organizações sociais visando ao alargamento do cuidado à saúde a partir dos interesses, do pensar e fazer cotidiano da população (VASCONCELOS, 1997), tem uma contribuição considerável na efetivação da proposta do PSF, especialmente no que atine ao desenvolvimento de ações de prevenção e promoção de saúde em conjunto com a população atendida de forma integral.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDESPS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de oito de novembro de 1996). **Cadernos ABESS** n. 7. Formação Profissional: Trajetória e Desafios. São Paulo, Cortez, 1997.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.79, 2004.

ARAÚJO Flávia Mentor de. **Ações de educação em saúde no planejamento familiar nas unidades de saúde da família do município de Campina Grande - PB**. Campina Grande, 2004. 74 p. Monografia (Especialização em Saúde da Família para profissionais do Programa Saúde da Família de Campina Grande – PB) Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual da Paraíba.

ASSIS, Mônica de. **Educação em saúde e qualidade de vida**: para além dos modelos, a busca da comunicação. Rio de Janeiro: UERJ, IMS, 1998.

_____. Uma nova sensibilidade nas práticas de saúde. In: VASCONCELOS, Eymard M. (org.) **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SUS – 15 anos de implantação**: desafios e propostas para sua consolidação. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

COSTA, Maria Dalva H. da. **O elo invisível dos processos de trabalho no Sistema Único de Saúde em Natal (RN)**: um estudo sobre as particularidades do trabalho dos assistentes sociais na área da saúde pública nos anos 90. Recife, 1998. 160 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

VASCONCELOS, Eymard M. **Educação popular nos serviços de saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO CAMPO SÓCIO-JUDICIÁRIO¹

Myriam Raquel Mitjavila²

Marli Palma Souza³

Priscila Gomes Mathes⁴

Andréia Segali⁵

Tatiane Bevilacqua⁶

Maira Ribeiro⁷

¹ A pesquisa faz parte do projeto *O Serviço Social como profissão no campo sócio-judiciário: construção sócio-histórica, modalidades, problemas e desafios recentes na Argentina, no Brasil e no Uruguai*, aprovado no Concurso Internacional de Projetos de Redes de Pesquisa organizado pela International Association of Schools of Social Work – IASSW. Santiago de Chile, 2005. Esse projeto conta com a participação de pesquisadores da Argentina (UBA), Brasil (UFSC) e Uruguai (UDELAR).

² Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Professora adjunta do Curso de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Profissões e Instituições (NEPPI) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Professora adjunta do Curso de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Vice -Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Profissões e Instituições (NEPPI) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Membro do Núcleo de Estudos sobre Profissões e Instituições (NEPPI) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

⁵ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista CAPES. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Profissões e Instituições (NEPPI) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

⁶ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Membro do Núcleo de Estudos sobre Profissões e Instituições (NEPPI) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

⁷ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Membro do Núcleo de Estudos sobre Profissões e Instituições (NEPPI) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

O presente trabalho apresenta os principais resultados de uma pesquisa que objetivou descrever e analisar o perfil da produção científica brasileira existente a partir da década de 1990 em torno do Serviço Social como profissão no campo sócio-judiciário. A partir de uma amostra de 120 textos, publicados nas principais revistas e eventos científicos da área, foi analisado o perfil da produção bibliográfica, parametrado por três eixos temáticos. Nas conclusões destacam-se os critérios de construção da área criminal como campo de atuação profissional, as principais preocupações temáticas e enfoques utilizados.

Palavras-chave: Serviço Social, Judiciário

ABSTRACT

This study deals with the main results of a research designed to describe and analyze the characteristics of the scientific production on Social Work as profession in the Social Judicial field. Since the nineties this production has been developed. From a sample of 120 Social Work published papers, in the main journals and scientific seminars, the characteristics of this bibliographic production was analyzed based on three main thematic lines. Concluding the research emphasizes the constitution criteria for the criminal area as a field of professional practice its main concerns and approaches.

Keywords: Social Work, Judiciary

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa que objetivou descrever e analisar o perfil da produção científica brasileira existente a partir da década de 1990 a respeito do Serviço Social como profissão no campo sócio-judiciário. Em particular, examinou-se o perfil bibliográfico referente a três dos eixos temáticos selecionados no âmbito do projeto geral de

pesquisa⁸: (I) aspectos sócio-históricos da constituição do campo sócio-judiciário, suas configurações institucionais e as práticas profissionais do Serviço Social; (II) infância e adolescência em conflito com a lei e (III) o Serviço Social na área criminal.

O objetivo inicial foi realizar um reconhecimento do "estado da arte" da produção científica sobre o tema no Brasil. Para tanto, foram utilizadas categorias de análise das ciências sociais referentes aos processos históricos, sócio-políticos e culturais que participam na constituição do judiciário como espaço institucional relevante da vida social contemporânea, assim como outras oriundas de estudos sobre as profissões do campo social, em geral, e sobre o Serviço Social, em particular.

O propósito geral da pesquisa foi contribuir para uma compreensão ampliada, teórica e empiricamente sustentada, do Serviço Social como profissão, no momento contemporâneo, fundamentalmente do ponto de vista do papel que desempenha em espaços institucionais estratégicos para a produção e reprodução da vida social. Em termos gerais, pretendeu-se, também, que os resultados da pesquisa pudessem se converter em insumos para a elaboração mais racional e sistemática de uma agenda de investigação em torno das relações entre campos institucionais e práticas profissionais da área social.

O objeto localizou-se precisamente nesse espaço analítico da relação entre esferas institucionais e constituição do campo profissional do Serviço Social ao focalizar sua construção histórica, modalidades, problemas e desafios recentes do exercício

⁸ A abordagem do exercício profissional e, particularmente, das práticas periciais do Serviço Social no campo sócio-judiciário foi definida no projeto geral de pesquisa como um eixo independente de análise. No entanto, devido a razões de conveniência teórico-empírica, considerou-se adequado proceder, no caso brasileiro, à análise das práticas profissionais de maneira estreitamente relacionada com a própria constituição do campo sócio-judiciário, de forma a manter as conexões que são estabelecidas por grande parte da bibliografia examinada.

profissional no campo sócio-judiciário. Este pode ser definido em termos de seu papel de articulação entre o social e jurídico, na medida em que o direito é concebido como meio para a satisfação de necessidades, acompanhando, nesse sentido, a formulação de políticas. Portanto, justiça e políticas não constituem campos de análise separados. Sua institucionalidade materializa-se em mecanismos de regulação social, a partir dos pressupostos que sustentam a funcionalidade do controle social nas sociedades modernas, em função dos quais deve existir algum tipo de correspondência entre normas jurídicas e normas sociais.

Além das funções instrumentais e políticas na arbitragem de conflitos sociais, o campo sócio-judiciário reúne um conjunto significativo de competências de natureza simbólica ao promover a socialização de expectativas quanto à legitimidade das normas legais e à produção e reprodução dos universos simbólicos dominantes em cada contexto sócio-histórico em que se desenvolve. Em condições de globalização e de reestruturação econômica, o papel do judiciário passa a experimentar um conjunto de transformações e de novos desafios como instituição social. Na medida em que a globalização econômica aprofunda a magnitude e diversifica as formas de desigualdade social - via aumento da produtividade às custas da degradação salarial, a perda de postos de trabalho convencionais devido à informatização da produção, entre outros fatores - registra-se uma progressiva simbiose entre marginalidade econômica e social, o que desafia a capacidade do Estado-nação para garantir a preservação da ordem, da segurança e da disciplina. (FARIA, 2001) Dessa forma, configura-se um novo tipo de cenário que combina uma perda de condições materiais para o exercício dos direitos básicos entre os "excluídos" do sistema econômico, ao mesmo tempo em que lhes é exigido cumprir com os deveres cidadãos e, principalmente, submeter-se à legislação penal. Como aponta Faria (2001, p. 13-14), por meio de suas prescrições normativas "[...] o Estado os integra ao sistema

jurídico basicamente em suas feições marginais - isto é, como devedores, invasores, réus, transgressores de toda natureza, condenados, etc."

Trata-se de processos que introduzem um conjunto de desafios para as profissões que atuam no campo sócio-judiciário, principalmente se considerarmos que se desenvolvem em um contexto caracterizado também pela individualização do social (BECK, 1997) e, decorrentemente, pela progressiva *judicialização* das expressões da questão social. O desenvolvimento de novos dispositivos, como a mediação e a arbitragem, cria também novos territórios para dirimir conflitos sociais e amplia e/ou redefine, segundo os casos, as competências de algumas profissões do campo sócio-judiciário, entre outras, do Serviço Social.

Esse tipo de processo se traduz na emergência de novas influências políticas, ideológicas e tecnoburocráticas sobre uma profissão cujo exercício está baseado em uma marcada inscrição estatal, assalariada e hierarquicamente dependente de outras profissões e campos de conhecimento, entre os quais destaca-se precisamente o direito.

Porém, como acontece com todas as profissões, o Serviço Social possui - pelo menos potencialmente - a capacidade de se construir e reconstruir-se à medida que acontece o mesmo com a sociedade da qual faz parte (FREIDSON, 1988). Devido a isso, o surgimento de novos problemas sociais e a emergência de novas modalidades de gestão dos mesmos estabelecem um conjunto de limites estruturais e funcionais para o exercício das profissões, em geral, e do Serviço Social, em particular.

O conhecimento atualmente disponível sobre a trajetória histórica e o papel do Serviço Social como profissão no campo sócio-judiciário, no Brasil, não permite, ainda, contar com um quadro de análise, suficientemente rigoroso e exaustivo dos pontos de vista teórico e empírico. Devido a isso, considera-se que a

investigação das práticas profissionais do Serviço Social poderá trazer subsídios para produzir novos conhecimentos sobre o serviço social como profissão, principalmente no que diz respeito a sua participação na divisão do trabalho no campo do sócio-jurídico, seu desenvolvimento em termos de autonomia técnica e hierárquica e seus desafios éticos.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: inicialmente apresenta-se a estratégia metodológica da pesquisa a partir das condições estabelecidas no desenho geral do projeto e, num segundo momento, incluem-se os principais resultados da análise do material bibliográfico correspondente aos três eixos supracitados, concluindo com algumas reflexões sobre o "estado da arte" da produção do Serviço Social sobre este campo temático no Brasil contemporâneo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente, a pesquisa baseou-se na análise de conteúdo do universo de trabalhos apresentados, em torno da temática supracitada, nos principais eventos científicos do Serviço Social no Brasil realizados na última década (o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS e o Congresso Brasileiro de Assistência Social – CBAS) e em uma amostra de artigos e outras produções bibliográficas selecionados conforme critérios de inclusão/ exclusão previamente determinados, quais sejam: (1) artigos e materiais divulgados nas Revistas Qualis A (Critério de Classificação de periódicos da CAPES⁹ para as publicações melhor conceituadas de Serviço Social); (2) trabalhos apresentados nos eventos nacionais de Serviço Social: ENPESS

⁹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação.

e CBAS; (3) livros dedicados à temática específica e (4) trabalhos apresentados em eventos especificamente dedicados a questões do judiciário

A pesquisa bibliográfica não foi exaustiva devido às dificuldades de acesso ao material no curto período de desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, não foi possível incluir os trabalhos sobre o judiciário no IX e no X CBAS, material este que se pretende incorporar nas próximas fases da pesquisa. Particularmente, a relativa falta de antecedentes de pesquisas deste gênero no Serviço Social brasileiro¹⁰ representou uma dificuldade adicional por não se contar com bases de dados referenciais sobre a produção acadêmica.

A estratégia metodológica baseou-se na meta-análise de material bibliográfico como procedimento de pesquisa, neste caso, qualitativa. Entende-se aqui por meta-análise, a elaboração de uma

[...] síntese de pesquisas anteriores sobre um tópico que apresenta ênfase na produção de conclusões quantitativas. Ela não constitui uma técnica específica de análise de dados, mas sim um paradigma a partir do qual o pesquisador adota um novo enfoque ao reunir resultados e conclusões alheias. São apresentadas algumas fontes de dados sobre os quais a meta-análise pode ser aplicada. Esses dados geralmente são provenientes de trabalhos publicados, mas podem ser obtidos de registros de diversas instituições ou serem uma mistura desses dois tipos com dados novos, coletados pelo próprio executor da meta-análise.... São recomendados cuidados na aplicação com relação à tendenciosidade dos dados e à sua adequação aos objetivos. Conclui-se que, como toda ferramenta, a meta-análise não é uma panacéia, mas apresenta óbvias vantagens na relação custo/benefício da pesquisa, cabendo aos pesquisadores conhecê-la para bem usá-la. (LUIZ, 2002, p. 407)

¹⁰ Destaca-se dentro dessa linha de investigação o trabalho de Nobuco Kameyama.

Com essa finalidade, foi construída uma base de dados bibliográfica que registrou informações referentes a 120 textos que respondem aos critérios de inclusão/ exclusão anteriormente mencionados. A distribuição dos trabalhos, de acordo com os grandes eixos temáticos da pesquisa, exibe a importância que, no caso brasileiro, é atribuída às problemáticas ligadas à infância, adolescência e família no campo sócio-jurídico, representando mais da metade da produção bibliográfica da área (57,5% / N= 69), à frente dos trabalhos que se ocupam de analisar aspectos sistêmicos ou institucionais do Serviço Social (25,8% / N= 31) e das produções dedicadas a temas da área de criminalidade, violência e direitos humanos (24% / N=20), conforme aparece representado no seguinte gráfico:

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA POR EIXO TEMÁTICO
(1995-2005)

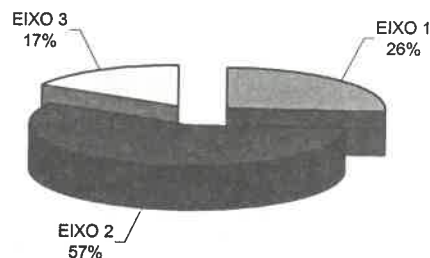


Gráfico 1 – Produção Bibliográfica por eixo temático (1995 – 2005)

A totalidade da produção bibliográfica selecionada foi incorporada à base de dados que contém 35 variáveis, as quais foram utilizadas para classificar e analisar os textos e se inscrevem

nos seguintes campos temáticos: (1) contexto sócio-histórico e institucional; (2) perfil dos autores; (3) tipo de produção bibliográfica; (4) classificação temática; (5) tipo de abordagem do objeto e (6) papel do Serviço Social e do assistente social no campo sócio-judiciário.

Do ponto de vista das preocupações temáticas predominantes na produção científica examinada, destaca-se que a análise do campo sócio-judiciário enquanto tal, isto é, enquanto esfera especializada da gestão do social e campo de lutas sócio-políticas, vem se configurando em períodos muito recentes da história da profissão no Brasil. Do total da produção incluída nesta pesquisa (120), apenas 31 trabalhos examinam algum aspecto do campo sócio-judiciário como área da vida social, sendo que somente 17 desses discutem aspectos sócio-estruturais ou institucionais das relações entre o campo sócio-judiciário e o Serviço Social. O restante do material refere-se à descrição e/ou análise de experiências sociais e/ou profissionais nesta área (9), a aspectos técnico-instrumentais de programas, de serviços e/ou da atuação profissional (4) e ao perfil da clientela do judiciário (1).

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA POR TIPO DE
PUBLICAÇÃO (1995-2005)

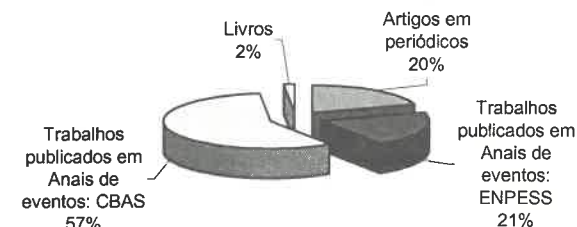


Gráfico 2 – Produção bibliográfica por tipo de publicação (1995-2005)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

A partir dos resultados da pesquisa é possível observar que, de maneira geral, a produção bibliográfica reflete as dificuldades inerentes à definição da área sócio-jurídica como campo de atuação profissional do assistente social e como área temática de especialização da produção acadêmica em torno do tema. Até certo ponto, o material analisado sugere que não existe uma definição consensual quanto aos limites e demarcações conceituais, metodológicas e empíricas deste campo profissional e, ao mesmo tempo, que a maior parte das tentativas explicitadas pelos autores responde de maneira bastante linear aos critérios burocrático-administrativos e jurídicos que marcam ou determinam a divisão social do trabalho em torno de problemas vinculados à lei e à administração da justiça, conforme as normas jurisdicionais que estabelecem as competências dos diferentes poderes e órgãos associados. Nesse sentido, foi possível observar que determinadas temáticas, tradicionalmente consideradas pelas ciências sociais como pertencendo à área da criminalidade e da violência, são classificadas pelo Serviço Social brasileiro em campos temáticos definidos pela especialização funcional das áreas do Estado que se ocupam delas, como seria o caso do ato infracional cometido por adolescentes, cujo tratamento na literatura do Serviço Social se caracteriza por inseri-lo no campo das políticas da infância e juventude, atendendo ao enquadramento da problemática determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Se, por um lado, a área sócio-jurídica se constitui historicamente como um dos primeiros campos de atuação do Serviço Social no Brasil, por outro, a produção acadêmica parece não acompanhar essa acumulação histórica havendo se

configurado, de maneira nítida, apenas em períodos muito recentes. Como foi anteriormente mencionado, um dos indicadores desse descompasso entre mundo profissional e reflexão acadêmica é a tardia criação dessa área temática para apresentação de trabalhos em eventos nacionais da categoria, como foi o caso do CBAS, que somente a incorporou em 2004.

Do ponto de vista das preocupações temáticas determinantes, percebe-se uma forte concentração da produção em torno do eixo II: Crianças e adolescentes em conflito com a lei. A inscrição historicamente precoce do Serviço Social brasileiro nessa área, assim como a força retórica, a relevância e a ampliação da demanda atribuída ao Estatuto da Criança e do Adolescente no interior da categoria profissional, constituem indicadores bastante sensíveis e específicos da importância que adotam os processos sociopolíticos e as transformações institucionais do judiciário na construção do Serviço Social como profissão e, também, como área de produção de conhecimento.

A importância atribuída, na maior parte da produção bibliográfica, ao campo sócio-judiciário como esfera na qual se refletem as mais dramáticas manifestações da questão social manifesta-se na utilização de perspectivas analíticas que focalizam esse problema em termos de cidadania, direitos e políticas públicas. No entanto, dois tipos de abordagens parecem estar bastante ausentes: aquele que se apóia na utilização do referencial teórico da criminologia, e particularmente da criminologia crítica, tanto no que diz respeito ao estudo dos determinantes sociais da criminalidade quanto às dimensões políticas, sociais e culturais das respostas coletivas à criminalidade nas sociedades contemporâneas; por fim, merece também destaque a ausência quase absoluta de trabalhos que abordem, de forma específica e/ou predominante, o papel, funções institucionais, modalidades,

conteúdos e aspectos técnicos da intervenção profissional do serviço social na área criminal.

REFERÊNCIAS

FARIA, J.E. O poder judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. **Serviço Social & Sociedade**, n. 22, v. 67, p. 7-17.

BECK, U. La reinvencción de la política: hacia una teoría de la modernización reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernización reflexiva**: política, tradición y estética en el orden social moderno. Madrid: Alianza, p. 16-73, 1997.

FREIDSON, E. **Professional Powers**. A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

LUIZ, A J B. Meta-análise: definição, aplicações e sinergia com dados espaciais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n. 3, p.407-428, set./dez. 2002.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DO PSICÓLOGO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: condições, demandas e ações na realidade do estado de São Paulo

Ana Maria da Silveira¹
Eunice Teresinha Fávero²
Maria Rachel Tolosa Jorge³
Magda Jorge Ribeiro Melão⁴
Angélica Aires Netto⁵
Elenice Paulinelli Navas⁶
Maria Terra Pizza⁷
Nilcemary Olimpio de Sousa⁸
Solange Rolo da Silveira⁹
Yeda Coribelli Morato¹⁰

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados de pesquisa realizada pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, entre 2002-2004, na direção da consolidação do projeto ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social e da Psicologia, no âmbito da instituição judiciária. Procura apontar para a importância da pesquisa, enquanto parte desse projeto, e destaca aspectos importantes do cotidiano do trabalho na Justiça da Infância e Juventude e Justiça da Família, dentre eles a realidade da demanda de atendimento, as condições e as relações de trabalho, em um espaço que se desvela ora como efetivo distribuidor da justiça, garantindo direitos, seu objetivo primeiro, ora como opressor, excessivamente burocratizado

¹ Assistente social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, mestre em Serviço Social.

² Assistente social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, doutora em Serviço Social, professora de Serviço Social/UNICSUL.

³ Assistente social, doutora em Serviço Social.

⁴ Psicóloga do TJSP- aposentada, especialista em Psicologia.

⁵ Psicóloga do TJSP, especialista em Psicologia.

⁶ Psicóloga do TJSP, especialista em Psicologia.

⁷ Assistente social do TJSP, especialista em Serviço Social na Área Judiciária.

⁸ Assistente social do TJSP.

⁹ Assistente social do TJSP, especialista em Violência Doméstica.

¹⁰ Psicóloga do TJSP, especialista em Psicologia.

e apegado a ritos e normas por vezes descolados da realidade do tempo presente.

Palavras Chave: Serviço Social na área judiciária, realidade social, trabalho

ABSTRACT

This work presents part of the results of a research realized by Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo between 2002 and 2004, in search of the consolidation of ethic-political and theoretic- methodological Social Work and Psychology's project in the judiciary institution's scope. It attempts to mention research's importance as a part of this process and points out daily work important aspects at Infancy, Adolescence and Family Justice. Some of them are the demand for social services, the condition and work relations, in a space that sometimes functions as the effective justice distributor, guaranteeing rights – its prime objective – sometimes functions as a depressor, too much bureaucratized and attached to rituals and norms that many times are contradictory to reality and present.

Keywords: Judiciary Social Work, social reality and work

INTRODUÇÃO

O campo sócio jurídico encerra algumas das áreas de trabalho do Serviço Social que, historicamente, lidam com as expressões da questão social em suas formas mais violentas, seja no âmbito da violência simbólica, seja no âmbito da violência social concreta. Nesse campo, o trabalho na área do Judiciário, mais especificamente nos Tribunais de Justiça Estaduais, é demandado para subsidiar ações e decisões que implicam na definição de medidas legais e sociais, as quais direcionam-se tanto para a garantia e efetivação de direitos, como para a regulação caso a caso, com cunho, não raro, moralizante.

Nesse espaço contraditório entre efetivação de direitos e regulação moralizadora do cotidiano de indivíduos e famílias, profissionais, como o assistente social e o psicólogo, têm sido cada vez mais solicitados, num claro sinal de que se amplia a judicialização da pobreza e dos conflitos intra-familiares. Nesse espaço, o profissional vivencia embates condicionados por uma estrutura institucional centralizadora e, via de regra, permeada pelo autoritarismo; vivencia a concretude de um cotidiano no qual as desigualdades sociais e a ausência de políticas sociais universalizantes, e mesmo focalizadas, apresentam suas faces mais cruéis e desumanas; vivencia, muitas vezes, as consequências negativas da falta ou da incipiente instrumentalidade para a ação e a argumentação consistentes, na direção da efetivação do projeto ético-político da profissão.

Com base em indagações e reflexões dessa natureza, a gestão 2001/2005 da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASPTJ-SP propôs, organizou e desenvolveu uma pesquisa tendo como universo os associados das duas categorias profissionais que representa. Uma pesquisa que se concretizou em torno de objetivos que tiveram como foco central a busca do conhecimento da realidade de trabalho do assistente social e do psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O trabalho considerado “[...] enquanto construção coletiva e que encerra, no âmbito dessas profissões e dessa instituição, especificidades e expressões particulares, condicionadas pela conjuntura histórico-social, pela demanda de atendimento, pelos projetos de profissão e pelas características e demandas institucionais.” (FÁVERO. TOLOSA JORGE, MELÃO (org.), 2005, p. 25).

Desenvolvida entre os anos de 2002 a 2004, a pesquisa teve as principais informações registradas em seu relatório final,

publicadas no livro “O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário - construindo saberes, conquistando direitos.”¹¹ O intuito dessa comunicação é apresentar o processo da pesquisa em suas fases metodológicas e operacionais, enquanto uma construção coletiva, assumida por uma organização política da categoria. Pretende trazer registros e reflexões em torno do processo de pesquisa, como um instrumento importante na organização e nas lutas da categoria profissional - o processo e os resultados da pesquisa como fundamentais à conquista de espaços legítimos para a efetivação do projeto da profissão. De maneira bastante sintetizada¹² apresenta alguns de seus principais resultados relativos à realidade de trabalho, com enfoque nas expressões da realidade social que chegam para intervenção social e psicológica no espaço do judiciário, especialmente na justiça da infância e juventude e justiça de família.

Objetivos e atividades desenvolvidas pelos profissionais, aspectos de suas condições concretas de trabalho, as relações que estabelecem nesse cotidiano e as importantes proposições emitidas pelos sujeitos, com vistas a ações transformadoras do e no trabalho que realizam, não foram possíveis de serem aqui incorporadas, tendo em vista o limite do texto. Todavia, poderão ser acessadas por meio do livro citado, bem como por meio do relatório final, na AASPTJ-SP.

2 O PROCESSO DE PESQUISA

A proposta da pesquisa em foco apontava para o compromisso da diretoria da AASPTJ-SP com a construção do

¹¹ Lançado em 2005, pela Cortez Editora, atualmente na 3ª edição (2008).

¹² A íntegra do relatório final pode ser encontrada na AASPTJ-SP: www.aasptj.org.br

conhecimento a respeito da realidade de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos que atuam no TJSP, “[...] com vistas a uma ação política, direcionada à identificação e fortalecimento dos projetos das respectivas profissões, no interior da instituição judiciária.” (FÁVERO, TOLOSA JORGE, MELÃO (org.), 2005).

A partir dessa direção, encaminhou ações para a concretização do projeto, inclusive quanto ao investimento financeiro, na medida em que, sendo uma entidade de classe, sem diretrizes estatutárias para viabilizar pesquisas dessa natureza, não pode recorrer a agências oficiais de fomento à pesquisa.¹³ Essa questão nos leva a uma reflexão a respeito da importância de repensar e investir em pesquisas institucionais, voltadas para o cotidiano da intervenção, enquanto uma vasta possibilidade de contribuição para o avanço do conhecimento e da qualificação das práticas sociais.

Visando garantir o rigor científico, contratou-se profissional com experiência e titulação para a coordenação acadêmica, à qual agregaram-se duas componentes da direção, também com experiência em pesquisa. A esta coordenação foram agregados assistentes sociais e psicólogos associados, organizando-se, assim, o grupo que respondeu pelo desenvolvimento do projeto.

Decidiu-se por uma “[...] investigação que integrasse informações quantitativas e qualitativas em uma perspectiva histórico-crítica, levando em conta os temas centrais de análise,

¹³ Buscou-se financiamento junto à Fapesp “Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo” e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República. Pensou-se ainda em contar com a intermediação de alguma Instituição de Ensino Superior, no caso, a Unesp de Franca, o que foi inviabilizado por exigências de prazos incompatíveis com as possibilidades reais do grupo de pesquisa.

TRABALHO E INSTITUIÇÃO, inseridos na REALIDADE SOCIAL” (FÁVERO, TOLOSA JORGE, MELÃO (org.), 2005, p. 60), tendo sido definido como sujeito o conjunto dos assistentes sociais e psicólogos do TJSP que totalizaram 802 assistentes sociais e 375 psicólogos, em um universo de 1117¹⁴ profissionais. O Grupo de Pesquisa foi composto, então, por sujeitos envolvidos no dia-a-dia da realidade de trabalho a ser pesquisada, o que possibilita afirmar “[...] que a pesquisa/estudo se colocou como um espelho, no sentido de que os sujeitos estudaram e conheceram uma realidade de trabalho por meio da qual enxergaram a si mesmos.” (FÁVERO, TOLOSA JORGE, MELÃO (org.), 2005, p. 61). Os pesquisadores, enquanto trabalhadores no TJSP, constituíram-se, também, em sujeitos da pesquisa.

Levando em conta a observação de Minayo (2002, p. 17), de que “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”, pode-se afirmar que o objeto estudado é essencialmente e primeiramente um “problema da vida prática”, presente no

cotidiano do trabalho dos assistentes sociais e psicólogos, sujeitos da investigação, que passou a ser ‘intelectualmente um problema’ com a construção da pesquisa. A passagem de um problema posto na vida prática para um problema de ordem intelectual foi construída e assumida pelo Grupo de Pesquisa - GP, com criatividade e rigor, buscando ultrapassar o senso comum que, por vezes, permeia o rotineiro ambiente de trabalho. (FÁVERO, TOLOSA JORGE, MELÃO (org.), 2005, p. 61).

No processo foi construído um questionário, encaminhado ao universo dos sujeitos, coletando-se, assim, as

¹⁴ Desses, aproximadamente 968 eram, então, associados à AASPTJ-SP.

informações empíricas, base principal da pesquisa; trabalhou-se ainda com fontes documentais, no que se refere a dados institucionais, profissionais e da realidade social, e com fontes bibliográficas, enquanto fundamentos para a formação dos pesquisadores e para a organização e análise dos dados.

Considerando a existência de uma complementaridade entre as pesquisas qualitativa e quantitativa, trabalhou-se buscando a integração entre estas duas metodologias, ainda que privilegiando a pesquisa qualitativa, o que garantiu aos sujeitos a expressão de opiniões, sentimentos e atribuição de significados à realidade de trabalho com certo grau de liberdade.

Iniciou-se a pesquisa com a aplicação do instrumental a um grupo de 34 sujeitos, constituído por membros do Conselho de Representantes da Associação, além de cinco dos componentes do grupo de pesquisa, tendo esta fase sido validada como pré teste. Considerou-se importante que a primeira abordagem acontecesse junto ao Conselho de Representantes “[...] pela sua própria condição e possibilidade de expressar faces do SUJEITO COLETIVO,¹⁵ bem como pela singularidade de suas respostas.” (FÁVERO, TOLOSA JORGE, MELÃO (org.), 2005, p. 63). Os questionários respondidos foram avaliados pelo Grupo de Pesquisa, levando à reconstrução do instrumental, em uma segunda matriz, a qual foi encaminhada ao universo dos sujeitos.

Do universo, 250 profissionais responderam: 172 assistentes sociais e 78 psicólogos. Somando-se à primeira abordagem (34 sujeitos), atingiu-se uma amostragem de 284 profissionais, sendo 192 assistentes sociais e 92 psicólogos, o que correspondeu a 26.71% do universo pesquisado.

¹⁵ Sujeito coletivo, entendido como aquele que apresenta entre si “um traço comum”, que “é o fato de a noção de sujeito vir associada a um projeto, a partir de uma realidade cujos contornos não estão plenamente dados...” (SADER, 1988, p. 53).

Com objetivos de contemplar os temas centrais da pesquisa, ou seja, Trabalho, Instituição e sua inserção na Realidade Social, o instrumento aplicado contemplou seis questões principais, subdivididas em questões específicas. Assim, as duas primeiras, de natureza quantitativa, perguntaram a respeito de: Identificação do Sujeito e Caracterização Funcional. As quatro últimas, de natureza qualitativa, perguntaram sobre: Exercício Profissional (em que foram inseridos, ainda, alguns itens quantitativos, relativos a instrumentos de trabalho); Condições Materiais de Trabalho; Apreciação sobre a Experiência Profissional junto ao Tribunal de Justiça e Manifestação sobre outros assuntos (eventualmente não abordados nas questões anteriores).

O processo de construção e aplicação da pesquisa foi permeado pela participação dos pesquisadores em oito encontros de assistentes sociais e psicólogos do TJSP, em diferentes regiões do Estado de São Paulo, para debates e divulgação de seu andamento junto aos associados, além de apresentações parciais aos membros do Conselho de Representantes. (FÁVERO, TOLOSA JORGE, MELÃO (2005, p. 64.).

Coletadas as informações, inicialmente realizou-se seu mapeamento e organização, estabelecendo-se, em seguida, uma classificação de maneira a identificar os aspectos relevantes em relação ao objeto e objetivos da pesquisa, agrupando-os, ou reagrupando-os, de maneira a chegar à formatação de seu conteúdo final. Desse conteúdo, sistematizado no relatório final, destaca-se a seguir alguns aspectos importantes a respeito da realidade social da população atendida nos espaços de trabalho da justiça, da infância e juventude e justiça da família.

2.2 Os principais resultados da pesquisa, relativos à realidade social

Considerando que o capítulo II da Parte III do livro “Serviço Social e Psicologia no Judiciário”¹⁶ apresenta parte significativa da pesquisa, no que se refere às expressões da realidade social¹⁷ posta pela demanda de atendimento, e que é a partir dessa demanda que o Serviço Social e a Psicologia se inserem no Judiciário, optou-se por apresentar aqui fragmentos significativos desse capítulo, quase que na íntegra,¹⁸ de maneira a possibilitar a reflexão e o debate na direção de proposições para o enfrentamento das condições e das contradições encontradas nesse espaço de trabalho.

A pobreza aparece de maneira flagrante, por meio de diversas expressões, escancarando a questão social como o cerne do recurso ao Judiciário, na maioria das situações. Essa condição se apresenta com certa homogeneidade nas diversas regiões do Estado de São Paulo, não se observando significativas diferenças nem mesmo entre capital e interior, exceto em uma ou outra cidade de médio porte, onde existe maior possibilidade de acesso a programas sociais, mesmo que sejam vinculados a políticas sociais de natureza focalizada.

As respostas, tanto de assistentes sociais como de psicólogos (apresentadas, aqui, conjuntamente), apontam para essa situação de pobreza, assinalada por meio de descrições e conceitos variados, mas, de maneira geral, todos eles expressões

¹⁶ Que apresenta os principais resultados da pesquisa, conforme citado.

¹⁷ REALIDADE SOCIAL, entendida “na perspectiva das relações sociais e na forma como vão sendo reproduzidas – objetiva e subjetivamente – em um determinado contexto sociocultural e econômico e em uma dada conjuntura histórica.” (FÁVERO, TOLOSA JORGE, MELÃO (org.), 2005, p. 67).

¹⁸ Apresentados no livro, nas páginas 78 a 81.

de impedimento de acesso a direitos sociais possibilitadores de garantia de dignidade de vida.

Assim, 131 respostas descrevem indicadores que podem ser sintetizados como parte de uma realidade social dominada pela pobreza e pela miséria. Dezoito das respostas definem a realidade social como sendo de exclusão social. Outras dezenove expõem as dificuldades em relação à situação habitacional como indicadoras da situação de pobreza. Em significativos números pulverizam-se outras indicações que podem ser tomadas como geradoras e/ou reveladoras das condições de pobreza, como: dificuldade de reinserção social, marginalização social, dificuldades financeiras, precárias condições de emprego, subemprego, desemprego, falta de perspectiva de vida, carência de recursos materiais, dentre outras.

O trabalho, a escolaridade e a saúde, enquanto ausências ou precariedades que contribuem para a configuração da situação de pobreza, da maior possibilidade de exposição a situações provocadoras de violência e de dificuldades de autonomia para os cuidados com os filhos, trazem à tona diversas facetas da questão social, enquanto geradora da busca, do encaminhamento ou da denúncia ao Judiciário.

A violência, de maneira mais ampla e geral, e a violência intrafamiliar, em especial dirigida à criança, são descritas em índices elevados, denotando ser uma manifestação presente no cotidiano de grande parte das famílias atendidas, tanto na Justiça da Infância e Juventude como na Justiça da Família. A vitimização ou os maus-tratos aparecem tanto física como sexual e psicologicamente nos diferentes contextos regionais em que os profissionais trabalham. Assim, verificam-se 68 respostas apontando para a violência doméstica contra crianças, nessas diversas expressões, bem como oito repostas que indicam

especificamente o abuso sexual. A negligência é destacada em 23 das respostas, indicando, em conjunto com as diversas formas de vitimização, o acentuado uso do recurso da violência, enquanto poder do adulto sobre a criança.

A violência urbana é exposta de maneira flagrante, aparecendo acentuadamente nos grandes centros urbanos, mas se apresentando, também, e de maneira crescente, nas cidades de menor porte, sob variadas expressões: por meio do tráfico de drogas, da criminalidade em geral e do risco que tal situação implica para a população e para os profissionais que atuam junto a ela.

A realidade social é retratada pelos assistentes sociais e psicólogos como sendo permeada por acentuados índices de dependências, tanto com relação ao álcool como a entorpecentes diversos.

O abandono de crianças é indicado em números significativos. O conceito ou a forma do abandono não são explicitados em grande parte das respostas, o que impossibilita verificar se dizem respeito ao abandono total, à ausência deliberada de cuidados dos quais necessitam ou à entrega para outros cuidarem.

A indicação de questões relacionadas especificamente à família, sobretudo no tocante a conflitos e dificuldades para lidarem com os filhos e educá-los, aparece com elevados índices, tanto em ações que tramitam nas Varas da Infância e Juventude como nas Varas da Família e das Sucessões e Varas Cíveis, bem como aquelas que se referem a sujeitos que buscam o Judiciário para orientações, sem necessariamente estarem envolvidos em uma ação judicial. As indicações aparecem, muitas vezes, acompanhadas das expressões desagregação, desestruturação e desintegração, oferecendo indícios de que parcela dos profissionais pode reproduzir a visão do modelo de família

tradicional nuclear, agregado, organizado, estruturado e integrado como parâmetro para os relatos e análises das situações que se apresentam para a intervenção judicial.

Aparecem ainda, de maneira acentuada, referências a adolescentes, tanto aqueles envolvidos com o ato infracional como aqueles que apresentam diversos outros problemas e conflitos no seu processo de formação e desenvolvimento.

Os profissionais trazem a política social pública como a grande ausente no enfrentamento das necessidades e no atendimento aos direitos sociais dos sujeitos que buscam o Judiciário. As expressões 'falta, ausência, carência, precariedade, insuficiência' acompanham significativo índice de informações relacionadas ao não oferecimento de políticas sociais universalizantes, redistributivas e mesmo compensatórias e focalizadas. Políticas que, se implementadas pelo Poder Executivo nas suas diversas esferas, poderiam antecipar-se a uma demanda que, no limite das (im)possibilidades de atendimento aos seus direitos e necessidades, recorre, é encaminhada ou é denunciada ao Judiciário.

CONCLUSÃO

A apresentação, ainda que de uma parte, dos resultados da pesquisa sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos do TJSP ocorre enquanto um dos objetivos que levou a AASPTJ-SP a realizá-la, isto é, socializá-los, de maneira a provocar o debate e a pensar possibilidades de ações e políticas com vistas ao enfrentamento de uma realidade social violenta, desigual e desumana.

O processo de pesquisa, enquanto construção coletiva, aponta para a possibilidade de se efetivarem ações políticas conectadas com os projetos das profissões – de Assistente Social

e Psicólogo, isto é, colocando o conhecimento e a ação na direção do avanço da democracia, na defesa e na garantia de direitos – aos sujeitos representados e aos usuários dos serviços que realizam.

Os resultados enfatizam o cotidiano de trabalho desses profissionais enquanto espaço no qual a realidade social se apresenta em suas faces mais perversas, decorrente de um modelo concentrador de riquezas, em detrimento de ações redistributivas, garantidoras de dignidade ao conjunto da população.

Os resultados nos falam também da necessidade de se investir cada vez mais na formação ético-política e teórico-metodológica dos profissionais, sob risco de reproduzirmos e perpetuarmos ações cotidianas – que são as que chegam aos sujeitos – reiteradoras da subalternidade e da exclusão, ou permanecermos em estado de sofrimento e de fatalismo, sem as articulações necessárias para contribuições com o avanço das lutas sociais.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, E. T., MELÃO, M. J. R., TOLOSA JORGE, M. R. **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário** – construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SADER E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: [s.Ed., s/d].

O LUGAR DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL¹

Maria Regina de Avila Moreira²

Marlise Vinagre Silva³

Rosana Mirales⁴

Teresa Kleba Lisboa⁵

RESUMO

O objetivo é refletir sobre a incorporação do gênero na formação profissional da(o) assistente social explicitando possíveis entendimentos orientadores do debate. O desafio é a garantia da direção social na construção histórica do projeto ético-político do serviço social brasileiro que encontra referência no código de ética. O ponto de partida é que gênero é um tema transversal e constitutivo da natureza profissional, uma vez que esta se constitui majoritariamente por mulheres, sendo a história da profissão também a história das mulheres. Busca-se gerar elementos para argumentar que o conteúdo relacionado ao debate de gênero é parte constitutiva dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares.

Palavras-chave: gênero, formação, "questão social", projeto ético-político, emancipação.

ABSTRACT

The objective is to reflect about the gender incorporation in the social worker professional formation expliciting possible guidance understandings of the debate. The challenge is the direction consolidation in the historical construction of the ethical-political project in Brazilian social work, which finds its reference in the ethics code. The starting point is that gender is an oblique and constituent

¹ Texto apresentado em mesa temática coordenada no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social realizado em dezembro de 2006, em Recife, Brasil. Também disponível no site <http://www.cpihts.com/>

² moreiranantes@uol.com.br

³ marlisevinagre@ig.com.br

⁴ mirales@uol.com.br

⁵ tkleba@cse.ufsc.br

theme of professional nature, once it is constituted mostly by women, being the history of the profession also a women's history. We try to generate elements to discuss if the content related to gender is part of the fundament nucleus of *Curricula* directions.

Keywords: gender, formation, "social-question", ethical-political project, emancipation.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é refletir sobre a incorporação do gênero na formação profissional da(o) assistente social buscando explicitar diferentes abordagens teórico-metodológicas utilizadas.

No serviço social entende-se que o desafio do debate sobre gênero constitui-se na garantia da orientação dada pela construção histórica do projeto ético-político da profissão, o qual encontra no Código de Ética a sua referência explicitada nos princípios fundamentais: "Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero". (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2001, p. 218) O entendimento é que gênero é um tema transversal ao conteúdo da formação profissional sendo consubstancial à identidade profissional, uma vez que a categoria de assistentes sociais se constitui em maioria de mulheres, sendo a sua história também a história das mulheres.

Além de uma categoria explicativa da vida social, o gênero se põe às(aos) assistentes sociais e pesquisadoras como demanda posta pelo movimento de mulheres por meio das políticas setoriais como a de assistência social, de saúde e outras e na formulação de políticas para mulheres, o que exige respostas qualificadas dos profissionais em diferentes campos de ação.

GÊNERO COMO CATEGORIA HISTÓRICA

O reconhecimento do gênero como categoria na comunidade acadêmica ascende pela via do movimento de mulheres, fato que remete a investigá-lo como construção histórica. Há divergências quanto a sua apreensão levando aquelas(es) que trabalham com gênero à necessidade de contextualizá-lo.

Há ao menos duas possibilidades de entendimento de gênero como categoria histórica. Uma possibilidade que a toma como ferramenta útil para a análise da sociedade. Scott (1995) configura-se como uma das formuladoras dessa perspectiva. Seu esforço teórico é por resgatar a importância da mulher na história, fenômeno ocultado pela ideologia masculina. A autora afirma que a construção social de gênero se dá a partir das diferenças percebidas entre os sexos atribuindo ao discurso o papel central na superação dessas diferenças. Propõe como saída o processo de desconstrução do ordenamento social ancorado na lógica masculina e substituição por outra lógica não falocêntrica centrando na perspectiva da linguagem a possibilidade em romper com os estereótipos e, assim, lançar as bases para um novo patamar de relações entre os sexos.

A outra possibilidade irá tomar gênero como uma categoria histórica, a qual determinará, em conjunto com outras categorias, a vida em sociedade. Destaca-se Saffioti (1987) que afirma que a sociedade é constituída por três ordens consubstanciadas: o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Nesse pressuposto, torna-se possível afirmar que trabalhar com a categoria gênero é, antes, privilegiar as práticas sociais, uma vez que a realidade social é que indica a intensidade em que essas ordens constitutivas da sociedade se relacionam.

Não é possível estabelecer com precisão a origem da opressão sobre as mulheres e nem mesmo do patriarcado, uma vez que ele próprio é resultado da combinação de diversas associações ao longo do processo histórico. Bruschini e Costa (1992, p. 66) dirão que: "A exclusão das mulheres é resultado de um longo processo de confinamento ao doméstico e, também, resulta de construções culturais sobre as diferenças biológicas das mulheres em relação aos homens". Isso significa que o desenvolvimento da vida social acumula determinações econômicas, religiosas e políticas. Foi a articulação desses elementos que ao longo do desenvolvimento social possibilitou a supremacia masculina como um sistema que, ainda que se modifique, mantém-se atuante.

Considera-se que a noção de patriarcado contribui para o entendimento de gênero e delinea-se a partir do "poder estabelecido pelo sexo masculino sobre o feminino e revelado pela utilização cultural, social, e econômica do corpo da mulher por parte do homem e pelo controle de sua reprodução". (ALVES, 1983, p. 57).

O patriarcado em seu sentido original não é um sistema de organização social soberano, ou mesmo paralelo ao capitalismo, e sofre mudanças profundas, especialmente por força da luta das mulheres. A questão é retê-lo como um conjunto de valores objetivos e subjetivos que sustentam a reprodução de desigualdades sociais. O que se quer dizer é que o patriarcado não se constitui apenas como ideologia capaz de perpetuar o sistema de opressão e exploração de um sexo sobre outro reproduzindo-se nas classes sociais. O patriarcado se define como um sistema sexual de poder no qual o homem possui superioridade e privilégio econômico, social e político. (MOREIRA, 2003) Como acentuam Chevallard e Leconte (1988), a dominação das mulheres

é anterior ao modo de produção capitalista e se constituiu como base material para a emergência da propriedade privada e do Estado. Esse modo de produção contribui para a apropriação diferenciada de homens e mulheres como força de trabalho reafirmando a divisão sexual do trabalho. Ocorreu que o aprofundamento das relações em torno da propriedade privada reforçou a opressão das mulheres.

Apreender como essas relações foram forjadas nos mecanismos que garantem as suas permanências e as mudanças constitui-se em desafio. Essa apreensão só pode ser alcançada pelas mediações mais amplas que remetem a gênero e sua intersecção com outras categorias históricas como classe social e raça/etnia. Os homens têm tarefas junto à família e à manutenção do espaço doméstico, ainda que diferenciadas socialmente. Tampouco, a opressão das mulheres é explicada pela posição delas apenas no processo de reprodução. As atividades desenvolvidas por mulheres são desvalorizadas tanto no âmbito doméstico e no conjunto da vida social como no da produção. Isso comprova que a separação entre produção e reprodução é falsa. Ou seja, o desenvolvimento do trabalho assalariado, por um lado, acentuou a divisão social e, por outro lado, não desprezou a divisão sexual: "O trabalho assalariado não está isento das relações do trabalho doméstico e os antagonismos de sexo atuam tanto no trabalho como no conjunto da vida social". (CHAUBAD ; FOUGEROLLAS-SCHWEBEL, 1986, p. 117)

GÊNERO E "QUESTÃO SOCIAL"

As diretrizes curriculares definiram a "questão social" como objeto do Serviço Social. (CADERNOS ABESS, 1996) A partir disso foram se delineando construções teórico-metodológicas

sobre a categoria “questão social” configurando um leque de concepções ora fundamentadas nos pressupostos de Rosanvallon (1995) sobre o surgimento da “nova questão social”, ora insistindo na processualidade da “questão social” trazida por Castel (1998) ou, ainda, reconhecendo, como fez Wandeley (1997), uma “questão social” especificamente latino-americana. Esta última concepção ressalta o processo histórico de colonização e evidencia o caso brasileiro pela questão fundiária e pela escravidão de índios e de negros, bem como pela exploração de mulheres indígenas, negras e brancas, cujos desdobramentos repercutem até hoje em diferentes expressões da “questão social”. No debate acadêmico do Serviço Social a revista *Temporalis* (n. 03, 2001) também contribuiu através de coletânea de artigos sobre o tema.

Discussões em torno do objeto de trabalho do Serviço Social têm sido feitas ao longo da história da profissão, a exemplo do texto de Iamamoto e Carvalho (1985) e da perspectiva histórica de construção do mesmo apresentada por Faleiros (2001).

Na contemporaneidade Iamamoto (1999) define que o objeto do trabalho do Serviço Social se compõe pelas diferentes expressões da “questão social”, ou seja, pelas suas consequências surgidas a partir das desigualdades originadas no contexto do capitalismo. Para a autora, o objeto de trabalho ou matéria-prima do Serviço Social se constitui nas particularidades das expressões da questão social e como estas são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam, sobretudo na relação com o trabalho e a classe social.

Faleiros (2001) lembra que toda a construção de um objeto profissional deve levar em conta a história, as discussões, os debates e os projetos de sociedade. Para esse autor, adotando-se apenas a perspectiva de classe, a heterogeneidade dos campos de atuação da profissão de Serviço Social fica restrita, uma vez

que esta não se limita a atuar somente nas questões de trabalho. O autor acrescenta que o foco da atuação profissional do assistente social, ou seja, o seu objeto, se constrói no processo de articulação do poder dos sujeitos, no enfrentamento das questões relacionais complexas que devem ser captadas e entendidas em cada espaço profissional ocupado e em cada especificidade institucional. Assim, essas intervenções exigem dinâmicas, recursos, organização e informação e vão construindo e desconstruindo a identidade profissional nas condições históricas.

A partir de diferentes abordagens, gênero tem se configurado como uma das expressões marcantes de injustiça e desigualdade reinantes no país, ou seja, como uma das expressões da “questão social”. Embora Camps (2001) proclame que o século XXI será o século das mulheres, ainda estamos longe do nível em que se quer chegar, em se tratando de equidade de gênero. Confrontamo-nos, em nível mundial, com uma “feminização da pobreza”: 70 % dos pobres do mundo são mulheres e 20 milhões de mulheres no mundo vivem em condições de “segunda categoria”, sofrem violência, são exploradas no trabalho e migram de um lugar para outro lutando por sobrevivência e pela garantia de seus direitos.

As mulheres pobres no Brasil também passam por situações extremamente injustas no que diz respeito a seus direitos e interesses. Defrontam-se com consideráveis limitações em relação à participação na tomada de decisões e definição de seus direitos por uma série de fatores: a responsabilidade no cuidado com as crianças, idosos e doentes da família; a desvantagem no mundo do trabalho remunerado assim como sua vulnerabilidade física em relação à violência masculina. As decisões públicas que afetam as mulheres de um modo geral estão guiadas, na grande maioria das vezes, por imposições ou preferências masculinas e não por necessidades femininas.

No contexto neoliberal as políticas públicas são marcadas pela ausência de estruturas e medidas pensadas em função das e para as mulheres. Apesar de serem maioria, as mulheres não constituem um grupo específico no âmbito da assistência pública e, tal como está definido pela Lei Orgânica da Assistência, não existem medidas e programas centrados na problemática do gênero. De forma que as políticas sociais, no contexto do neoliberalismo, têm contribuído para a reprodução da subalternidade das mulheres, para a não igualdade de oportunidades nos diferentes espaços domésticos, da produção e da cidadania. A incorporação de gênero nas políticas públicas requer programas que respondam à particularidade das situações vivenciadas pelas mesmas e à necessidade de implementar medidas de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham. Contudo, as(os) assistentes sociais já começam a participar na formulação e gestão de políticas públicas direcionadas às diferentes expressões da questão social que integram também os interesses e as necessidades das mulheres intervindo no cotidiano das instituições, propondo e definindo estratégias de ação diante das demandas trazidas por esses sujeitos sociais.

GÊNERO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

No dia-a-dia somos levadas(os) a assumir posições a partir de juízos de valor, determinados por interesses de classe, gênero, raça/etnia e oriundos dos diferentes grupos sociais. Isso implica reconhecer que nossas ações, no plano pessoal ou profissional, são necessariamente comprometidas com interesses de classe e de grupos. Ou seja, nossas ações encerram escolhas ético-morais que têm uma determinada "direção significativa".

(VINAGRE SILVA, 1996, p.139) Nesse sentido, é fundamental se desvelar as diversas visões de mundo que informam a cultura e o trabalho profissional para se apreenderem os elementos constitutivos a ele subjacentes desde seu processo de emergência e institucionalização até o tempo presente.

A maioria político-intelectual adquirida pela profissão a partir do início dos anos 1990 possibilitou, em grande parte, a recuperação da teoria crítico-dialética em aspectos não suficientemente trabalhados: a cultura, a relação indivíduo-sociedade, a heterogeneidade das classes e o reconhecimento da diversidade e do direito à expressão dos grupos socialmente discriminados como os negros e as mulheres. Essa recuperação levou à possibilidade de um contato do serviço social com a ontologia do ser social, bem como fundamentou a construção de uma projeção ético-política dirigida à emancipação política e humana que se popularizou sob a denominação de projeto ético-político.

O eixo fundante desse projeto está relacionado à defesa da liberdade como valor ético central e das requisições a ele inerentes, tais como a expansão e emancipação dos indivíduos sociais, o que implica a superação da heteronomia e, conseqüentemente, a defesa intransigente da plena realização de todos. A centralidade da liberdade nessa concepção vincula-se ao postulado de uma ética coletivista e universalista, onde é consubstancial a efetividade do acesso de todos os direitos para todos. Essa perspectiva aponta para políticas não focalistas que visem à universalização dos direitos e não à defesa de mínimos para a satisfação de necessidades básicas. Relaciona-se à ampliação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política e da riqueza (material e espiritual) produzida. Logo, é inerente a essa direção social a

vinculação a uma perspectiva de defesa e construção de uma sociedade igualitarista e radicalmente humana sem dominação-exploração, discriminação ou preconceitos.

Essa defesa relaciona-se à recusa do autoritarismo, do arbítrio e ao combate a todas as formas de sofrimento e humilhação, tais como a tortura, a xenofobia, o racismo, a intolerância religiosa, a violência de gênero e doméstica, na perspectiva da defesa dos direitos humanos.

Assim, o projeto ético-político construído a partir das últimas três décadas aponta para uma direção clara anti-capitalista e anti-conservadora. Em outras palavras, ele tem como horizonte a superação da ordem burguesa e a construção de uma nova ordem societal sem desigualdades de classe, etnia e gênero ou de qualquer natureza.

Nesse sentido, a apreensão das desigualdades de gênero, bem como o seu combate, é estrategicamente central, tendo em vista a direção social do projeto ético-político defendido pelas entidades da categoria (a ABEPSS, o conjunto CEFESS/ CRESS e a ENESSO), projeto que tem como horizonte teleológico a construção da emancipação política e humana e de uma sociedade ontologicamente libertária.

A organização e mobilização provocadas pela tríplice competência teórica, ético-política e técnico-operativa - fundadas no horizonte da radicalidade emancipatória - possibilitam uma releitura das diferentes expressões da "questão social", dos espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional a buscarem novas alternativas metodológicas e a superarem posturas fatalistas e voluntaristas viabilizadoras, também, da articulação entre o universal, o particular e o singular.

Contudo, ao se reconhecer à estratégica dimensão fundante do particular, como é o caso do gênero, cabe o cuidado

para não se cair nos particularismos e na fragmentação. O risco é perder-se a referência da totalidade bem como da centralidade da "questão social" e do trabalho como norte do projeto ético-político voltado para a emancipação política e humana.

CONCLUSÃO

A defesa intransigente da democracia, dos direitos humanos e sociais, bem como a sua real existência, agrega as(os) profissionais de Serviço Social garantindo as conquistas históricas, teóricas e políticas feitas nas últimas décadas. O Código de Ética vigente vem se consolidando como instrumento capaz de garantir a orientação política no projeto escolhido pela categoria profissional e possibilitando a defesa da profissão e da(os) profissionais que se posicionam em favor da genericidade do ser social.

É nesse contexto que a proposição desta mesa vem ao encontro das necessidades da formação profissional das(os) assistentes sociais ao refletir que gênero remete aos fundamentos do Serviço Social, já que esta profissão, no contexto da divisão sócio-técnica e sexual do trabalho, constituiu-se com maioria de mulheres. Essa é a trajetória dos 70 anos de Serviço Social no país. Gênero também remete, dado seu caráter intersetorial, a outros eixos como "questão social", trabalho e política social. Há mais de três décadas o Movimento de Reconceituação abriu a perspectiva de se estar junto aos movimentos sociais e políticos. As(os) assistentes sociais, nas últimas décadas, vêm se fazendo presentes no movimento de mulheres que lutaram e lutam por conquistas feministas contra a ditadura, em favor da democracia, pelos direitos sociais, em favor das políticas sociais e pela construção de uma sociedade livre.

A análise histórico-crítica das relações de gênero; a interface de gênero com outras formas de dominação-exploração; a particularidade de gênero na origem das profissões; o trabalho feminino; a violência de gênero; a busca da equidade de gênero nas políticas sociais e as metodologias de pesquisa com mulheres (como as biografias e as histórias de vida), bem como o uso da escuta qualificada e outros instrumentos e técnicas como processo de intervenção teórico-metodológica, constituem-se em temas pertinentes à formação profissional da(o) assistente social.

Situa-se, assim, a necessidade de ampliação do debate sobre as experiências das unidades de ensino na incorporação dos conteúdos de gênero nas grades curriculares, o que deverá contribuir com o processo de avaliação das Diretrizes Curriculares.

Como uma necessidade a ser enfrentada coletivamente, cabe concentrar esforços para situar gênero nos núcleos de fundamentação da formação *Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social; da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e do Trabalho Profissional* desdobrando os conteúdos nos fundamentos do serviço social, das políticas sociais, dos processos de trabalho e da sociabilidade, da “questão social” e da ética garantindo que as pesquisas e o conhecimento acumulado no tema situem-se em um lugar orientador para a formação profissional.

As formas de violências que as expressões da “questão social” adquirem são nesse contexto entendidas em sua dinâmica. Incorporar as singularidades e as particularidades dando vazão à defesa da liberdade baseando-se na busca de alternativas aos processos de dominação-exploração é o que o momento histórico exige daquelas(es) que defendem os princípios éticos que têm seus pressupostos na ontologia do ser social.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M. Feminismo e Marxismo. In: KONDER, L. et al. (orgs). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 51-61.

BRUSCHINI, C.; COSTA, A. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CAMPS, V. **O século das mulheres**. Lisboa: Editorias Presença, 2001.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUBAD, D. ; FOUGEROLLAS-SCHWEBEL, M. Sobre a Autonomia Relativa da Produção e da Reprodução. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andée et al. **O Sexo do Trabalho**. Tradução: Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.113-130.

CHEVILLARD, N. ; LECONTE, S. **Trabalho das Mulheres, Poder dos Homens**. Trad. Nalu Faria, 1998. (Mimeografado).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética profissional do assistente social. In: BONETTI, E. A. et al. (orgs). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 209-230.

DIRETRIZES gerais para o curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Ed. Cortez, 1996, n. 07, p. 58-76. Formação profissional: Trajetórias e Desafios. Edição especial.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIA, N. et al. (orgs.) **Gênero nas políticas públicas**. São Paulo: SOF, 2000. (Coleção Cadernos Sempreviva).

IAMAMOTO, M. V. ; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1985.

IAMAMOTTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Brasileiro 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 18 nov. 2004.

LISBOA, T. K. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. UFSC, Chapecó: Argos, 2003.

MOREIRA, M. R. de A. **A Constituição de Gênero no Serviço Social** – um estudo a partir do depoimento de empregadores e assistentes sociais. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

QUESTÃO social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, M. et. al. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 49- 160.

REVISTA TEMPORALIS. Ano 2, n. 3, jan.jul. Brasília: ABEPSS, Grafiine, 2001.

ROSANVALLON, P. **La nueva cuestión social** – repensar el Estado providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: Faculdade de Educação - UFRGS, v.20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

VINAGRE SILVA, M. V. Ética profissional: por uma ampliação conceitual e política. In: BONETTI, E. A. et al. (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 137-144.

OS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL

Cláudia Mônica dos Santos¹

RESUMO

Neste estudo procuro situar quais são as lacunas na formação profissional, no que diz respeito aos instrumentos e técnicas. Parto do pressuposto de que a questão dos instrumentos e técnicas sempre foi problemática no serviço social, desde o início de sua profissionalização, porém enfatizo e questiono o currículo em vigor: Ele está sendo uma resposta? Quais foram seus avanços? Onde estão suas pendências? A análise é realizada a partir de uma apreciação dialética da história, indicando que há uma relação de continuidades e de rupturas no debate sobre instrumentos e técnicas, ou seja, priorizando o processo de formação na sua contraditoriedade.

Palavras chave:

ABSTRACT

This work wants to argue the instruments and techniques of the professional formation. This question is a constant problem for the Social Service since the beginning of its professionalization. We emphasize and question the current resume from a conception dialectic, indicating the continuities and the ruptures gifts in this debate and prioritizing the contradictions of the formation-process.

Keywords:

¹ Assistente Social. Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

INTRODUÇÃO

Uma breve análise da historiografia do Serviço Social me faz identificar uma relação tensa da formação profissional com os instrumentos e técnicas que se resume em três grandes posturas. Essas denunciam os avanços, mas também apontam a insuficiência e a inadequação dessa discussão na formação profissional:

- 1- que substitui os instrumentos e técnicas pela moral religiosa, católica, com um perfil ético-moral religioso;
- 2- que identifica instrumentos e técnicas com a moral laica, republicana e burguesa, com a técnica a serviço da eficiência e da eficácia do sistema;
- 3- que as substituem por princípios éticos e vontade política.

Sendo assim, questiona-se: como se dá essa relação hoje?

Em 1996 foi aprovado pela categoria o documento “Diretrizes Básicas para a Formação Profissional” e, em 2001, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), “As novas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social”, não mais como currículo mínimo obrigatório. Nesse o ensino da prática é retomado, tendo um caráter de horizontalidade a todo o currículo, juntamente com a pesquisa e a ética. Segundo a ABESS/CEDEPSS (1996), a concepção de competência profissional passa a englobar as dimensões que compõem a intervenção profissional: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa.

Encontra-se, nesse período, o foco de minha questão. Deter-me-ei, portanto, em situar o papel e o lugar que essa nova proposta pedagógica e as diretrizes curriculares destinam aos

instrumentos e técnicas. Com esse objetivo, procedi a uma investigação, analisando dados empíricos secundários:

1-os relatórios de eventos da categoria promovidos pela ABEPSS: as publicações da Revista Temporalis Suplemento (nov. de 2002) e n.º 8 (jul a dez de 2004); a publicação “Memórias” – Seminário Latino-Americano de Serviço Social (jul. de 2003)², ambas organizadas e publicadas pela ABEPSS. Tal escolha se deu em função desses documentos conterem os relatórios dos resultados das oficinas nacionais que tinham por objetivo avaliar a implantação das novas diretrizes curriculares, no que se refere ao núcleo de fundamentos do trabalho profissional – com o ensino da dimensão técnico-operativa – e discutir a formação profissional.

DESENVOLVIMENTO

Os destaques retirados dos documentos ‘base’ de análise da nova proposta para a formação profissional do Serviço Social, no que diz respeito ao ensino dos instrumentos e técnicas, faz-me concluir que esses são:

- 1- considerados como de importância para a ação, merecendo, dessa forma, atenção por parte da formação;
- 2- considerados como elemento da dimensão técnico-operativa, a qual não pode ser tratada descolada das dimensões teórico-metodológica, ético-política e investigativa;
- 3- escolhidos a partir das demandas postas ao Serviço Social; do resultado da análise da realidade; da

² Apesar desses documentos constituírem-se de relatos, ou seja, de não possuírem uma natureza científica, são ricos enquanto fonte de dados da realidade. Daí, minha opção pela análise dos mesmos.

intencionalidade do profissional e da direção social imprimidas pelos sujeitos profissionais;

- 4- criados tendo por fundamento a análise do Serviço Social como uma profissão historicamente construída e teoricamente fundada;
- 5- definidos tendo por suposto uma postura investigativa sobre a realidade social e as mediações que perpassam o exercício profissional, uma vez que os instrumentos são construídos de acordo com as finalidades e os modos de pensar e agir do profissional;
- 6- tratados para além de sua operacionalidade, ou melhor, enfatiza-se, nesses documentos, uma preocupação em não reduzir o ensino dos instrumentos à sua operacionalidade. O 'o que fazer', o 'por que fazer' e o 'para que fazer' devem estar juntos ao 'como fazer'. Porém, esse "como fazer" não chega a ser, minimamente, abordado no projeto de formação profissional.

Conceber os instrumentos sob esse ângulo mostra que as novas Diretrizes Curriculares podem ser consideradas um avanço, tendo em vista as preocupações dos profissionais em relação às lacunas históricas deste tema. Entretanto, se a ênfase dada à relação de unidade entre as dimensões da prática interventiva do Assistente Social não vier acompanhada de uma compreensão de que unidade não é identidade, mas, sim, uma relação profunda na diferença, esta proposta curricular continuará reforçando os equívocos em torno dessa questão, quais sejam:

- 1- considerar que os instrumentos e técnicas são geridos de acordo com os referenciais teóricos, em outras palavras, que as direções teóricas nos emprestam instrumentos e técnicas específicos a elas;

- 2- requisitar, para a intervenção, modelos prontos;
- 3- dificultar a criação de novos instrumentos e técnicas adequados à realidade;
- 4- apropriar-se, de forma problemática, dos instrumentos herdados de nossa tradição profissional.

No entanto, não se sabe, ainda, se as Diretrizes Curriculares têm contribuído ou contribuirão para diminuir esses equívocos, haja vista as críticas já formuladas no campo do Serviço Social, o que pode ser exemplificado com a afirmação de Faleiros (2000, p.169):

os tópicos de estudo (ementas) das Diretrizes Curriculares não abordam, de forma, consistente, a questão da intervenção profissional, entendendo as estratégias profissionais e o instrumental operativo apenas na frase: 'o assistente social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto de seu trabalho'. Nem parece tratar-se de um currículo de assistente social.

As diretrizes e metas que fundamentam a formação, aqui evidenciada por meio dos documentos que contêm a proposta atual, mostram que essa pode ser uma leitura precipitada de Faleiros, mas real se não forem tomadas algumas medidas. A análise por mim empreendida mostra que a questão dos instrumentos e técnicas é abordada em vários momentos da proposta de formação profissional, não apenas no citado por Faleiros. Entretanto, no que se refere às Diretrizes Curriculares, há uma referência explícita do trato da dimensão técnico-operativa. Em nenhum momento há um detalhamento sobre os elementos que constituem essa dimensão a serem priorizados nos programas das disciplinas como, por exemplo, se estão sendo incluídos os instrumentos e técnicas e,

em caso afirmativo, quais são os instrumentos de nossa tradição, os emergentes e como operacionalizá-los.

No que se refere às ementas, elas são, por natureza, sumarizadas. O detalhamento deve estar contido nos programas das disciplinas e demais componentes curriculares. Assim são os programas das disciplinas – construídos a partir das ementas – que poderão evidenciar como os instrumentos e técnicas vêm sendo tratados nos cursos de Serviço Social. Se as ementas não oferecerem, minimamente, uma direção, a questão continuará sendo ministrada de acordo com o discernimento pessoal de cada docente, ficando, até mesmo, ausente.

Será que mais uma vez se incorre em uma teorização no trato desses instrumentos? É importante perceber se a preocupação em enfatizar a unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e em salientar a importância de tratar os instrumentos e técnicas “para além de sua operacionalidade” não está sendo apreendida como “um descuido com sua operacionalização e de suas especificidades no Serviço Social”. Discutir tais instrumentos e técnicas envolve o “o que fazer”, o “para que fazer”, o “por que fazer”, mas, também, o “como fazer”. O cuidado com o “que fazer”, com o “para que” fazer e com o “por que fazer” não pode excluir o “como fazer”. O currículo não pode prescindir de disciplinas que tratem da habilitação para o manuseio dos instrumentos e técnicas no Serviço Social em conjugação com o debate filosófico, teórico, político e ético.

A leitura dos relatos publicados pela ABEPSS não ofereceu um detalhamento dos conteúdos destinados às disciplinas, às oficinas, aos laboratórios e demais atividades curriculares que privilegiam o conteúdo ora em estudo. Essa situação dificultou uma apreensão *sobre e como* vêm sendo tratados os instrumentos e técnicas na intervenção do Serviço Social. Porém, apesar de não

se poder detalhar os procedimentos das Escolas, as observações levantadas nos painéis apontam para uma preocupação acertada, em algumas regionais, de se ter uma dimensão de ensinar os instrumentos, inclusive com disciplinas que tratem de seus procedimentos operacionais.

De forma geral, as oficinas ofereceram um panorama do processo de implantação e implementação dos projetos de formação profissional no Brasil, incluindo o papel e o lugar destinados aos instrumentos e técnicas, que podem ser sumarizadas nas seguintes observações:

1ª - o ensino da prática ocupa posição central nos currículos das unidades e é entendido como parte dos três núcleos: de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos do trabalho profissional. Ou seja, esses três núcleos instrumentalizam para o exercício profissional, eles são instrumentais ao Serviço Social, no entanto, é no terceiro núcleo que esse conteúdo é tratado especificamente. Não fica visível como essa centralidade ocorre na formação e se ela existe de fato. Estas oficinas denunciavam, igualmente, o risco desses núcleos estarem sendo mais instrumentais à apreensão teórica da realidade e menos à intervenção profissional. Não foi possível, igualmente, perceber se os núcleos mantêm, de fato, uma articulação entre si. Considerando que essa nova estrutura é uma das características da nova lógica curricular, pode-se supor que esta pode estar sendo comprometida.

2ª - o espaço destinado aos instrumentos e técnicas confirmam as diretrizes da ABEPSS, quais sejam,

eles são compreendidos como elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa e inseridos nos componentes curriculares que compõem o ensino do trabalho profissional, principalmente em oficinas de teoria e prática e na disciplina de trabalho profissional. Apenas uma unidade afirmou manter esse conteúdo na disciplina de Fundamentos teórico-metodológicos;

3ª- nas disciplinas de Estágio Curricular não se têm registros desse conteúdo, apesar de ser considerado um espaço de capacitação para o exercício profissional [uma atividade integradora do currículo.] Essa constatação mostra que, no que diz respeito ao Estágio, o novo currículo não vem alcançando mudanças. Inclusive, ao se considerar a formação profissional como de responsabilidade do conjunto da categoria profissional, é bastante problemática a afirmativa de que há um distanciamento entre professores e profissionais supervisores de campo; entre escolas e campos de estágio e entre o conjunto de disciplinas e a realidade experienciada nos campos de estágio;

4ª- há uma preocupação em se garantir disciplinas que tratem dos instrumentais técnico-operativos, preferencialmente em laboratórios e oficinas, mas sempre com a ressalva de que não se pode deter na operacionalização desses e não se adotar uma postura tecnicista ou tecnocrática. Não aparece, em nenhum momento, um detalhamento desses instrumentos: quais são, como deveriam ser abordados, as particularidades desses no Serviço

Social, as habilidades necessárias ao uso dos instrumentais, ou seja, da capacitação para a utilização do acervo técnico-instrumental e para a criação de novos. É apontado o 'como não deveria ser abordado' em detrimento do 'como poderia ser manuseado';

5ª- em todos os documentos analisados aparece, mesmo que em contextos diversos, a denúncia de separação entre teoria e prática. Acredito que garantir a relação teoria e prática atualmente é mais uma questão de qualificação teórico-metodológica, ético-política, de capacitação didático-pedagógica e menos de mudança de currículo;

6ª - verifica-se uma associação equivocada entre "instrumentalidade" e "instrumentos e técnicas";

7ª- encontram-se ressalvas constantes de que o ensino da prática e/ou o estágio não pode se restringir aos instrumentos e técnicas. Na minha percepção essa ressalva não se faz pertinente, pois o que os relatórios mostram é o contrário. Em nenhum momento fica explícito um aprofundamento sobre os instrumentos e técnicas nas disciplinas de estágio. Os mesmos são tratados em uma ou duas disciplinas, mesmo assim, em alguns casos, sem se privilegiar o conhecimento procedimental dos mesmos;

8ª- apenas uma unidade, ainda, referiu-se aos instrumentos e técnicas, adequando-os às direções teóricas: marxismo, positivismo e fenomenologia. O que não significa a inexistência de outras, haja vista a pouca presença das unidades de ensino nas oficinas regionais, o que pode não retratar, fielmente,

a realidade. Essa postura significa uma associação direta entre orientação teórica e elaboração de instrumentos e técnicas.

Algumas dificuldades de implementação das novas diretrizes são comuns e remetem à concepção de educação superior em desenvolvimento na sociedade: a compreensão inadequada da teoria social de Marx, com destaque para a perspectiva de “totalidade” e a concepção de “trabalho”; as condições de trabalho das faculdades particulares – falta de incentivo à pesquisa e à extensão, professores horistas, grande rotatividade do corpo docente – que acarretam a seguinte contradição: em algumas o debate sobre a proposta curricular existe, mas não reflete na estrutura dos cursos, ou seja, não querem acrescentar disciplinas ou destinar carga horária para pesquisa ou extensão, em consonância com a atual LDB; as universidades públicas que enfrentam problemas semelhantes com professores substitutos, os quais, ao assimilarem a lógica da nova proposta, são desligados da instituição por terem seus contratos encerrados e a dificuldade de compreensão da nova proposta curricular por parte dos docentes, acarretando uma apreensão diferenciada pelos mesmos.

No sentido de diminuir esses entraves vem sendo, inclusive, recomendado à ABEPSS o fortalecimento de programas de capacitação docente. Essas dificuldades podem ser resumidas na necessidade de capacitação docente, no que se refere à direção teórica e política que oferece sustentação ao projeto de formação profissional em vigor, qual seja, a direção materialista histórico-dialética, dificuldade essa visível tanto na associação direta entre teoria e prática quanto na concepção de que a prática fala por si só.

Essas observações indicam que a questão relativa ao ensino dos instrumentos e técnicas ainda se expressa muito mais

pelo “receio” de ser “tecnicista” do que pela ousadia de criar alternativas/experiências explícitas e detalhadas para enfrentar o desafio de ensinar o “como fazer” sem ser “tecnicista”. Como já mencionado, salvo poucas exceções, reforça-se sempre o como não ensinar os instrumentos e técnicas em detrimento do como deveria ser ensinado.

CONCLUSÃO

A meu ver, o debate travado em torno do ensino dos instrumentos e técnicas apontados nos debates fica restrito a três posições. Posições essas constituintes e constitutivas da historiografia da profissão. A primeira posição considera que o conhecimento da realidade e o conhecimento teórico são os instrumentos necessários a uma boa intervenção, não necessitando de uma disciplina específica. Essa posição se ancora no processo de ruptura com nossa herança conservadora quando a profissão revê sua postura “tecnicista”. Os currículos tomaram, então, novos rumos, introduzindo e/ou fortalecendo conteúdos que privilegiavam uma compreensão maior da realidade e da própria historiografia da profissão, isto é, as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas da intervenção do Serviço Social. Os profissionais passam a defender que um conhecimento profundo dessas dimensões se constituem nos fundamentos da prática profissional. Propõe-se, então, que o referencial técnico-operativo do Serviço Social se faça a partir de uma compreensão adequada das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas.

A segunda posição é a própria concepção tecnicista – que ainda se encontra em combate pelas novas Diretrizes Curriculares. Essa tendência não vincula a dimensão técnico-

operativa às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, ou seja, não reconhece a relação de unidade entre as três.

A terceira posição não nega que o conhecimento teórico e da realidade sejam fundamentais ao exercício profissional, mas considera necessário um conhecimento sobre as particularidades dos instrumentos e técnicas que dão operacionalidade à profissão. Para isso, afirma ser necessário tratar de questões como: os instrumentos utilizados historicamente pela profissão; a relação entre instrumentos e conhecimento da realidade; as possibilidades de criação e inovação de instrumentos de intervenção; o desvendamento dos equívocos no entendimento de teoria e instrumentos e técnicas; a relação de unidade entre as dimensões da intervenção profissional; de como utilizar os instrumentos e do real papel dos instrumentos e técnicas na intervenção. Essa posição se ancora na afirmativa de que a teoria não se transmuta de imediato em prática e na crença de que o conhecimento teórico é uma das formas de conhecimento. O exercício profissional exige conhecimentos diferentes que extrapolam o conhecimento teórico. Minha concepção se encontra nessa terceira tendência.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS – “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **MEMÓRIAS** – Seminário Latino-Americano de Serviço Social – Articulação Latino-Americana e Formação Profissional e Oficina Nacional da ABEPSS, 2003.

Temporalis, ano VI, n. 11, p. 159-171, jan.-jun.2006

FALEIROS, V. P. “Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares?” **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n.2. jul./dez. 2000.

REVISTA TEMPORALIS. Brasília, ABEPSS, v. 3, nov. 2002. Suplemento.

_____. Brasília, ABEPSS, v. 4, n.,8, jul./dez. 2004.

Temporalis, ano VI, n. 11, p. 159-171, jan.-jun.2006

PESQUISA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
um debate sobre a contribuição dos grupos de pesquisa

Dunia Comerlatto¹
Iones Signor²

RESUMO

Este artigo é resultante de um estudo que propôs compreender a importância e contribuição dos grupos de pesquisa no processo de formação profissional, mais propriamente, do assistente social. Buscou, também, reconhecer alguns aspectos considerados na dinâmica de funcionamento desses grupos. O referido estudo utilizou-se de procedimentos teórico-metodológicos por meio de pesquisas bibliográficas e análise de documentos institucionais e de questionário que possibilitaram recolher informações dos professores do curso de Serviço Social e líderes dos grupos de pesquisa e dos estudantes do curso de Serviço Social no contexto da Universidade Comunitária Regional de Chapecó/SC – Unochapecó.

Palavras-chave: Universidade. Formação Profissional. Grupos de Pesquisa.

ABSTRACT

This article resulted from a study that proposed to understand the importance and the contribution of research groups in the professional formation process, mainly the social worker. To recognize some aspects considered on these group functions was also researched. The referred study used methodological proceedings, based on data surveillance, bibliographic research, analysis of institutional documents and quiz, which allowed harvesting informations about professors from the social work course, research group leadership, and students from the course, in the context of the Universidade Comunitária Regional de Chapecó/SC – Unochapecó.

Keywords: University. Professional Formation. Research Groups

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Comunitária Regional de Chapecó/SC - Unochapecó.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante de um estudo que propôs compreender a importância e contribuição dos grupos de pesquisa no processo de formação profissional, mais propriamente, do assistente social. Buscou, também, reconhecer alguns aspectos considerados na dinâmica de funcionamento desses grupos. O referido estudo utilizou-se de procedimentos teórico-metodológicos por meio de pesquisas bibliográficas e análise de documentos institucionais e de questionário que possibilitaram recolher informações dos professores do curso de Serviço Social e líderes dos grupos de pesquisa e dos estudantes do curso de Serviço Social no contexto da Universidade Comunitária Regional de Chapecó/SC – Unochapecó³.

UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS GRUPOS DE PESQUISA

Com as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais impulsionadas principalmente pelo advento da industrialização, a concepção e a finalidade das instituições de ensino superior modificaram-se, passando a adotar a ciência como forma de compreender o mundo e o homem. Assim, pesquisas de cunho científico passaram a ser desenvolvidas, superando os antigos dogmas instituídos como verdades absolutas.

³ Dos 33 grupos de pesquisa existentes no período deste estudo (primeiro semestre de 2005), foram selecionados 9, a partir do critério de temáticas afins com a área profissional do Serviço Social, quais sejam: grupo de pesquisa em gestão e desenvolvimento; grupo de pesquisa em desenvolvimento humano; cidade: cultura, urbanização e desenvolvimento; grupo de pesquisa em educação popular; ensino e formação de professores; grupo de pesquisa em políticas públicas e participação social; fogueira: núcleo de estudos e pesquisas de gênero; trabalho, renda e inclusão social; desenvolvimento regional.

As instituições de ensino superior são classificadas, através da sua organização acadêmica, em “Instituições Universitárias e Instituições Não Universitárias”⁴. As “Instituições Universitárias” compreendem as universidades especializadas e os centros universitários. As “Instituições Não Universitárias” compreendem os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs e os Centros de Educação Tecnológica – CETs, as faculdades integradas, as faculdades isoladas e os institutos superiores de educação.

As universidades são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Essa especificidade diferencia as universidades das demais instituições de ensino superior, pois centra sua dinâmica acadêmica na articulação das três esferas que compõem o tripé de sustentação da atividade acadêmica (pesquisa, ensino e extensão), enquanto as outras instituições concentram interesses em torno do ensino. Assim, constituem-se em espaços privilegiados para a produção e difusão do conhecimento sobre a realidade social, os quais, com base em procedimentos científicos, possibilitam analisar os fenômenos sociais nela presentes.

A educação e o conhecimento são considerados elementos centrais para o desenvolvimento econômico e social de cidadania, pois são capazes de formar sujeitos críticos e criativos no que diz respeito à sua inserção na realidade e no exercício das competências e atribuições profissionais específicas.

⁴ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Disponível pelo site www.mec.gov.br. Acesso em 16/10/2005.

Para impulsionar e fortalecer esse processo formativo, mediado pelo desenvolvimento de pesquisas, as universidades têm apoiado a criação e organização de grupos de pesquisa como estratégia pedagógica, constituindo-se em espaços de diálogo, troca de informações e aprimoramento intelectual constante entre os participantes. Além disso, exercita o esforço interdisciplinar ao promover uma análise coletiva mais aprofundada de temáticas a serem estudadas.

A Unochapecó é caracterizada pelo modelo de universidade comunitária, estando direcionada para a formação de sujeitos tecnicamente qualificados e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento regional e a produção e difusão de conhecimentos. Nessa perspectiva, vem apoiando a estruturação de grupos de pesquisa com o objetivo de desenvolver pesquisas de forma permanente e inter-relacionadas com as diversas áreas do conhecimento e instituições afins.

Como espaços privilegiados para o exercício interdisciplinar, os grupos de pesquisa potencializam a qualificação do processo de formação profissional ao aproximarem os estudantes e profissionais (docentes ou não) de atividades científicas como forma de responder às demandas postas pela realidade sócio-profissional.

A educação superior brasileira, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seu artigo 43, tem como uma das finalidades estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo ao formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, incentivando o trabalho de pesquisa e a investigação científica. Nesse sentido, as instituições de ensino superior procuram criar mecanismos e políticas que possibilitem a produção de conhecimentos em consonância com as normatizações legais nacionalmente estabelecidas.

As universidades, como instituições pluridisciplinares (conforme estabelecido no artigo 52 da LDB), formam profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio do saber humano. Destacadas pelo potencial de produção intelectual, exigem canais, espaços e condições para que as pesquisas sejam originadas e articuladas de forma coletiva, interna e externamente à comunidade científica.

Nesse sentido, os grupos de pesquisa são importantes, constituindo-se como espaço de leituras, diálogos, trocas e produções de caráter coletivo e potencializando as produções do conhecimento e as relações acadêmicas intra e extra-institucional (SOUZA, 2003).

Gamboa (2003) afirma que a identificação de problemas na realidade social constitui-se “o maior pressuposto” para a concentração de pesquisadores nos grupos de pesquisa oriundos de unidades, departamentos e áreas do conhecimento diferentes, com o intuito de compreender um determinado problema comum, pois

Depreende-se, dessa compreensão, a possibilidade de integrar, num mesmo grupo, um corpo de pesquisadores pertencentes a diversos departamentos de uma mesma unidade acadêmica, ou mesmo de outras unidades, em torno de um problema ou grupo de problemas cuja complexidade exija a contribuição do trabalho coletivo e o domínio de diversas abordagens teórico-metodológicas e o concurso de diversas tradições epistemológicas. (GAMBOA, 2003, p. 83).

Nessa perspectiva, os grupos de pesquisa, como espaços coletivos de diálogo orientado pela pluralidade entre os pesquisadores (sendo reservada a pluralidade das idéias), além

de estabelecer a interdisciplinaridade, agregam profissionais de áreas diferentes, porém com interesses em pesquisas de temáticas afins. Assim, os grupos de pesquisa são considerados vias importantes na produção do conhecimento, sendo um trabalho coletivo que possibilita se estabelecer como uma instância de possível desconstrução e construção de novos conhecimentos (SOUZA, 2003).

Como a vivência da pesquisa, na graduação, para a maioria, inexistente, o grupo tenta romper medos, mitos, falsas promessas de pesquisa e auxilia, pelo diálogo, pela solidariedade, o encaminhamento do desenho da pesquisa, desde o pré-projeto. Faz um percurso de produção, divulgação e análise crítica das idéias. (SOUZA, 2003, p.28).

O diálogo constitutivo dos grupos de pesquisa, sem dúvida, é essencial na dinâmica de trabalho da academia. Esse diálogo exige, necessariamente, a existência de um outro pressuposto para a sua operacionalização: a democracia, que implica, inerentemente, tensões e relações de poder. Por outro lado, exige profissionalismo e ética quando se remete a um espaço de diálogo que deve preservar o pluralismo.

O desenvolvimento da pesquisa de forma coletiva possibilita a troca de informações, o diálogo, a crítica construtiva, além de possibilitar que profissionais, (docentes ou não) e estudantes, compartilhem seus objetivos, suas intencionalidades com os demais integrantes do grupo, buscando aperfeiçoar os conhecimentos para além da sua área "de especialização" profissional.

Os grupos de pesquisa são estratégicos, nas universidades, na direção de consolidar a dimensão da pesquisa científica e, dessa forma, dotando-se da possibilidade de

desenvolver pesquisas num período de tempo mais longo, pressupõe a socialização dos resultados por meio de vários mecanismos: organização de eventos e publicação em periódicos de revistas especializados, livros, entre outros.

A institucionalização de grupos de pesquisa requer que as universidades disponham de certa infra-estrutura, de espaço físico e de condições humanas e materiais para que possam realizar suas atividades e desenvolver suas pesquisas. Isso requer, também, investimentos bibliográficos, disponibilidade de tempo para o corpo docente se aperfeiçoar como pesquisador e, em consequência, alcançar resultados qualitativos com o desenvolvimento de pesquisas.

Gamboa (2003) afirma que os grupos de pesquisa são espaços privilegiados para a produção de conhecimentos, de forma coletiva, e para a elaboração de respostas aos problemas prementes da realidade brasileira. Porém, para a consolidação dos grupos, atendendo a esses pressupostos, o autor referencia algumas tarefas que considera como essenciais.

Dentre as tarefas básicas dos grupos e núcleos de pesquisa estão as referidas ao acompanhamento cuidadoso, e permanentemente atualizado, da produção científica sobre a problemática própria da linha de pesquisa e sobre a evolução do conhecimento nos campos do saber que fazem referência à compreensão dessa problemática. Essa dinâmica deve, necessariamente, ser socializada e estar em permanente permuta e atualização de sua produção com outros grupos afins e correlatos. Seu desenvolvimento depende, também, do estabelecimento de formas permanentes de socialização dos resultados [...]. (GAMBOA, 2003, p. 90).

Além disso, por meio de reflexões e discussões envolvendo seus participantes, os grupos de pesquisa caracterizam-se como espaço fértil para que novas possibilidades de estudo sejam geradas. Esses grupos também possuem a incumbência de avaliar as atividades de pesquisa desenvolvidas a partir de critérios quanto à sua qualidade, significado social.

Os grupos de pesquisa enfrentam a herança da tradição individualista na produção de conhecimentos e pesquisa. No entanto, abrem condições para que essa produção seja superada de forma a se estabelecer coletiva, ampla e aprofundada socialmente. Dessa forma, os grupos de pesquisa são instâncias de atualização constante para a construção e avanço do conhecimento científico, promovendo o trabalho coletivo, podendo ser considerados uma *oficina permanente do saber* (SOUZA, 2003, p. 36, Grifo nosso).

Os aspectos inerentes à dinâmica de funcionamento dos grupos de pesquisa na Unochapecó são valorizados e, ao mesmo tempo, desafiam para superar algumas fragilidades ainda existentes. Podem ser reconhecidos a partir do que descrevem seus líderes:

[...] caráter interdisciplinar que se busca atingir com os estudos e eventos realizados [...]. [...] incentivar a inserção discente na investigação científica. (L-01)

Ainda temos algumas dificuldades em concentrarmos pesquisas enquanto grupo [...] e de participação de todos os membros do grupo, devido à carga horária dos professores, mas estamos bastante entusiasmados em conseguirmos realmente consolidar nossas reuniões para uma agenda quinzenal. (L-02)

[...] são realizadas reuniões e como o tempo de cada integrante é restrito, dificulta o desenvolvimento da pesquisa. O grupo também incentiva a participação dos acadêmicos em suas atividades e principalmente nas pesquisas científicas. (L-03)

[...] se consolida, gradativamente, o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade regional [...]. (L-05)

Clareza de objetivos; clareza de objetos; diálogo permanente; produção convergente e contínua; momentos de estudo e reflexão; qualificação de projetos de pesquisa pelo coletivo..(L-06)

A maioria dos membros de grupo tem participação ativa, efetiva e constante. As reuniões do grupo são espaços de planejamento das atividades desenvolvidas [...]. (L-08)

A frequência da participação das reuniões [...]; o clima de amizade; o cumprimento das tarefas a serem realizadas. (L-09)

[...] por constituir-se enquanto multidisciplinar na medida em que possui a participação de professores e alunos de diferentes cursos. (L-10)

[...] ainda não possui uma dinâmica de funcionamento consolidada. As últimas duas reuniões foram realizadas para definir atividades e a melhor forma do grupo se tornar mais produtivo. (L - 11)

A participação dos professores do curso de graduação em Serviço Social nos grupos de pesquisa se processa do seguinte modo:

Minha participação é ativa, pois estou envolvida em várias atividades do grupo. (P-02)

[...] participo de forma ativa, até porque fui coordenadora do mesmo durante 04 anos. (P-04)

Venho participando ativamente do grupo e de suas atividades de estudo e pesquisa. (P-10)

[...] tenho participado regularmente com pesquisas [...]. (P-11)

[...] tem sido maior porque trata de questões que venho estudando [...] e de forma mais sistemática [...].” (P-07)

Síntese das Respostas dos Estudantes	Número de respostas
São importantes, pois possibilitam o reconhecimento e aproximação do estudante com a realidade.	13
Participar de grupos de pesquisa é revelar interesse e responsabilidade sobre as temáticas em estudo.	1
Articulação entre os grupos de pesquisa e o processo de formação profissional do Assistente Social.	1
São importantes no diz respeito ao conhecimento da realidade de trabalho do Assistente Social.	3
São importantes no sentido de adquirir experiência para a vida profissional.	2
São importantes no aprofundamento de estudos e temáticas, aprimora a dimensão crítica e capacita para o exercício da profissão.	2
São importantes para a construção e ampliação do conhecimento	1
Total	23

Fonte: Pesquisa de campo realizada por Iones Signor, primeiro semestre de 2005

Quadro 1- Significado dos Grupos de Pesquisa para a Formação Profissional.

Apesar de me fazer presente na maioria das reuniões, tenho dificuldade de participar, em função do excesso de atividades [...]. (P-08)

Participo como qualquer outro de seus integrantes. (P-09)

A importância atribuída pelos estudantes do curso de Serviço Social aos grupos de pesquisa sintetizam-se no quadro a seguir:

A contribuição dos grupos de pesquisa ao processo de formação profissional do assistente social, no contexto do curso de Serviço Social da Unochapecó, efetiva-se, gradativamente, ao envolver a maioria dos professores e uma pequena parcela de estudantes nas atividades de pesquisa e nos estudos planejados pelos grupos. Mesmo assim, existe desinformação sobre a existência dos grupos de pesquisa no meio da graduação e da universidade como um todo.

Iamamoto (1999) refere que a pesquisa ocupa um papel fundamental na formação profissional, possibilitando estabelecer uma ligação entre o ensino ministrado durante a formação profissional e a realidade social. Nesse sentido, os grupos de pesquisa podem ser considerados, além dos espaços curriculares específicos, espaços privilegiados para essa relação entre formação profissional e realidade, pelo fato de potencializar um aprendizado fundamentado nos princípios da interdisciplinaridade, pluralidade e pelo trabalho coletivo entre diferentes áreas do conhecimento e diferentes profissões.

A universidade, por sua vez, tem como finalidade possibilitar a construção intelectual de sujeitos autônomos e críticos e fazer avançar amplamente o conhecimento científico. E os grupos de pesquisa, sem dúvida, constituem-se espaços férteis para essa efetivação.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os interessados em publicar artigos deverão apresentar trabalhos científicos originais, contendo informações novas e relevantes, devendo apresentar contribuição considerável para o desenvolvimento científico na área do Serviço Social.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em disquetes ou cd-rom, digitados com utilização de editores *Word* for Windows V6.0 ou 7.0, com o uso da fonte arial, corpo 12, um e meio entre as linhas do texto, acampanhados de três cópias impressas.

Os artigos não devem ultrapassar 25 laudas, trazendo, assim organizados:

- a. como garantia de anonimato no processo de avaliação, os artigos devem ser apresentados da seguinte maneira: ter uma folha de rosto, separada das demais, onde deverá constar o título, nome do autor, profissão, vínculo institucional e título acadêmico, endereço, telefone e e-mail;
- b. na primeira página do texto, deve incluir somente o título do trabalho em versal (maiúscula) negrito e centralizado e resumo de até 250 palavras em português, acompanhado das palavras chave que identifiquem o conteúdo, a 5 centímetros da margem esquerda, sem parágrafos e, logo abaixo, sua versão para o inglês (Summary), com as respectivas palavras chave (Key words);
- c. o subtítulo, se houver deve vir em redondo (minúscula), sem negrito;
- d. o corpo do artigo deve começar com a Introdução, seguida das demais seções primárias, enunciadas por títulos digitados em versal (minúsculas), em negrito e sem numeração, ajustados à margem esquerda;
- e. os títulos das seções secundárias, também ajustados à margem esquerda, deverão ser digitados com letras minúsculas, em negrito, com o mesmo corpo do texto, exceto a inicial e os nomes próprios que devem ser maiúsculas;
- f. os títulos das mesmas seções (terciárias, quaternárias etc.) deverão ser digitados utilizando outros recursos, tais como: redondo (minúsculas) ou itálico, em corpo menor que o do texto. Deve-se deixar em espaço duplo entre os parágrafos que se seguem aos títulos das seções.

No caso dos trabalhos conterem ilustrações, os títulos das tabelas e quadros devem ser numerados consecutivamente em algarismo arábicos. Esses algarismos devem vir acima dessas ilustrações, seguidas dos respectivos títulos, apenas com a inicial maiúscula. Quando da transcrição de Tabelas e Quadros, deve-se colocar abaixo uma legenda indicando a fonte. As demais ilustrações (desenhos, gráficos, fotografias, plantas, mapas etc.) são consideradas figuras e devem ser restritas ao mínimo indispensável, com títulos abaixo das mesmas, numeradas, em sequência com números arábicos. as fotografias devem ser em preto e branco.

As citações indicadas nos trabalhos devem ser pelo sobrenome do autor, seguido da data da publicação e da página consultada, de modo que, quando o nome do autor fizer parte da sentença, somente a data e a página aparecem entre parênteses. Ex.: Silva (1997, p. 32). Quando o nome do autor não estiver incluído na sentença, este é indicado no final da frase. Ex.: (SILVA, 1997, p. 78), Quando o trabalho citado pertencer a dois autores, o sobrenome dos dois é indicado separadamente, separado por ponto e vírgula. Ex.: (SILVA; COSTA, 1997, p. 34). Quando se tratar de trabalho de mais de dois autores, o sobrenome do primeiro é indicado seguido da expressão et al. Ex.: FERNANDES et al., 1998, p. 3). Quando se tratar de trabalho sem autoria, a chamada é feita pela primeira palavra do título, em maiúsculas seguida de reticências, data e páginas. Ex.: COMUNIDADE..., 1997, 9. 89.

As referências bibliográficas devem ser elaboradas de conformidade com o disposto na NBR 6023, da ABNT, devendo todo autor citado no texto constar das REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, dispostos em ordem alfabética, pelo sobrenome do primeiro autor.

O parecer sobre a aceitação ou não dos originais será comunicado ao autor, ou ao primeiro autor, quando forem mais de um, não se obrigando a revista Temporalis e devolver os originais a ela enviados.

Todo trabalho aceito será submetido a revisão: caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor para que ele mesmo as faça.

A revista Temporalis não remunera os autores que tenham seus artigos nela editados, porém lhes enviará um exemplar da edição onde seu(s) texto(s) for(em) publicados.

A Revista Temporalis está aberta para colaborações, mas reserva-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado a redação. Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.